



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
FACULDADE DE GEOGRAFIA – FGEO**

HINCKLEY WENDELL DO NASCIMENTO MENDES

**A CONSTRUÇÃO DE SI E DO TERRITÓRIO: O PAPEL DA JUVENTUDE NA
RETERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO ACAMPAMENTO RIO SOSSEGO
EM CANAÃ DOS CARAJÁS-PA.**

**MARABÁ – PA
2018**

HINCKLEY WENDELL DO NASCIMENTO MENDES

**A CONSTRUÇÃO DE SI E DO TERRITÓRIO: O PAPEL DA JUVENTUDE NA
RETERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO ACAMPAMENTO RIO SOSSEGO
EM CANAÃ DOS CARAJÁS-PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao colegiado de Geografia, Campus universitário de Marabá, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como parte do requisito necessário para a obtenção do Grau de Bacharelado e Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof^o. Dr. Rogério Rego Miranda.

Co-Orientador: Prof^o Msc. Marcos Alexandre Pimentel da Silva.

**MARABÁ – PA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá, PA

Mendes, Hinckley Wendell do Nascimento

A construção de si e do território: o papel da juventude na reterritorialização camponesa no Acampamento Rio Sossego em Canaã dos Carajás-Pa / Hinckley Wendell do Nascimento Mendes ; orientador, Rogério Rego Miranda, coorientador, Marcos Alexandre Pimentel da Silva. — 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Marabá, 2018.

1. Geografia humana. 2. Camponeses - Condições sociais. 3. Assentamentos humanos. 4. Migração interna. 5. Juventude rural - Condições sociais. 6. Juventude rural - Condições econômicas. I. Miranda, Rogério Rego, orient. II. Silva, Marcos Alexandre Pimentel da, coorient. III Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. IV. Título.

CDD: 22. ed.: 304.2

Elaboração: Miriam Alves de Oliveira
Bibliotecária-Documentalista CRB2/583

HINCKLEY WENDELL DO NASCIMENTO MENDES

**A CONSTRUÇÃO DE SI E DO TERRITÓRIO: O PAPEL DA JUVENTUDE NA
RETERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO ACAMPAMENTO RIO SOSSEGO
EM CANAÃ DOS CARAJÁS-PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao colegiado de Geografia, Campus universitário de Marabá, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como parte do requisito necessário para a obtenção do Grau de Bacharelado e Licenciado em Geografia.

Orientador : Prof^o. Dr^o. Rogério Rego Miranda.

Co-Orientador: Prof^o Msc. Marcos Alexandre Pimentel da Silva

Data de aprovação: 22/02/2018

Banca examinadora:

_____: Orientador (UNIFESSPA)
Prof.^o Dr^o. Rogério Rego Miranda
Dr^o. em Geografia Humana – Universidade de São Paulo – USP / 2017

_____: Segundo Examinador (Interno –
UNIFESSPA)
Prof.^oMsc. Marcos Alexandre Pimentel da Silva
Msc. em Ciências Sociais – Universidade Federal do Pará – UFPA/2006

_____: Terceira Examinadora (Externo –
CPT)
Prof.^a Msc. Rosemayre Lima Bezerra
Msc. em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA/2014

**MARABÁ – PA
2018**

“Quando muitas pessoas fazem promessas falsas, as palavras deixam de ter significado. Logo, não haverá mais respostas, apenas melhores e melhores mentiras, e mentiras não nos ajudarão a vencer essa luta.”

George R.R. Martin

Dedico este trabalho à dona Maura Mendes e ao seu Joacil Mendes, pois mesmo diante de todas às dificuldades, nunca mediram esforços para que eu trilhasse os caminhos a qual estou trilhando.

Dedico,

Hinckley Mendes.

AGRADECIMENTOS

Durante todo esse processo corro o risco de não citar a todos que contribuíram nesta pesquisa, mas muitas pessoas foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Não posso deixar de ser grato a cada amigo, a cada trabalhador camponês que sempre se mostraram prestativos às entrevistas, com a marca registrada através de uma simples frase: “quer um cafezinho”. Sempre fui bem recebido, e a cada prato de comida oferecido, notei o quão valoroso é o sujeito intitulado de camponês, este me fazendo acreditar, a fim de, somar na luta diária a qual eles vivenciam. Sou grato a cada jovem camponês e, principalmente, a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho, pois esta pesquisa só foi possível graças à existência desses sujeitos que continuam lutando e transformando a si e aos que estão em seu entorno.

Agradeço a Deus, por ter chegado até aqui e por ele ser meu refúgio, mesmo nos momentos em que vivi crises de fé e duvidei de sua existência. Sou muito grato, pois mesmo sem merecer nada, fico feliz pela sua mão que me guiou durante os cinco anos de graduação, me mostrando que o seu significado é bem diferente do que aprendi em templos religiosos, pois acima de qualquer religião, o amor é o que nos transborda, por esta razão, parafraseando Belchior, posso dizer que “amar e mudar as coisas me interessam mais”.

Agradeço aos meus pais, dona Maura Mendes e ao seu Joacil Mendes, ambos sem compreender muito bem acerca do universo acadêmico, mas que nunca mediram esforços para que eu pudesse participar dele. Agora, me formando e saindo para o mestrado, vejo que à eles, eu devo a minha vida, pois a dona Maura ao engravidar com 15 anos de idade sofreu as consequências de ser uma mulher pobre e negra em uma sociedade machista e racista, mas sempre cuidou de seus filhos, mesmo quando o mundo lhe virou as costas (mamãe a senhora é o maior exemplo de amor e gratidão que um filho poderia ter). Ao meu pai, quero agradecer por cada dia de trabalho, em que saía de casa às 05:00 horas da manhã para garantir a alimentação de sua família, fazendo de tudo, em muito casos, se poupando do lazer para que pudéssemos estudar. A vocês, eu devo a minha vida e sei que jamais conseguirei pagar por tudo que vocês fizeram por mim, mas vou buscar sempre arrancar de vocês muitos sorrisos e, viver de forma humilde como sempre me ensinaram.

Agradeço a minha irmã Hevelyn Mendes e meu sobrinho Lucas Mendes, por serem minhas alegrias e meus amores especiais que tanto e que me fazem crescer e descobrir o quanto devo lembrar-me deles sempre.

Aos meus primos/irmãos, Clara Mendes pelos incontáveis sorrisos e ao Matheus Mendes pelas saídas, por juntos irmos aos jogos do maior do Norte, o nosso Leão azul e pelas cervejas da vida que nos renderam boas histórias.

Ainda quero agradecer a minha família, meus tios, Josias Mendes, Jairo Mendes, Juarez Mendes, às minhas tias, Josenilda Mendes (Inha) e Josylene Mendes (Nega), por todo amor e pelos ensinamentos. Agradeço em especial à tia Josyane Mendes (Anny) que me ensinou desde cedo o valor dos estudos, a ela sou muito grato, pois sempre me deu forças e nunca deixou de apoiar minhas decisões, - tia você sabe que eu sempre cuidarei de você. Agradeço as tias, Regina Nascimento, Malena Nascimento, Mitaly Nascimento, Mariza Nascimento e Marília Nascimento, pelo amor e ajuda em todas as situações.

Agradeço ainda, aos meus avós, Cristina Nascimento, Francisca Mendes e Raimundo Santos, e em especial ao meu avô, Emanuel Mendes (Minel), que mesmo diante das dificuldades, me ajudou durante a graduação inteira da forma que pôde. - Vô, mesmo que às vezes não demonstre, eu te amo!

Agradeço a minha namorada Julyanne Araujo (July), a menina que desde o ano de 2014 tem feito parte dos meus dias, aguenta meus estresses e minhas frustrações, acompanha meus sonhos e me faz crescer, mesmo vivendo um namoro à distância e sabendo das dificuldades que foi viver assim, (mas aguenta ai amor, já estou chegando), sou grato todos os dias e percebo que precisamos crescer muito mais, mesmo sem saber do amanhã, tudo que fazemos hoje reflete a forma como eu te quero, espero que possamos assistir muitas séries juntos, mesmo você dormindo, mesmo você reclamando que tem sangue e me aguentando falar quando fico viciado em algo, obrigado por existir e por ter mudado meus dias, obrigado por tudo minha linda. Agradeço também a sua família, minha sogra, meu sogro, minha cunhada linda, a tia Rita e a voinha, pela compreensão da distância, e por acreditar em nós dois.

Agradeço ao Cleyton Amin, que foi o meu melhor amigo aqui em Marabá, pelos abraços, pelos choros e por toda ajuda, e pelo cuidado. Eu não tenho palavras para descrever tua amizade, nem sei se mereço ela, mas sei que você merece tudo de melhor que a vida possa te oferecer. - Te amo meu amigo!

Agradeço aos meus amigos da geografia 2013 manhã, Karol Martins, pelos incontáveis sorrisos e por confiar em mim, a Rafaelly Cristiny, menina que tenho imensa admiração pela humildade e por ter me aconselhado sempre a fazer boas escolhas, devo muito a você Rafa, ao Evandro Andrade, pelas boas risadas, ao José Nazareno (Zico), que a nossa

amizade continuar sendo firme, valeu mano por ter me mostrado o valor do amor e perdão, a Myrelly Llays, por todo seu carinho e a nossas tentativas de dança, ao Thiago Pereira, que devo muito pelo companheirismo e conselhos e Angilberto Muniz, pelos sorrisos, um agradecimento especial ao Jhonatan Wivys (o grande bode), pela amizade e pelos auxílios nos mapas, não poderia deixar de registrar a importância dele nesse trabalho.

Agradeço aos amigos, Andson Monteiro, Evair Dias e Rairiana Pereira pela amizade e alegria que me fizeram valorizar suas vidas e torcer sempre pelo melhor de vocês. Ainda agradeço aos meus amigos, Rodney Ferreira, Carliane, Raquel, Douglas, Poliana, Daniel, Andréia e Rafael, cada um de vocês tem parte nessa trajetória e sou grato a vocês, por me acolherem aqui em Marabá.

Queria agradecer a primeira pessoa que me recebeu em Marabá, se não fosse sua recepção, talvez nem tivesse chegado até aqui, muito obrigado a Elaine e sua família, embora não tenhamos mais contatos devido o tempo. Espero que eu nunca esqueça que vocês foram importantes nesse processo.

Agradeço aos meus eternos amigos do ensino médio para vida que apesar da distância nunca deixamos de nos amar e torcer por cada um, Nilson, Morena, Andreza, Dani, Jaqueline, Marleyssa, Lohana, Kathiene, Karol e Gustavo, obrigado agroindústria 2009 pela amizade eterna de vocês e por me arrancar sorrisos sempre, espero que o tempo passe e nossa amizade continue aumentado, pois vai ser muito difícil viver sem o carinho e amizade de vocês.

Quero agradecer a minha amiga Hévilla, minha filha e parceira de todas as “bads”, você é muito especial minha “filha”, obrigado por todo carinho durante esses anos.

Quero fazer uma gratidão especial a minha amiga Débora Reis, menina/mulher que me ensinou muito desde o momento que a conheci, compartilhando de sonhos e de esperança, me ensinando o que de fato é ser cristão em um mundo de um sistema perverso.

Um agradecimento importante aos meus amigos do “*the voice*”, grupo de WhatsApp que segue firme desde 2013, Alex, Amanda, Elane, Felipe, Mayara, Nara, Marília e ao Rafael pela amizade de vocês.

Obrigado também, a Karine aos auxílios nas traduções e ao Ayrton pelas correções gramaticais.

Quero agradecer a três pessoas especiais que me ajudaram muito em Marabá, Nice Oliveira, Dione e Junior, obrigado pela moradia durante minha graduação, vou ser eternamente grato ao carinho de vocês.

Minha gratidão à CPT, pela oportunidade de estágio e de conhecer pessoas de sonhos e luta e que nos trazem esperança, como os companheiros Junior, Rose e Andréia, meus agradecimentos pelas viagens e histórias compartilhadas.

Agradeço também ao Levy, Raimundinho e ao Thiago pela possibilidade planejamos trabalhos conjuntos em Canaã dos Carajás, ao STTRs nas figuras da Darlete, seu Zequinha e seu Pixilinga.

Agradeço pela permissão de realizar esse trabalho, bem como agradeço ao companheiro Raimundão do grotão do mutum, quando me ajudou a realizar o primeiro trabalho de campo pelo município.

Agradeço também aos companheiros Cristiane e Volney, pelas hospedagens e também aos companheiros “miudinho” e Júnior do acampamento Rio Sossego pelas hospedagens e possibilidade de realização desse trabalho no acampamento.

Um agradecimento fundamental ao Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará, a todos os integrantes, aos professores Rogério Marinho e Gleice Kelly, muito obrigado pelos conselhos e pela credibilidade em nossos trabalhos e por sempre nos defender, ao Gínno que se tornou um companheiro de luta e amigo, aos companheiros de pesquisa, Vanessa Costa, uma amiga que tenho um carinho enorme e será a eterna chefe, ao Francileno Batista (Leno), a Kamilla Lopes e Laís Alves minhas companheiras de todas as dores e sofrimentos, da realização de nosso sonho em passar no mestrado, foi sensacional, - vocês ensinaram-me muito, e espero poder continuar por muito tempo com essa amizade, sonhando e agindo juntos, amo vocês!

Agradeço ao meu primeiro orientador, que me deu muitas broncas, mas me fez chegar até aqui, Marcos Alexandre, que era tão “tenebroso” hoje se tornou amigo e sou grato pela parceria.

Agradeço ao meu atual orientador, Rogério Miranda, pela paciência e por ter acreditado nesse projeto e nos ajudar a construir essa pesquisa, por todas as orientações e ensinamentos sou eternamente grato.

Por fim, agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Pará que auxiliou financeiramente para a realização deste trabalho, enquanto fui bolsista PIBIC, minha eterna gratidão, à Fapespa pela oportunidade.

RESUMO

MENDES, Hinckley Wendell do Nascimento. **A construção de si e do território: o papel da juventude na reterritorialização camponesa no acampamento Rio Sossego em Canaã dos Carajás – PA.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa. Marabá – PA, 2018.

O avanço da exploração mineral em Canaã dos Carajás-PA, a partir da instalação do projeto S11D, contribuiu com a desterritorialização de agricultores camponeses, facilitando a construção de infraestruturas que garantissem a viabilidade da Vale S/A no município. Além desse processo desterritorializador, a chegada de migrantes interessados em trabalhar na mineradora e a não garantia de empregos para todos, uniram os camponeses e migrantes para que criassem contraestratégias de reterritorialização, ocupando áreas de interesse da mineradora e construindo acampamentos de agricultura camponesa. Diante desse avanço, grupos afetados pelas estratégias de desterritorialização, criam suas identidades a partir das relações sociais que são produzidas, dado os conflitos existentes, por esta razão propomos ao longo deste trabalho analisar a construção da juventude em conjunto com a construção do território, pois são inseparáveis e contínuos. O objetivo deste trabalho consiste em compreender qual o papel da juventude na des-reterritorialização camponesa em Canaã dos Carajás, baseando-se na construção de sua identidade em conjunto com luta pela retomada do território no acampamento Rio Sossego. Deste modo, destacamos os seguintes objetivos específicos para auxiliar no desenvolvimento desta pesquisa: identificar e analisar as demandas sociais que articulam a construção social da identidade dos jovens como sujeitos, nesse processo de reterritorialização camponesa; e relacionar a construção da identidade social do jovem e a construção do território no acampamento Rio Sossego. Partimos de uma leitura da produção social do espaço de Lefebvre e Harvey e leituras de bibliografias que nos permitiram relacionar a construção de sujeitos e do território, assim como da pesquisa participante, o que se demonstrou fundamental para entender o papel da juventude no acampamento e como a mesma vem se organizando e criando contraestratégias de reterritorialização e resistência frente os conflitos com a Vale S/A. Fez-se necessário, portanto, utilizar referências que nos auxiliassem a analisar a formação territorial do sudeste paraense a partir da década de 70, com a chegada dos grandes projetos, para compreendermos o histórico de “desenvolvimentos” que promovem a desterritorialização e a reterritorialização de sujeitos afetados pelas explorações capitalistas, fortalecendo assim, as desigualdades sociais presentes até a contemporaneidade e que se reconfiguram a partir da construção de novos sujeitos. Por fim, a realização de entrevistas semi-estruturadas com os jovens e seus pais foram fundamentais, pois nos auxiliaram a entender como a juventude é observada no campo e o que motiva a mesma a continuar na luta pela terra, possibilitando compreender como a participação da juventude dentro do acampamento Rio Sossego gera garantia de esperanças tanto para os pais, quanto para a própria juventude motivada pela estabilidade que o campo oferece.

Palavra-chave: Des-reterritorialização. Construção de Identidade. Construção do Território. Juventude Camponesa.

ABSTRACT

MENDES, Hinckley Wendell do Nascimento. **A construção de si e do território: o papel da juventude na reterritorialização camponesa no acampamento Rio Sossego em Canaã dos Carajás – PA.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa. Marabá – PA, 2018.

The advance of the mineral exploration of Canaã of Carajás-PA, starting on the installation of the Project S11D, contributed with the deterritorialization of peasant farmers, simplifying the construction of infrastructures to ensure the feasibility of Vale S/A on the municipality. Beyond this deterritorialization process of peasants, the arrival of migrants interested in working on the mining company and the no employment guarantee for everyone, linked all peasants and migrants to create strategies of re-territorialisation, occupying the mining company areas of interest and building camps of peasant agriculture. In light of this progress, groups of individuals affected by the strategies of deterritorialization, build their identities from the social relationships that are fabricated, given the existing conflicts, for this reason we propose over this work to analyze the construction of the youth along with the construction of the territory, because they are inseparable and ongoing. The aim of this work consists in understanding what role the youth has in the peasant de-re-territorialization in Canaã of Carajás, based on the construction of its identity along with the fight for the resumption of the territory on the Rio Sossego camp. Thereby, we highlight the following specific objectives to assist in the development of this research; identify and analyze the social demands that articulate the social construction of the youth's identity as subjects, in this process of peasant reterritorialization; and to link the construction of the youth's social identity and the construction of the territory on the Rio Sossego camp. Starting from the reading of the social production of the space from Lefebvre and Harvey and also bibliographic references that allowed us to relate the construction of the individuals and the territory, just as the participant research, these were revealed fundamental to understand the role of the youth on the camp and how they are organizing themselves and creating strategies of re-territorialisation and resistance against the conflicts with Vale S/A. It was necessary, therefore, to use references that helped us to analyze the territorial formation of southeast Pará from the 70's, with the arrival of major projects, to understand the historic of "developments" which contributed to the deterritorialization and re-territorialization of individuals affected by the capitalist explorations, thus strengthening, the social inequalities that remains on contemporaneity and reset from the construction of new subjects. Lastly, conducting semi-structured interviews with young people and their parents was essential, because they helped us understand how the youth is observed in the camp and what motivates them to keep fighting for the land, allowing us to understand how the participation of the youth inside the Rio Sossego camp generates assurance of hope, both for parents and for the youth itself motivated by the stability given by the camp.

Keywords: De-re-territorialization. Identity Constuction. Territory Construction. Peasant Youth.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO.....	26
OS CAMINHOS E AS ETAPAS DA PESQUISA.....	27
1. CAPÍTULO I - MARCO TEÓRICO CONCEITUAL DA PESQUISA.....	35
1.1. ENTENDENDO O ESPAÇO PARA COMPREENDER O OBJETO.....	37
1.2. DOS CONFLITOS TERRITORIAIS ÀS RESISTÊNCIAS.....	43
1.3. ACAMPAMENTO RIO SOSSEGO.....	51
1.4. A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO E LUTA PELO TERRITÓRIO.....	54
2. CAPÍTULO II- AS MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS EM CANAÃ DOS CARAJÁS A PARTIR DA INSTALAÇÃO DA S11D E A DINÂMICA TERRITORIAL DOS ACAMPAMENTOS.....	60
2.1. A DINÂMICA DA MINERAÇÃO NA DÉCADA DE 1970 E O PAPEL DA AGRICULTURA.....	61
2.2. A DINÂMICA TERRITORIAL DA AGRICULTURA EM CANAÃ DOS CARAJÁS.....	65
2.3. A NOVA DINÂMICA TERRITORIAL DA MINERAÇÃO E AS CAMPANHAS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO EM CANAÃ DO CARAJÁS – PA.....	72
2.3.1. As campanhas de desterritorialização.....	79
3. CAPÍTULO III- A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DA JUVENTUDE CAMPONESA, A PARTIR DOS CONFLITOS PELA TERRA COM A VALE S/A.....	84
3.1. AS RESISTÊNCIA DA EMPRESA NA FAMÍLIA E A JUVENTUDE SOB OS OLHOS DOS PAIS.....	84
3.2. AS CONTRAESTRATÉGIAS DE RETERRITORIALIZAÇÃO	92
3.3. DA EXCLUSÃO SOCIAL À CONSTRUÇÃO DO SUJEITO.....	98
3.3.1. A construção da juventude camponesa no acampamento Rio Sossego.....	100
3.3.2. A identidade territorial e a construção do território/sujeito.....	106
3.3.3. Contra a VALE S/A e pela permanência do futuro.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFÊRENCIAS.....	117
APÊNDICE.....	124
APÊNDICE - A.....	125
APÊNDICE - B.....	129
APÊNDICE - C.....	131
ANEXO.....	133
ANEXO - A.....	134
ANEXO - B.....	136

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura I - Mapa de localização da área pretendida pelo acampamento Rio Sossego.....	53
Mapa 01 - Municípios do Território da Cidadania do Sudeste Paraense.....	29
Mapa 02 - Localização dos acampamentos instalados em Canaã dos Carajás.....	50
Mapa 03 - Localização do acampamento Rio Sossego.....	52
Mapa 04 - Localização dos projetos de exploração mineral da Vale S/A.....	75
Mapa 05 - Localização dos Acampamentos e Projetos da Vale S/A em Canaã.....	77

LISTA DE FOTOS

Foto 01 - Família reunida para desbulhar feijão.....	51
Foto 02 - Área de produção no acampamento Rio Sossego.....	69
Foto 03 - Produção de pimentinha.....	70
Foto 04 - Produção de melancia no acampamento Rio Sossego.....	70
Foto 05 - Início da produção de Cacau no acampamento Alto da Serra.....	71
Foto 06 - Plantação de milho no acampamento Grotão do Mutum.....	71
Foto 07 - Estrada de acesso ao projeto S11D.....	79
Foto 08 - Ferrovia para exportação de minérios da S11D.....	80
Foto 09 - Foto do despejo na Fazenda São Luiz onde se localiza o acampamento Grotão do Mutum.....	81
Foto 10 - Entrada para o acampamento Rio Sossego.....	82
Foto 11 - Reunião com acampamentos ligados ao STTRs de Canaã dos Carajás.....	94
Foto 12 - Convite a juventude camponesa do acampamento Rio Sossego.....	94
Foto 13 - Reunião com os jovens do acampamento Rio Sossego.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Idade de jovens do Acampamento Rio Sossego.....	58
Gráfico 02 - Jovens que já se sentiram atraídos a trabalhar na mineradora.....	86
Gráfico 03 - A respeito da contribuição dos jovens na luta pela terra.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Uma matriz dos possíveis significados do espaço como palavra-chave.....	40
Quadro 02 - Uma matriz dos possíveis significados do espaço no acampamento Rio Sossego, a partir do espaço tripartite de Harvey e tripartite de Lefebvre.....	42
Quadro 03 - Títulos minerários sob concessão da Vale S/A.....	73
Quadro 04 - Projetos de exploração mineral no município de Canaã dos Carajás.....	76
Quadro 05 - Locais de trabalho dos jovens entrevistados.....	87
Quadro 06 - Fala dos pais de jovens do acampamento Rio Sossego.....	89
Quadro 07 - <i>Ocontinnum</i> da des-re-territorialização em Canaã dos Carajás-PA: da perda, à luta e à reterritorialização.....	97
Quadro 08 - Trajetória Geográfica dos Entrevistados.....	101
Quadro 09 - Fala dos jovens do acampamento Rio Sossego a partir da entrevista realizada nos dias 17 e 18 de novembro de 2017.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Lavoura Permanente.....	67
Tabela 02 - Lavoura Temporária.....	67
Tabela 03 - Principais processos econômicos.....	78

LISTA DE SIGLAS

ATIP	- Assessor Territorial de Inclusão Produtiva
ATGS	- Assessor Territorial de Gestão Social
CEDERE	- Centro de Desenvolvimento Regional
CEPASP	- Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CODETER	- Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sudeste Paraense
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CVRD	- Companhia Vale do Rio Doce
GETAT	- Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins
DNPM	- Departamento Nacional de Produção Mineral
EJAM	- Encontro de Jovens Atingidos por Mineração
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	- Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
LERASSP	- Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MME	- Ministério das Minas e Energia.
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEDETER	- Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Amazônia Oriental
PIB	- Produto Interno Bruto
PTC	- Programa Territórios da Cidadania
SDT	- Secretária de Desenvolvimento Territorial
SINAJUVE	- Sistema Nacional de Juventude
SR27	- Superintendência Regional do Sul do Pará
STTRs	- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás
Unifesspa	- Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
VP 12	- Via Principal 12

INTRODUÇÃO

Marcada pela concentração de intensos conflitos territoriais, devido uma gama de investimentos para a integração e desenvolvimento da Amazônia, a região do Sudeste paraense se destaca atualmente por despertar o interesse do capital para a exploração de recursos naturais. Sendo assim, com apoio do Estado, foram garantidas áreas para latifúndios e desenvolvimento do agronegócio, assim como, para empresas siderúrgicas e de exploração mineral. Entretanto, na produção social da região, não se destacam apenas os interesses do capital, mas, a luta de diversos sujeitos que compõem diferentes territórios, desde indígenas, que perderam suas áreas diante ao avanço do capitalismo, até trabalhadores em busca de uma condição de vida melhor. Bem como camponeses, com a expectativa de conseguir terras para sua reprodução social.

No Município de Canaã dos Carajás, no sudeste paraense, percebe-se a reprodução da agricultura camponesa, de modo que, esses camponeses lutam pelo acesso a terra, ou pelo retorno destas as suas mãos, para que nelas possa desenvolver uma lógica produtiva, que permita a sua função social, ou seja, que estas terras possam ser organizadas para sobrevivência, podendo assim, fazer com que os camponeses continuem a existir e resistir como indivíduos que nasceram e, pretendem permanecer no campo. Dessa forma, a luta pela terra se constitui como uma maneira de resistir às estratégias capitalistas que expulsam os trabalhadores do campo para a cidade. O avanço econômico nesse espaço atraiu migrantes, estes na tentativa de conseguir empregos na mineradora, inclusive jovens com interesse de garantir estabilidade econômica, ocasionando o aumento da população sem oportunidades de emprego tanto aos que estavam presentes, quanto aos que chegam, com a tentativa de uma vida melhor.

De acordo com Cruz, (2015), a implantação de projetos de mineração necessita também de outras infraestruturas que facilitem a produção e o transporte dos minérios extraídos pela Vale S/A como, por exemplo, rodovias, ferrovias ou linhas de transmissão. Estes sistemas de objetos¹ provocam novas expropriações e colocam o campesinato de Canaã dos Carajás em permanente tensão, gerando ameaças aos camponeses, a fim de, empurrá-los para a zona urbana, pois há dificuldade em encontrar terras com as mesmas condições que a sua.

¹“O espaço é um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (SANTOS, 2006, p. 39).

As expropriações feitas pela mineradora Vale S/A em Canaã dos Carajás apresentam facetas perniciosas para a produção camponesa. Porque a família camponesa que deixa o lote, não só deixa de produzir, como isso implica na produção das famílias que permanecem. Essas expropriações deixam um imenso espaço vazio entre um lote e outro, provocando isolamentos de unidades camponesas que têm enfrentado dificuldades no escoamento da produção, no acesso das crianças à escola, na comunicação, segurança e nas relações entre famílias. (CRUZ, 2015, p. 107).

Para o autor, as expropriações enfraquecem a permanência de famílias na agricultura camponesa, pois o interesse da mineradora por essas áreas gera ações que implicam na saída desses sujeitos de suas terras. Tal situação, em vários casos, tem contribuído para a desestruturação do trabalho no campo, porque faz a família, ou a maioria delas, migrar para a cidade, para ficar mais próximo dos filhos que foram atraídos pela chegada da mineradora e sentiram desejo de arriscar a vida na cidade. Ainda de acordo com Cruz:

A mineração imprime outra configuração no município, além da predominância na economia, também desarticula as relações de produção que ali existia. Se a agricultura e a criação de gado eram determinantes nas relações entre as gerações camponesas, a mineração é que agora assume esse papel que vai desde a expropriação e proletarização da juventude camponesa até a dominação ideológica. (CRUZ, 2015, p. 88).

Concordamos que as atuais estratégias capitalistas de expulsão do camponês de seus territórios também são reproduzidas através da empresa Vale S/A que, ao destinar seus interesses às novas áreas para execução do projeto S11D,² criou estratégias de desterritorialização dos camponeses, por meio de barreiras que os isolam, e contra migrantes que foram para o Município na tentativa de conseguir empregos. Entre eles, jovens que igualmente foram afetados pelas estratégias de desterritorialização, começam a construir a sua identidade, como camponês que luta pela terra. Deste modo, não são apenas jovens que vieram do campo que se inserem na luta pela terra, jovens migrantes que vieram para cidade com objetivo de conseguir emprego e, ao não alcançar suas expectativas de trabalho na mineradora, passaram a inserir-se na luta pela terra, visando à garantia do sustento que a cidade não vinha oferecendo.

“Se a desterritorialização existe, ela está referida sempre a uma problemática territorial – e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de território” (Haesbaert, 2012, p. 35). Nesse sentido, entendemos a problemática territorial como produto da construção e desconstrução do território de sujeitos envolvidos na desterritorialização que ocorre com a chegada da mineradora Vale S/A no Município de Canaã dos Carajás,

²“O projeto recebeu esse nome em referência a sua localização” (Corpo S11, Bloco D)” (VALE,2012, p. 14).

ocorrendo dessa maneira duas concepções de território, de um lado o território para empresa como fonte de recursos, e de outro, para os acampados como um espaço de reprodução social e de construção de identidades.

Atualmente em Canaã dos Carajás existe um processo de des-reterritorialização, em outras palavras, uma desterritorialização seguida de uma reterritorialização em áreas próximas aos projetos da mineradora. A empresa mineradora Vale S/A, cria estratégias que desterritorializam (expulsam de seus territórios) famílias, inclusive jovens com interesse por trabalho na empresa, fazendo com que estes contribuam com a reterritorialização (retomada do território) através da ocupação de terras onde se manifestam agricultura camponesa. Frente a esses conflitos, entende-se que o jovem camponês é também uma categoria fundamental para as análises desse processo, pois é desterritorializado por múltiplas estratégias utilizadas pela mineradora, que afastam os trabalhadores do campo e incentivam a migração sem garantir continuidade de empregos, gerando falta de oportunidades para jovens migrantes.

Embora, exista um processo de saída desses jovens do campo para a cidade é fundamental entender que, quando eles são demitidos das empreiteiras por ocuparem cargos temporários; retornam para o campo, ocupando áreas próximas aos projetos de interesse da Vale S/A, por não possuírem mais condições financeiras para permanecer na cidade. Assim, as formas de reprodução camponesa em Canaã dos Carajás continuam a resistir, principalmente quando ocorre a retomada do território ou quando jovens se inserem na luta pela terra.

As lutas e retomadas do território, que são entendidas geograficamente como um processo de reterritorialização, possuem uma categoria fundamental para análise desse contexto, ou seja, a juventude camponesa. A partir dela é possível encontrar sujeitos que estão ligados a um movimento político de luta, e que também, se constroem como um novo sujeito juntamente na luta pela terra. Ela que não deve ser analisada separadamente dos fortes acontecimentos da desterritorialização no campo. No caso de Canaã dos Carajás, um dos pontos em evidência que leva à expulsão de camponeses, é saída de jovens ao trabalho na Vale S/A, como foi apontado por Cruz (2015). Desta forma, é necessário entender qual o papel da categoria da juventude nos processos de des-reterritorialização camponesa que são observadas no Município.

A construção do projeto S11D intensificou a exploração mineral em Canaã dos Carajás, expandindo-a para áreas de agricultura camponesa. Como exemplo a vila do Racha

Placa³, afetada pelos interesses da Vale S/A. Entretanto, como forma de resistência as estratégias de desterritorialização implicam à construção acampamentos ligados ao STTR em áreas de interesse da mineradora, como são os casos da Fazenda São Luiz (acampamento Grotão do Mutum), Fazenda pé do Morro (acampamento Planalto Serra Dourada), Fazenda Boa Esperança (Alto da Serra), Sítio Deus é amor (acampamento Rio Sossego). Diante deste contexto, a presente pesquisa tem como referência empírica de estudo, o acampamento Rio Sossego, por apresentar jovens que já trabalharam na Vale S/A, ou que tiveram interesse pelo trabalho na empresa, mas por não conseguirem permanecer empregados ou por conta da falta de estabilidade na cidade, lutam para obter um território, construindo sua identidade como jovens camponeses, com interesses de continuar a viver na terra.

O jovem camponês em Canaã dos Carajás acabou sendo atraído ao tentar trabalhar na mineradora, porém, em serviços terceirizados, com contratação em média de dois anos. Quando os contratos são finalizados, os filhos de camponeses já não tinham possibilidade de voltar às suas antigas terras, pois as novas infraestruturas com a chegada da mineração elevaram o preço delas. Para Cruz:

A infraestrutura de implantação dos projetos de mineração tem proporcionado melhorias para algumas famílias camponesas, no que tange ao transporte, energia e comunicação, mas por outro lado, essa infraestrutura também proporcionou um aumento nos preços das terras no Município. Essa valorização tem levado camponeses a vender suas terras e procurar outro tipo de investimento na cidade, sobretudo no setor imobiliário. (CRUZ, 2015, p. 93).

O que restou aos jovens camponeses que saíram do campo para cidade e que não conseguiam empregos, e aos jovens migrantes que vieram de outras cidades, foi criar estratégias de sobrevivência retornando para o campo em áreas próximas à instalação dos projetos da Vale S/A.

Nosso objeto de estudo se refere ao papel que a juventude camponesa, ligada STTR de Canaã dos Carajás, exerce como categoria social de resistência à desterritorialização da agricultura camponesa promovida pela Vale S/A no Município, tornando-se protagonista no processo de reterritorialização camponesa através da criação do acampamento Rio Sossego, ou seja, nosso objeto tem como base três processos: desterritorialização da agricultura

³A Vila Racha Placa, ou Mozartinópolis, tem mais de 50 famílias e fica em área atingida pelo projeto de exploração de minérios. Há anos os agricultores têm realizado embates com representantes da empresa, e apenas recentemente o INCRA reassentou parte das famílias para um Projeto de Assentamento em outra área do município de Canaã dos Carajás. Entretanto cerca de 10 famílias da Vila Racha Placa continuam desassistidas do reassentamento. Já que, decorrente do Projeto da Vale, a área atual da comunidade deverá ser totalmente esvaziada, estas famílias desassistidas reivindicam para conseguir outro lote. (CRUZ, M.2014, não p.)

camponesa para o avanço da mineração, reterritorialização camponesa como forma de resistência e possibilidade de sobrevivência de sujeitos e a juventude como categoria social que constrói sua identidade nesse processo de exclusão e luta.

As experiências da participação de jovens no acampamento Rio Sossego, em Canaã dos Carajás, nos mostraram que suas atuações fortalecem suas experiências na dificuldade a qual enfrentam, pois, o envolvimento no acampamento os caracteriza como sujeitos políticos que contribuem na permanência em direção à reterritorialização.

Mais do que entender os meios que provocaram a desterritorialização pela mineradora e a reterritorialização da juventude camponesa, é necessário primeiramente compreender que tipo de organização foi construída, para somar na luta pela terra, de modo a podermos falar em um processo de desterritorialização seguida de uma reterritorialização, pois a juventude camponesa afetada pelas estratégias da Vale S/A no Município de Canaã dos Carajás, baseando-se nas experiências do acampamento Rio Sossego no período de 2015 a 2017, vem se construindo, assim como constrói seu território a partir dos processos de desterritorialização e reterritorialização.

A pergunta que lança as análises de nossa problemática é sobre qual o papel da juventude a partir da des-reterritorialização camponesa em Canaã dos Carajás, que apresenta a construção de sua identidade em conjunto com a luta pela retomada do território no acampamento Rio Sossego. Diante disso, entendemos que as questões que norteiam esse trabalho são sobre quais as demandas sociais que constroem a identidade de jovens camponeses na reterritorialização camponesa? E como podemos relacionar esse processo de construção da identidade camponesa, à medida que, o acampamento Rio Sossego vem se construindo enquanto território.

O objetivo geral deste trabalho consiste em compreender o papel da juventude na des-reterritorialização camponesa em Canaã dos Carajás, baseando-se na construção de sua identidade em conjunto com luta pela retomada do território no acampamento Rio Sossego. Deste modo, destacamos os seguintes objetivos específicos para auxiliar no desenvolvimento desta pesquisa.

- 1- Identificar e analisar as demandas sociais que articulam a construção social da identidade dos jovens como sujeitos, nesse processo de reterritorialização camponesa;
- 2- Relacionar a construção da identidade social do jovem e a construção do território no acampamento Rio Sossego em Canaã dos Carajás.

A realização deste trabalho se justifica pela contribuição que a geografia pode oferecer a partir de análises que relacionam identidade e território, entendendo que o avanço da mineração altera a estrutura e o modo de vida no Município de Canaã dos Carajás, tornando-se necessário a organização de movimentos sociais e/ou sindicais para lutar pelos territórios afetados pela mineração. Todavia, existe um sujeito importante e que não deve ser analisado fora deste processo, o jovem camponês, sendo ele, inicialmente, afetado pelas estratégias da mineradora, construindo-se enquanto sujeito camponês, sendo necessário entender como esse jovem se organiza a partir da construção de si.

As hipóteses desta pesquisa apontam para a existência de uma contraestratégias de reterritorialização em relação à desterritorialização promovida pela mineradora Vale S/A, colocando a juventude como protagonista na luta pela terra quando participa do acampamento, construindo-se como camponês depois de não ter conseguido empregos na cidade. Por esta razão, a reterritorialização se torna uma contraestratégias utilizada pela juventude camponesa no acampamento Rio Sossego para resistir as estratégias de desterritorialização da Vale S/A, ocupando áreas próximas às instalações do projeto S11D e, assim, a juventude se constitui como sujeito na luta pela terra como parte da construção do território camponês no Município.

O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

Como método de investigação e análise, utilizamos o método “regressivo-progressivo” proposto por Henri Lefebvre. De acordo com Martins (1996 p.21), “esse método é baseado a partir do reconhecimento de uma dupla complexidade da realidade social: horizontal e vertical. Essa dupla complexidade identifica e recupera temporalidades desencontradas e coexistentes”. Vejamos o que escreve Martins:

A complexidade horizontal da vida social, deve ser reconhecida na descrição do visível, cabendo ao pesquisador reconstruir, a partir de um olhar teoricamente informado a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê, este é o momento descritivo do método. Nele, o tempo de cada relação social ainda não está identificado. O pesquisador procede mais como um etnógrafo. O segundo momento é analítico-regressivo, por meio dele mergulhamos na complexidade vertical da vida social, a da coexistência de relações sociais que tem datas desiguais. Nele a realidade é analisada, decomposta. É quando o pesquisador deve fazer um esforço datá-la exatamente. (MARTINS, 1996 p. 21)

Além da dupla complexidade horizontal e vertical, existe também o momento histórico genético. Ainda de acordo com Martins (1996, p.22), “nesse momento regressivo-progressivo é possível descobrir que as contradições sociais são históricas, e não se reduzem a confrontos de interesses de diferentes categorias sociais.” Esse método é fundamental para que possamos compreender as ações que resultaram nas explorações minerais presentes no Município e as ações de resistência e de construção de identidades, auxiliando na compreensão do presente, sempre retornado ao passado, para entender que nada tem fundamento no acaso, mas é necessário entender o tempo de cada relação social e datá-la de acordo com a complexidade de sua realidade.

OS CAMINHOS E AS ETAPAS DA PESQUISA

A pesquisa referente ao tema em questão tem início em seus caminhos marcados entre os anos de 2014 e 2016, no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Amazônia Oriental (Nedeter),⁴ no qual contribuímos com a organização de reuniões e plenárias do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sudeste Paraense (Codeter).⁵ Durante esse período, desenvolvemos o plano de trabalho intitulado de, “Políticas territoriais no território da cidadania do Sudeste Paraense”, ligado à Iniciação Científica. Nosso objetivo era identificar e analisar as políticas públicas do Programa Territórios da Cidadania (PTC)⁶ e, assim, gerar informação para qualificar os debates realizados no Codeter do sudeste paraense. Além disso, essa atividade foi importante para mediar às discussões teórico-conceituais que nos ajudaram a compreender o conceito de território diante da realidade do Sudeste paraense (ver mapa 01).

Ainda nesses anos, foram feitas análises e discussões sobre as políticas públicas a partir de uma análise geográfica. Para uma maior aproximação com o objeto de estudo e com

⁴Em Mendes (2014) destacamos que o Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial, criado a partir do edital 81/2013 SDT/MDA/CNPq, foi um importante veículo de disponibilização de informações e dados relevantes às atividades de pesquisa, ensino e extensão quanto ao tema do desenvolvimento territorial. Além disso, colocou-se também como uma ferramenta de incorporação de atores locais e regionais na organização e implementação de políticas de Desenvolvimento Territorial e do fortalecimento das ações de extensão universitária na Amazônia Oriental.

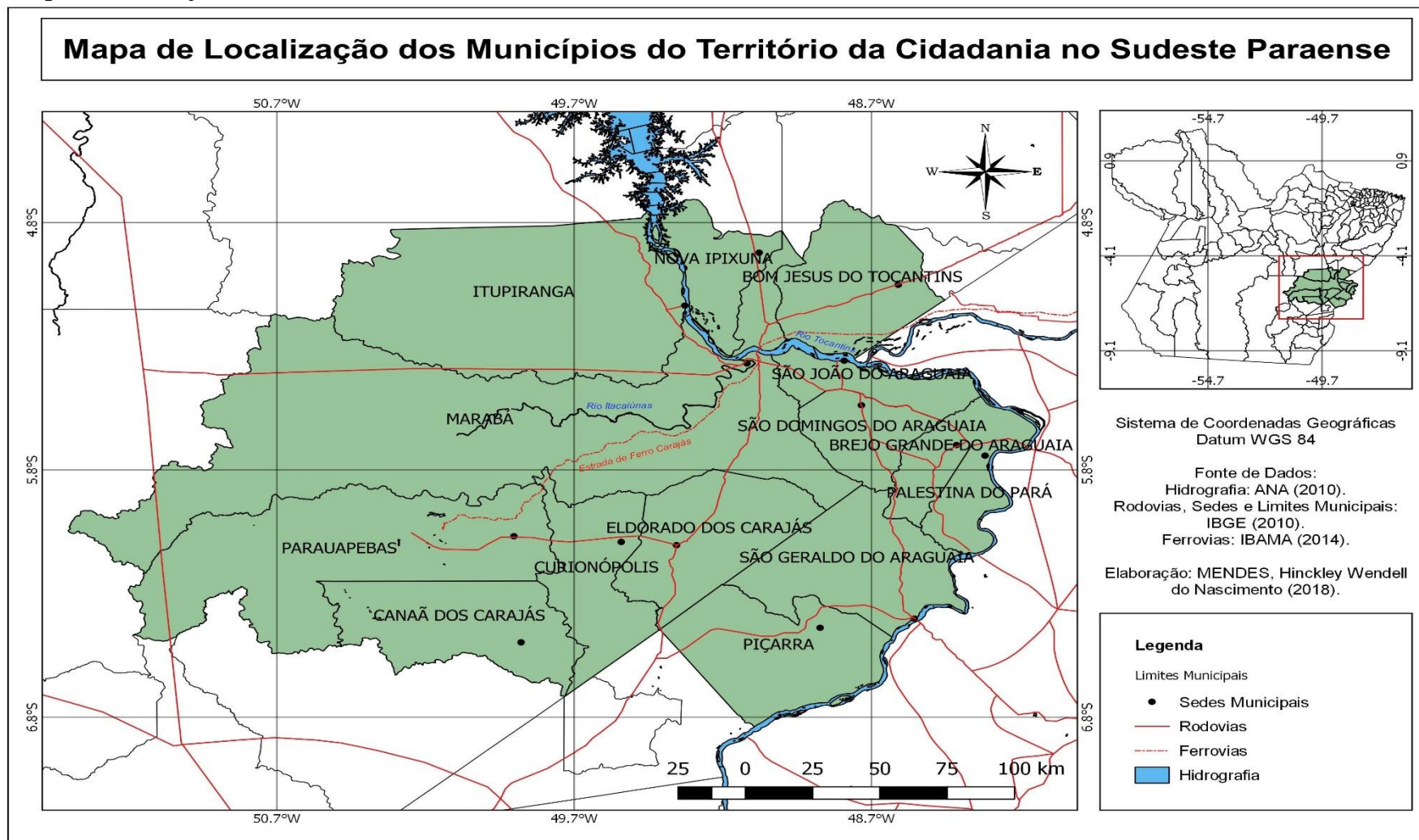
⁵ CODETER: Colegiado de Desenvolvimento Territorial possui o objetivo de promover e organizar, reuniões e discussões sobre a inclusão de políticas públicas para o desenvolvimento territorial.

⁶ No campo administrativo de elaboração da política pública, relativo ao programa Territórios da Cidadania, o território é “constituído por um conjunto de municípios com características similares – constitui-se como espaço socialmente organizado onde se mobilizam os atores regionais em prol do seu projeto de desenvolvimento” (BRASIL, 2013, não p.).

os sujeitos com os quais dialogávamos, adotamos como procedimento metodológico de pesquisa e de extensão os princípios da Pesquisa-Ação. Assim,

Em geral, a ideia de pesquisa-ação encontra um contexto favorável quando os pesquisadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tenham algo a dizer e a fazer. Não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados. (THIOLLENT, 2011 p. 22).

Mapa 01 - Municípios do Território da Cidadania do Sudeste Paraense



Assim, a pesquisa durante a participação no Nedeter, foi desenvolvida de modo que contribuísse com as atividades organizadas pelo colegiado de desenvolvimento territorial do sudeste paraense, acompanhando reuniões, contribuindo com a organização das plenárias, realizando atividades que pudessem atender as demandas do colegiado, assim, nossas ações não passaram apenas pela coleta de dados, observações e análises, mas também, contribuiu nos debates e na realização da extensão, junto aos movimentos sociais do campo e às instituições públicas e privadas da região.

Mesmo o território do Sudeste paraense possuindo 14 (quatorze) Municípios com características similares, entre elas, o histórico de conflitos, dado a dinâmica de sua formação territorial; era necessário, entretanto, diferenciar as demandas particulares de cada Município, isso nos levou a adaptar dois procedimentos nos trabalhos da pesquisa e de extensão. Em primeiro lugar, as pesquisas bibliográficas realizadas no Nedeter, estas feitas ao mesmo tempo em que se dava o acompanhamento nas discussões sobre as políticas públicas do PTC dentro do Codeter do Sudeste Paraense, junto aos atores integrantes do colegiado. As plenárias e as discussões sobre políticas públicas contavam com a participação de entidades públicas e privadas e de movimentos sociais ligados ao campo. Em geral, elas ocorriam no auditório do INCRA em Marabá – PA, e tinham como objetivo apresentar as demandas dos 14 Municípios do Sudeste Paraense. Porém, nem sempre os representantes de todos os Municípios estavam presentes. Por esse motivo, havia necessidade de acompanhamento individual de suas demandas.

Em segundo lugar, a respeito do acompanhamento e das demandas, as mesmas ocorriam trimestralmente, juntamente com a equipe formada por 01 (um) Assessor Territorial de Inclusão Produtiva (ATIP), 01 (um) Assessor Territorial de Gestão Social (ATGS), 01 (um) representante do Codeter e os bolsistas do Nedeter. Em conjunto, realizamos visitas a cada um dos Municípios do sudeste paraense, tendo assim oportunidade de conhecer de perto as demandas de cada um deles, levando as mesmas como pautas às plenárias do Colegiado.

Desse modo, os trabalhos de campo, junto à equipe do Nedeter, foram fundamentais para conhecer a realidade dos Municípios e, nessa ocasião, nos aproximamos da realidade de Canaã dos Carajás que é afetada pelas novas dinâmicas da exploração mineral, com a instalação do projeto S11D. Desse modo, tornou-se alvo das estratégias da mineradora Vale S/A, que enfraqueceu a permanência da agricultura camponesa no Município, conforme relatavam as lideranças STTR de Canaã dos Carajás e os integrantes de movimentos de agricultores no Município.

Ao realizar um trabalho de campo no Município de Canaã dos Carajás, com o objetivo de convidar representações do Município ligadas à agricultura familiar para participarem de uma plenária do Codeter durante os dias 10 e 11 de Dezembro em Marabá – PA. Ouvimos as demandas de agricultores, e observamos que elas não giravam em torno de políticas públicas que trouxessem máquinas, equipamentos ou financiamentos para produção, como ocorriam quase sempre nos debates do Colegiado, mas os agricultores pediam ajuda referente às situações ocasionadas pela mineradora Vale S/A que, com a instalação do Projeto S11D, diziam não ter mais espaço para permanência da agricultura no Município, pois a empresa com suas construções, prejudicava a produção, a criação e o transporte, além de comprar terras de agricultores, dificultando a permanência de outros que queriam continuar em suas terras.

A partir dos relatos dos agricultores do Município de Canaã dos Carajás, realizamos um levantamento documental, seguido de pesquisas bibliográficas referentes aos conflitos existentes a partir da implantação do S11D. Foi a partir daí que organizamos e desenvolvemos um primeiro campo exploratório para entender mais de perto o que tinha ocasionado conflitos entre os agricultores e a mineradora, momento este em que registramos fotografias importantes a serem apresentadas no corpo deste trabalho.

Nessa primeira ocasião de campo exploratório encontramos o presidente do STTR, Sr. Pixilinga,⁷ que nos apresentou alguns acampamentos que estavam em áreas de conflitos com a Vale S/A, a saber: Grotão do Mutum, Alto da Serra, Planalto Serra Dourada, Rio Sossego e conhecemos também um acampamento ligado ao MST, o Eduardo Galeano, mas não aprofundamos nessa realidade, pois queríamos entender melhor as demandas de agricultores ligados ao STTR de Canaã dos Carajás.

Nesse período, conheci o líder do acampamento Grotão do Mutum, o “seu Raimundão do Mutum”, o mesmo apresentou os quatro acampamentos ligados ao sindicato e suas lideranças, levando-nos de motocicleta a cada acampamento, para que pudéssemos conhecer melhor as dificuldades enfrentadas pelos agricultores e suas formas de resistência. Entretanto, foi no Rio Sossego que percebemos uma realidade que não passava apenas pelo campo de conflito entre agricultores e a empresa Vale S/A, pois percebemos um sujeito que estava diretamente ligado às estratégias da empresa, a fim de, adquirir terras de agricultura no Município, a juventude.

⁷José Ribamar da Silva Costa, agricultor, 59 anos.

No acampamento, alguns dos jovens presentes eram filhos de camponeses e que haviam se desiludido com o trabalho na mineradora quando perceberam que a Vale S/A não lhes traria oportunidades de emprego permanente, assim retornavam a seus antigos lotes ou em áreas próximas às instalações do Projeto S11D, como forma de resistência e sobrevivência, já que não conseguiam empregos na cidade.

A partir de maio de 2016, devido as condições não favoráveis de implementação de políticas públicas do PTC, após a entrada do Governo de Michel Temer, alguns ministérios foram extintos⁸, entre eles o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁹ ao qual o Nedeter estava ligado. Surgiu então a necessidade de continuar a análise das dinâmicas existentes na região do sudeste paraense.

Em janeiro de 2016, a equipe do Nedeter passou a contribuir com a construção do Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará (Lerassp) na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), o qual tinha por objetivo analisar as dinâmicas regionais e agrárias do sul e sudeste do estado do Pará. Nessa etapa, após maio de 2016, a participação no Lerassp fortaleceu a aproximação com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e com isso passamos a acompanhar os trabalhos da CPT e a ajudar no levantamento de dados cartográficos a respeito de áreas de interesse da mineradora que nos possibilitassem realizar o georreferenciamento para construção de mapas temáticos e também na organização dos movimentos da Juventude, onde passamos a trabalhar com a perspectiva da Pesquisa Participante,¹⁰ pois essa metodologia, de acordo com Becker (1993 p. 48), “consiste na coleta dados através de participação na vida cotidiana de um grupo ou organização que estuda. Nessa perspectiva, o pesquisador percebe e analisa como as pessoas se comportam diante das situações em que vivem”.

A partir da pesquisa participante e por acompanhar a realidade do acampamento, observando suas formas de reprodução e suas organizações, buscando compreender como os

⁸ “(...) após mais de três anos decorridos desde o seu retorno, o PTC em conjunto com a presença das universidades e Institutos Federais, através dos Nedets, passou a ser progressiva e aceleradamente erodido a partir de 2016, instalando-se no cenário brasileiro um processo mais amplo de desmonte da política de desenvolvimento territorial, sobretudo no que diz respeito à rede de instituições e à estrutura administrativa que forneciam a base dessa política (...)”. (SILVA, 2017, p. 04).

⁹ Criado a partir do “DECRETO N° 3.338, DE 14 DE JANEIRO DE 2000, tendo por competência: I - reforma agrária; e II - promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares” (BRASIL, 2000). O mesmo teve suas funções transferidas através da “MEDIDA PROVISÓRIA N°726, DE 12 DE MAIO DE 2016 que reorganizou e finalizou alguns Ministérios criados.” (BRASIL, 2016). E no “DECRETO N° 8.865, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016 Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República e dispõe sobre a vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.” (BRASIL, 2016, não p.).

¹⁰ O observador participante, coleta dados através da vida cotidiana do grupo ou organização que a Estuda. (BECKER, 1993 p. 47).

sujeitos presentes se constroem diante das situações de conflitos com a Vale S/A; passamos a realizar entrevistas semiestruturadas com os jovens e pais pertencentes ao Rio Sossego para analisar a partir dos relatos de suas falas, como os pais interpretam o papel da juventude e como é percebida a construção juventude diante dessas situações.

Atualmente, junto à CPT e ao movimento Debate & Ação¹¹, estamos auxiliando o movimento de jovens camponeses atingidos pela mineração em Canaã dos Carajás, reforçando o debate sobre a importância da luta pela terra e a importância da permanência no campo dadas as atuais condições políticas e das estratégias da Vale S/A de desterritorialização de jovens camponeses, visando contribuir com o processo de formação e construção social dessa categoria, bem como, pensar a elaboração de políticas para a juventude camponesa. Deste modo, a pesquisa vem sendo realizada de forma participativa, buscando analisar o papel da juventude e a sua construção como sujeito importante de luta e resistência as estratégias da Vale S/A.

Partindo dessas considerações, o presente Trabalho de Conclusão de Curso está dividido em três capítulos: O primeiro apresenta o marco teórico conceitual que nos possibilitam entender conceitos da geografia, estes importantes para compreensão dos conflitos territoriais entre a empresa Vale S/A e os camponeses. E, por qual motivo a luta pela terra é uma luta por território, pois se trata de processos de desterritorialização e reterritorialização que se configuram mediante a chegada do projeto S11D. Além disso, esses processos constroem e reconstroem sujeitos que são afetados por esses conflitos, nesse caso, a juventude camponesa, desse modo, partindo do pressuposto de que o território é constituído por sujeitos, tentamos apresentar a construção da identidade em conjunto com o território para analisar geograficamente os processos de des-reterritorialização no acampamento Rio Sossego.

No segundo capítulo, há uma abordagem a respeito das mudanças sócioespaciais que estão presentes no Sudeste paraense desde a década de 70 quando se inicia a construção de grandes projetos, fortalecendo a desterritorialização e reterritorialização de sujeitos que já estavam inseridos, com base nisso, buscamos apresentar como os projetos destinados a Canaã dos Carajás são reconfigurados dada as condições históricas a qual essa região foi pensada, mas que se reconfigura a partir dos novos projetos de “desenvolvimento”.

¹¹Movimento social e político que surgiu em 2009, com objetivo de responder as questões voltadas a Universidade Federal do Pará, campus Marabá – PA, e que a partir de 2010 se expandiu para responder às questões voltadas a região do sudeste paraense.

Por fim, no terceiro capítulo, destaca os processos que auxiliam na compreensão da construção do sujeito e do território, a partir da instalação do projeto S11D, a fim de entender o papel da juventude camponesa em meio à des-reterritorialização, onde utilizamos entrevistas com pais e jovens para entender como suas visões estão associadas a esses processos e contribuem com a luta pela terra, através das falas dos jovens podemos associar como a juventude se organiza em meio a construção de si e do território, além das entrevistas a participação em eventos nos ajudaram a compreender como a juventude se constrói politicamente, contribuindo com sua autonomia de luta pela retomada do território, entendendo que esse é um processo coletivo que contribui com a construção da identidade territorial.

1. CAPÍTULO I - MARCO TEÓRICO CONCEITUAL DA PESQUISA

Com a construção da S11D a partir de 2008, quando a Vale S/A iniciou o projeto para extração do minério de ferro em áreas da Serra dos Carajás, que ocupa parte do município de Canaã dos Carajás, uma série de mudanças passaram a alterar a dinâmica no que tange às relações sociais, políticas e econômicas de muitos agricultores que fizeram parte de sua formação. Muitos camponeses passaram por dificuldades para sua produção, devido aos empreendimentos instalados pela Vale S/A, isto é, pelas estratégias da empresa para comprar áreas de agricultores para assim aumentar seus domínios, convertendo as áreas então adquiridas ou para compensação ambiental ou para construção de estradas ou ferrovias, redefinindo seus usos.

Além de camponeses, muitos migrantes em busca de melhorias em suas condições de vida acabaram sofrendo dificuldades para permanecer no Município, pois suas expectativas individuais não foram atendidas de forma proporcional à quantidade de pessoas que chegavam a Canaã dos Carajás. Assim, muitos camponeses que perderam suas terras e migrantes sem perspectivas de empregos na cidade passaram a se unir em busca de áreas que garantissem moradia e possibilidades de melhorias nas condições de vida, integrando acampamentos próximos aos empreendimentos da mineradora para lutar e resistir pelo direito à terra, questionando a forma como a Vale S/A passou a adquirir terras no Município.

Muitas manifestações em questionamento à forma de apropriação feita pela mineradora ocorreram, entre elas, destacamos a ocupação dos camponeses que aconteceu no dia 06 de fevereiro de 2017 na Superintendência Regional do Sul do Pará (SR27), no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Foi realizada uma reunião com INCRA, CPT, Cepaspe famílias vinculadas ao STTR de Canaã dos Carajás. Na reunião foram deliberadas as seguintes Pautas:¹²

- Que o INCRA faça o levantamento de todas as áreas concentradas pela Vale S/A no Município de Canaã dos Carajás;
- Que o INCRA faça a retomada de todas as áreas públicas que foram concentradas pela Vale S/A e as destine para famílias acampadas;
- Que o INCRA retome a área da gleba três braços e faça a regularização fundiária considerando a ocupação histórica das famílias que lá estão;

¹²Ata de reunião realizada para definir as deliberações sobre a forma como a Vale se apropriou de terras no município de Canaã dos Carajás. Realizada em Marabá no dia 06 de fevereiro de 2017. (Ver anexo A)

- Que o INCRA faça de imediato o cadastro de todas as famílias acampadas no município de Canaã dos Carajás;
- Que o INCRA interceda junto a Vale S/A para suspender todas as liminares nas áreas ocupadas pelas famílias em Canaã dos Carajás.

Antes dessa reunião, onde os camponeses ocuparam a SR-27, no dia 17 de novembro de 2016,¹³ o INCRA por meio de seu setor de cartografia, enviou um ofício ao STTR de Canaã dos Carajás sobre as informações cartográficas¹⁴ a respeito das áreas onde estão localizadas os acampamentos, o ofício chegou ao Alto da Serra, Grotão do Mutum, Planalto Serra Dourada e Rio Sossego. A partir de então, os acampados pediram uma resposta ao INCRA sobre a forma como a Vale S/A adquiriu essas terras.

Seja o avanço da exploração mineral, seja a formação de movimentos organizados por sujeitos excluídos dos projetos de desenvolvimento propostos pela mineradora, essas questões requerem uma análise teórica quanto os questionamentos dos camponeses, pois entendemos que essas ações de resistência frente ao avanço da mineração em Canaã dos Carajás contribuem com a produção do espaço.

Partimos da teoria da produção social do espaço, por entender que no espaço as relações são produzidas e se manifestam construindo sujeitos e território, em vista disso, queremos apresentar as contribuições acerca de alguns conceitos fundamentais da geografia para entender nosso objeto de estudo que também vem como consequência da instalação da S11D e dos questionamentos de camponeses sobre as formas de como a mineradora adquiriu terras para implantação de seus projetos.

Em primeiro lugar, queremos abordar as contribuições do conceito de espaço para nos auxiliar a compreender o que vem ocorrendo em Canaã dos Carajás, pois é no espaço que se processam todas as ações e objetos da compreensão geográfica. Em segundo lugar, destacamos o conceito território, pois este é compreendido a partir dos conflitos por terra que passam a existir, a partir da S11D. Isso mostra que os conflitos não ocorrem somente pela posse da terra, mas sim, pelas relações afetivas, tanto de trabalho, quanto culturais, que se manifestam no material e no social, para os camponeses e pelas relações de poder para extração de recursos por meio da empresa, e por este motivo, caracterizamos como conflitos territoriais.

¹³OFICIO/ N°951/2016-INCRA/SR-27/G. Marabá-PA, 17 de novembro de 2016. (Ver Anexo B)

¹⁴ Informação F/CARTOGRAFIA N°102/2016 – Divisão Fundiária: Em atendimento ao solicitado no requerimento protocolado em 24 de agosto de 2016 pelo Sindicato Rural de Canaã dos Carajás/PA, onde está sendo pedido que o INCRA informe a situação das áreas. (INCRA, 2017, não p.) (Ver Anexo B)

Outros conceitos importantes a serem analisados são o de desterritorialização e reterritorialização, pois como já apontamos ao apresentar este trabalho, o primeiro é utilizado a partir de estratégias da mineradora para fazer avançar a exploração mineral para terras próximas ou em áreas de agricultores camponeses; o segundo analisa as contraestratégias de retomada do território, tendo a juventude como sujeito importante nesse processo.

Nossa proposta nesse primeiro capítulo é apresentar a importância do olhar da geografia para compreender o papel da categoria juventude camponesa que se constrói enquanto sujeito, sendo fundamental apresentar conceitos geográficos que se aproximam da realidade de Canaã dos Carajás, a partir da instalação da S11D. Deste modo, entendemos que para compreender o objeto de estudo, é importante analisá-lo com base em uma ciência, mostrando que nossas colocações e observações, não são frutos do acaso, mas de uma leitura geográfica do espaço.

No caso de Canaã dos Carajás, existe um processo de des-reterritorialização que ocorrem com o avanço da exploração mineral e exclusão de sujeitos do direito à terra, ou seja, de um lado Vale S/A para fins econômicos, a partir da exploração dos recursos minerais, ocasionam a exclusão de sujeitos, promovendo a desterritorialização, do outro, a juventude camponesa, uma categoria fundamental para entendermos a reterritorialização como forma de resistir estratégias da Vale S/A, podendo assim, criar sua identidade enquanto sujeito político que se torna protagonista na luta pela terra, quando passa pelas experiências de sentirem atraídos com a chegada da mineradora e quando se envolvem na luta e construção do território.

1.1. ENTENDENDO O ESPAÇO PARA COMPREENDER O OBJETO

Utilizar o conceito de espaço para compreender outros conceitos da geografia como território, desterritorialização, reterritorialização e, até mesmo a construção da identidade da juventude camponesa, como parte da construção territorial é fundamental para partirmos de um marco importante, e entender que o espaço seria a totalidade do que está em disputa e que está sendo modificado, só assim podemos compreender conflitos e identidades a partir da construção de sujeitos e do território.

Harvey já advertia para o fato de que:

A palavra “espaço” suscita, frequentemente, modificações. Complicações às vezes surgem dessas modificações (muito frequentemente omitidas na fala ou na escrita), mais do que de uma complexidade inerente à própria noção de espaço. De forma similar, quando construímos expressões como espaços do

medo, do jogo, da cosmologia, dos sonhos, da raiva, da física das partículas, do capital, da tensão geopolítica, de esperança, da memória ou da interação ecológica (mais uma vez, somente para indicar alguns dos desdobramentos aparentemente infinitos do termo), os domínios de aplicação são tão particulares que tornam impossível qualquer definição genérica de espaço. (HARVEY, 2013, p. 08)

“O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de forma que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente” (SANTOS, 2002, p. 153). Concordamos com Santos (2002) quando afirma que o espaço deve ser considerado no conjunto de suas relações, pois não se pode analisar o espaço geográfico sem levar em consideração o que contém e nele está contido. Para o autor, entender as dimensões relacionais e históricas nos permite entender o espaço.

Ao longo dos últimos trinta anos o Município de Canaã dos Carajás passou por diferentes processos econômicos, e entre eles, é possível notar que determinadas formas de reprodução econômica, como a produção de grãos e de leite, que fizeram parte da formação do Município, ainda resistem em meio à chegada da mineração, que aos poucos se apropria de parte dele, acerca da exploração e do estoque do minério de ferro. São essas mudanças que alteram a estrutura do espaço e nele se manifestam grupos afetados pelas mudanças de um novo processo econômico, nesse caso, o da mineração.

Com isso, torna-se fundamental analisar o espaço para compreender o que vem posterior às mudanças sócioespaciais e como a compreensão do espaço deve ser tomada como base para classificar e analisar as diferentes formas de uso que se processam, seja no passado seja no presente. Utilizaremos o trabalho de Harvey (2013) para apresentar inicialmente uma visão tripartite do espaço geográfico, proposta por esse autor, sustentando a ideia de que o espaço não é apenas espaço absoluto, ele é relativo e relacional, ou seja:

[...] O espaço absoluto é o fixo onde nós registramos ou planejamos eventos dentro da moldura que o constitui. Socialmente, é o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas (como Estados, unidades administrativas, planos urbanos e grades urbanas). O espaço relativo, possui dois sentidos: a primeira de que há múltiplas geometrias que podemos escolher e a segunda aponta que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem. Já o espaço relacional, sustenta que não há tais coisas como espaço ou tempo fora dos processos que os definem, a noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências são internalizadas em processos ou coisas específicas através do tempo, um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele. (HARVEY, 2013, p. 10)

Deste modo, o espaço de que falamos é o espaço socialmente produzido, portanto, é toda configuração social dotada de espacialidade, mínima que seja, que resulta do trabalho de todos. É por meio dela que construímos nossas relações de trabalhos, políticas, econômicas e culturais. É com ela que por vezes interagimos. Para Lefebvre:

Nada hay en la historia y en la sociedad que no sea adquirido y producido. La misma «naturaleza», tal como es aprehendida en la vida social por los organos sensoriales, ha sido modificada, esto es, producida. Los seres humanos han producido formas politicas, juridicas, religiosas, artisticas, filosoficas e ideologicas. La produccion, en sentido lato, comprende pues una multiplicidad de obras y formas diversas, incluso si esas formas no portan la marca de los productores y del proceso de produccion (como en el caso de la forma logica, la de la abstraccion que pasa facilmente por atemporal y no-producida, es decir, metafisica). (LEFEBVRE, 2013, p.125)¹⁵.

A produção do espaço ocorre pelas relações culturais, afetivas, econômicas, políticas e até mesmo por meio de relações de poder. O espaço é construído por esse conjunto de relações que contribuem com a construção de sujeitos por meio dos processos a qual estão envolvidos. Vejamos:

“El espacio (social) no es una cosa entre las cosas, un producto cualquiera entre los productos: mas bien envuelve a las cosas producidas y comprende sus relaciones en su coexistência y simultaneidad: en su orden y/o desorden (relativos). En tanto que resultado de una secuencia y de un conjunto de operaciones, no puede reducirse a la condicion de simple objeto.”¹⁶. (LEFEBVRE 2013, p. 129).

Por outro lado, um pouco mais fundamentado nessa perspectiva de Lefebvre, Harvey propõe cruzar a ideia de espaço absoluto, relativo e relacional aos conceitos de espaço experimentado, espaço conceitualizado e espaço vivido.

Entendemos que a análise sobre o espaço deve ser relacionada a tudo que vivemos independentemente do tempo para que possamos compreender o papel da categoria espaço e analisarmos a forma como ele é compreendido por diferentes agentes. Em artigo recente intitulado “espaço como palavra-chave”, o autor propõe um quadro comparativo, onde

¹⁵Não há nada na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. A mesma "natureza", assim como é apreendida na vida social por órgãos sensoriais, tem sido modificada, isto é, produzida. Os seres humanos têm produzido formas políticas, legais, religiosas, artísticas, filosóficas e ideológicas. A produção, em sentido amplo, compreende, portanto, uma multiplicidade de obras e formas diversas, mesmo que essas formas não trazem a marca dos produtores e o processo de produção (como no caso da forma lógica, a da abstração que passa facilmente por intemporal e não produzido, isto é, metafísica). (LEFEBVRE, 2013 p.125, tradução nossa)

¹⁶“O espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, qualquer produto entre os produtos: em vez disso, envolve as coisas produzidas e entende suas relações em sua convivência e simultaneidade: em sua ordem e / ou desordem (relativa). Assim que, como resultado de uma sequência e um conjunto de operações, não pode ser reduzido à condição de um objeto simples.” (LEFEBVRE, 2013 p. 129, tradução nossa).

relaciona sua visão tripartite a partir do espaço absoluto, relativo e relacional associando à visão tripartite de Lefebvre, buscando compreender como esses objetos podem ser observados dentro do espaço quando os associamos às diferentes interpretações. Vejamos o quadro que Harvey (2013, p. 22) propôs a partir de sua visão tripartite, relacionado à visão tripartite de Lefebvre.

Quadro 01- Uma matriz dos possíveis significados do espaço como palavra-chave

	ESPAÇO MATERIAL (ESPAÇO EXPERIMENTADO)	REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO (CONCEITUALIZADO)	ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO (ESPAÇO VIVIDO)
ESPAÇO ABSOLUTO	Muros, pontes, portas, solo, teto, ruas, edifícios, cidades, montanhas, continentes, extensões de água, marcadores territoriais, fronteiras e barreiras físicas, condomínios fechados.	Mapas cadastrais e administrativos; geometria euclidiana; descrição de paisagem; metáforas do confinamento, espaço aberto, localização, arranjo e posição (comando e controle relativamente fáceis) – Newton e Descartes.	Sentimentos de satisfação em torno do círculo familiar; sentimento de segurança ou encerramento devido a confinamento; sentimento de poder conferido pela propriedade, comando e dominação sobre o espaço; medo de outros que “não são dali”.
ESPAÇO RELATIVO	Circulação e fluxo de energia, água, ar, mercadorias, povos, informação, dinheiro, capital; acelerações e diminuições na fricção da distância.	Cartas temáticas e topológicas (ex: o sistema de metrô de Londres); geometrias e topologias não euclidianas; desenhos de perspectiva; metáforas de saberes localizados, de movimento, mobilidade deslocamento, aceleração, distanciamento e compressão do espaço-tempo (comando e controle difíceis requerendo técnicas sofisticadas). <i>Einsteine Riemann.</i>	Ansiedade por não chegar à aula no horário; atração pela experiência do desconhecido; frustração num engarrafamento; tensões ou divertimentos resultantes da compressão espaço tempo, da velocidade, do movimento.
ESPAÇO RELACIONAL	Fluxos e campos de energia eletromagnética; relações sociais; superfícies econômicas e de renda potenciais; concentrações de poluição; potenciais de energia; sons, odores e sensações trazidas pelo vento.	Surrealismo; existencialismo; psicogeografias; ciberespaço; metáforas de incorporação de forças e de poderes (comando e controle muito difíceis – teoria do caos, dialética, relações internas, matemáticas quânticas) – <i>Leibniz, Whitehead, Deleuze, Benjamin.</i>	Visões, fantasmas, desejos, frustrações, lembranças, sonhos, fantasmas, estados psíquicos (ex: agorafobia, vertigem, claustrofobia)

Fonte: HARVEY (2013, p.23).

Significaria dizer que há uma dimensão absoluta, relativa e relacional do espaço que experimentamos por meio de nossas práticas espaciais; da mesma forma que há uma dimensão absoluta, relativa e relacional do espaço que conceitualizamos e do espaço vivido por nós.

Acreditamos que muito mais do que definir o espaço em si, como se fosse composto de três dimensões apenas, pensamos que a proposta de Harvey nos indica formas sistemáticas de apreensão do espaço socialmente produzido, capaz de nos permitir enxergar três possibilidades distintas de nos relacionarmos de produção, relação e interação. Ou, aplicado para a nossa proposta de trabalho, significaria dizer que a des-reterritorialização da juventude

camponesa em Canaã dos Carajás apresenta uma dimensão absoluta, relativa e relacional de seus espaços experimentados, conceitualizados e vividos.

Diante dessa proposta, poderíamos dizer que é possível observar conflitos entre agricultores e a mineradora Vale S/A pela propriedade da terra, ou seja, pela dimensão de espaço absoluto, como proposto a partir da leitura de Harvey (2013). Todavia, não podendo ser analisado apenas nessa dimensão, o espaço em Canaã dos Carajás possui diferentes valores para os agricultores e para a mineradora Vale S/A, e por esse motivo o espaço também é relativo. No espaço relacional podemos perceber que apesar do Município viver um período em que sua economia está voltada à mineração, ainda é possível encontrar áreas de produção de grãos e leite presente, mesmo em menor escala.

Os agricultores camponeses nesse sentido resistem a essas transformações econômicas lutando para não perder seus territórios. Outra maneira de analisar o espaço relacional é entender as situações independentes do tempo presente, e os diferentes grupos que lutam pela terra, mesmo que possuindo objetivos em comum. Dentro dos diferentes interesses existentes entre a mineradora e camponeses, encontram-se grupos como a juventude, que busca no espaço formas de retomar o território, não apenas para possuir a terra como valor de uso¹⁷, mas também para buscar formas de permanência de acordo com as necessidades atuais da juventude camponesa.

É com base nessa abordagem que, de modo geral, apresentaremos um quadro que define como essa visão cruzada do espaço tripartite proposto por Harvey poderia ser adaptada ao caso de Canaã dos Carajás, tomando como base elementos das observações feitas em trabalhos de campo realizado no Município e no acampamento Rio Sossego.

¹⁷O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de forma formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma da sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca. (MARX, 2013, p. 114)

Quadro 02 - Uma matriz dos possíveis significados do espaço no acampamento Rio Sossego, a partir do espaço tripartite de Harvey e tripartite de Lefebvre

	ESPAÇO MATERIAL (ESPAÇO EXPERIMENTADO)	REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO (CONCEITUALIZADO)	ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO (ESPAÇO VIVIDO)
ESPAÇO ABSOLUTO	Ferrovia, cerca, rio, portão da S11D, rio sossego, área da flona de Carajás, área do acampamento, barracão de reuniões.	Mapas de localização, divisão dos lotes, demarcação, divisão dos locais de produção, criação, feiras livres em Canaã dos Carajás para venda dos produtos.	Sentimento de satisfação e poder por sua “propriedade”, possibilidade de ter a família por perto, sentimento de segurança e insegurança por medo da Vale.
ESPAÇO RELATIVO	Circulação e fluxo de mercadorias e população, mudanças no campo e na cidade, mudanças no ciclo econômico do município, mudança na liderança do acampamento, entrada de novos integrantes no acampamento.	Projetos para novas áreas em Canaã dos Carajás, construções de condomínios e bairros, novos acampamentos, novas demandas, ameaças de despejos em outros acampamentos que causa medo e insegurança.	Vontade de retornar para o campo, vontade de sair, desejo de acabar com a Vale, desejo de negociar com a Vale, diferenças nas formas de pensar dos sujeitos que estão presentes no acampamento, para alguns a conquista da terra como forma de sobrevivência e garantia para o futuro e para outros uma terra de lazer ou para vendas posteriores.
ESPAÇO RELACIONAL	Acordos e desacordos com o Estado e a Vale para avanço da exploração mineral, eventos promovidos pelos acampados para construção política.	Controle sob o acampamento por meio de carros pertencentes a Vale S/A, trêm que passa pelo acampamento causando desconforto aos moradores do Rio Sossego, formas de apropriação e às relações internas de afetividade familiar e conflitos internos entre os próprios acampados.	Lembranças de suas trajetórias, medo de não dar certo e morrer, desejo de morrer pela luta e pela terra, tentação ao trabalho na mineradora ou retorno ao campo.

Adaptado e Org: MENDES, H.W. DO N. (2017)

O avanço da mineração em Canaã dos Carajás acarretou uma série de mudanças físicos-territoriais, naturais e sociais que resultaram em diversos conflitos pelo uso do território, seja por meio da mineradora Vale S/A, que possui interesses pela matéria prima para exportação em larga escala, seja por meio de sujeitos que estavam presentes nesse território e que se veem ameaçados de perder suas áreas, para o avanço da exploração mineral que, em geral, possui apoio do Estado. Nossas análises nos apontam para uma perspectiva espacial que é produzida e reproduzida por relações econômicas, sociais, culturais e políticas, marcadas por processos históricos que se reconfiguram no presente.

Acerca dessa perspectiva, podemos compreender outros conceitos da geografia, como o de território, de desterritorialização e de reterritorialização que propomos trabalhar visando compreender a construção da identidade da juventude em meio aos processos de luta por território, pois é a partir do espaço geográfico que conseguimos analisar as relações em seu conjunto total, não analisando simplesmente o social ou o físico-natural, mas a integralidade

dos processos que se manifestam no espaço. Neste sentido, propomos no próximo tópico entender um pouco mais sobre os conflitos existentes, apresentando o conceito de território que mais se aproxima da realidade de Canaã dos Carajás, dada os novos investimentos da mineradora Vale S/A.

1.2. DOS CONFLITOS TERRITORIAIS ÀS RESISTÊNCIAS

O Sudeste paraense tem se tornado palco de diversos investimentos, dado a quantidade de projetos de integração e desenvolvimento voltados para a região e com objetivo de atender interesses do capital. Entre esses investimentos, a exploração mineral se destaca como importante eixo econômico que resulta em uma série de conflitos que estão e, foram inseridos nessa região. Vejamos o que aborda Coelho T. (2014, p. 31):

A acumulação de capital em atividades extrativas, quando lideradas pelas elites do capitalismo dependente e periférico, só pode ser realizada com todo o seu vigor às expensas da natureza e do trabalho. As classes dirigentes optam por enfrentar a competitividade do mercado internacional reforçando a exploração de terras e recursos naturais, abundantes nos países dependentes, ao invés de aumentar a produtividade por meio de investimentos em inovações tecnológicas e valorização dos trabalhadores. No caso da mineração brasileira, o aumento da produção é feito principalmente por meio da expansão sobre os territórios destinados para a exploração mineral.

O investimento mineral no Sudeste paraense vem ocorrendo desde a chegada de grandes projetos a partir da década de 70 na Amazônia e especial no nessa região, inserindo-se em diversos territórios de acordo com as necessidades de exploração em benefício do capital internacional, prejudicando deste modo sujeitos que estão presentes na região. É com base nesses processos que esta pesquisa aborda o Município de Canaã dos Carajás, pois este vem concentrando diversos conflitos a partir da instalação da S11D em 2008, gerando assim a luta pelo território de grupos sociais camponeses que tem relação com a terra a partir da agricultura *versus* os interesses da mineradora Vale S/A, que busca formas de desterritorializar esses movimentos para acelerar o processo de exploração mineral.

Para Gonçalves (2017, p. 77), “as tensões territoriais em curso são vividas/sentidas/pensadas por aqueles (as) que as protagonizam de modo diverso e contraditório. Os conflitos são a manifestação da prática concreta dessas contradições”. Para o autor, o conflito só existe porque nesse conflito existem no mínimo duas visões, neste caso,

são os interesses de camponeses em lutar pela posse da terra ou da Vale S/A que necessita que a saída de camponeses ocorra para dar continuidade a exploração mineral.

Os conflitos territoriais não existem somente por existir contradições e visões diferentes, eles existem porque estão ligados a um determinado conceito de território e à forma como o território é interpretado e analisado a partir da exploração de recursos naturais que resultam na (re)sistência, organização e construção de sujeitos afetados pelas contradições desses conflitos. Afinal, nosso foco não é analisar os conflitos territoriais, e sim, como esses conflitos territoriais contribuem para a construção da juventude camponesa a partir da luta pelo território, e, assim, relacionar o conceito de território a partir da construção da identidade de sujeitos que se constroem nas experiências de luta e resistência. Vejamos o que nos aponta Malerba:

Os conflitos referentes à mineração envolvem além de populações tradicionais, assentados, sem-terra, posseiros e pequenos proprietários que têm sido vítimas de ações de violência decorrentes da atuação de mineradoras em seus territórios. Invasão de terras e ameaça de expulsão e despejo, destruições de moradia e pertences são as principais denúncias quanto à ação de empresas. (MALERBA, 2015, p. 83)

Entender a disputa pelo território é entender que existem fatores que ocasionam o conflito, como os que decorrem da valorização diferenciada dos elementos de caráter natural, a partir do que o território possui enquanto fonte de riqueza, ou seja, do valor social de seu conteúdo natural; como aqueles que se referem à defesa pela sobrevivência, ainda que seja de aspecto mais cultural, como a defesa do simbólico e do sentimento de pertencimento ao espaço que pode não mais existir.

Neste sentido, entendemos também que para alguns grupos, neste caso os camponeses que se veem ameaçados de perder suas terras para o avanço da mineração, a luta pela terra é uma luta por território, pois é nesse território que se organizam, constroem e executam formas de sobrevivência e de continuidade do modo de vida camponês. Já para a mineradora, a terra possui outro valor (econômico), acerca da exploração em benefício do capital. O controle do território de mineração, neste caso, existe para que a exploração mineral continue a existir, pois, como nos afirma Gonçalves (2012, p. 287), “o controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais, apesar dos avanços assinalados dos novos materiais”.

A terra representa para alguns, muito mais do que valor de uso ou de troca¹⁸. Ela representa formas de sobrevivência e poder através da utilização de recursos naturais, para que a permanência de grupos e indivíduos continuem existindo, por esta razão, entendemos que existe por parte da mineradora Vale S/A estratégias que, segundo os moradores, visam desterritorializar camponeses de seus territórios e exercer poder sobre essas terras, pois a visão da mineradora para com a terra é de controle do território para perpetuar a exploração mineral e, assim, continuar adquirindo outras áreas. Entretanto, à medida que camponeses, entre eles, jovens, são desterritorializados pela Vale S/A e, se vêm perdendo seu território, buscam construir contraestratégias de reterritorialização em áreas próximas à instalação de projetos da mineradora.

Nesse sentido, entendemos que a disputa em questão é por projetos de desenvolvimento territorial propostas para o campo. De um lado a proposta da empresa que tem como premissa formas de fortalecer as demandas do capital internacional, por outro, a dos camponeses estruturando estratégias de sobrevivência. Por esse motivo os conflitos são presentes, pois só existe conflito quando existem grupos que são afetados por projetos de desenvolvimento do capital. Para Fernandes (2004, p.02), “conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente.”

Para Fernandes (2004) a questão agrária sempre esteve relacionada aos conflitos por terra, entretanto, analisá-la somente pelo âmbito do conflito por terra é muito reduutivo, pois são conflitos territoriais que envolvem muito mais do que enfrentamento com o Estado e com empresas, como é o caso de Canaã dos Carajás, eles envolvem temporalidades e espacialidades, sendo assim, o autor utiliza o conceito de conflitualidade para compreender essas contradições existentes no campo. Vejamos o que afirma Fernandes:

A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais. (FERNANDES, 2013, p. 174)

¹⁸O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. Por isso o valor de troca parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria. (MARX, 2013, p. 114)

Ainda de acordo com Fernandes (2013, p. 175) “os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento ‘territorial’ rural e nestes se desdobram”. Contudo, não são conflitos somente pelo desenvolvimento rural, o capitalismo busca formas de atender suas demandas, independente do rural ou não, embora ele afete sujeitos presentes no campo.

Com base nos conflitos territoriais existentes entre Vale S/A e camponeses, entendemos que a juventude camponesa deve ser analisada de maneira especial, pois esta é desterritorializada por estratégias utilizadas pela Vale S/A, para afastar trabalhadores de áreas de seu interesse. Embora exista um processo de saída de jovens do campo para a cidade, é fundamental entender que, quando esses jovens são demitidos das empreiteiras, eles retornam para o campo ou têm o desejo de retornar, ocupando seus antigos lotes ou áreas próximas aos projetos de instalação da mineradora.

Desse modo, partimos do pressuposto de que, em Canaã dos Carajás, existe um processo de des-reterritorialização,¹⁹ isto é, uma desterritorialização seguida de uma reterritorialização em áreas próximas aos projetos da mineradora, pois à medida que esses jovens saem desses empregos na mineradora, procuram outras formas de reprodução a partir da construção de acampamentos ligados ao campo.

Um exemplo desse processo de reterritorialização é o acampamento Rio Sossego que surgiu como resistência ao avanço da exploração mineral do projeto S11D e, além de estar próximo às áreas de interesse da Vale S/A, apresenta alguns jovens, filhos ou netos de camponeses que foram atraídos ao emprego na mineradora, ou ainda, veem-se tentados a empregos terceirizados, dado as dificuldades existentes por conta dos conflitos territoriais.

O acampamento não possui maioria de filhos de camponeses de Canaã dos Carajás, pois a migração aumentou a população e não garantiu empregos na cidade, inclusive jovens que junto de seus pais se inseriram na luta pela terra, por terem se decepcionado com a Vale S/A estão presentes no acampamento. Entretanto, ainda é recorrente ouvir de filhos mais novos a insegurança ao falar de trabalho na Vale S/A e percebemos que isso ocorre devido às constantes ameaças de despejos nos acampamentos e é por este motivo que entendemos que os jovens atraídos ou que trabalharam na mineradora são fundamentais para ajudar na organização e resistência de novas gerações para que permaneçam no campo, afinal foram esses jovens que passaram pela experiência de emprego na mineradora e perceberam que

¹⁹ Podemos dizer que toda construção de território nos transmite a ideia de desterritorialização e, conseqüentemente, reterritorialização. Logo, o território expressa nitidamente as contradições sócioespaciais, em decorrência da inserção e dinâmica que o capital impõe sobre o espaço. (PAULA, SILVA, SILVA, SILVA, SOUSA, 2010, p.67)

aquele tipo de emprego não lhe ofereceria mais segurança de sobrevivência. De acordo com Cardoso; Candido e Melo:

A correlação de forças estabelecida a partir da entrada da mineração no município gerou a expectativa de contínua conversão do território à racionalidade do “progresso” e do “desenvolvimento”, ainda que isso significasse a intensificação dos conflitos socioambientais convenientemente mantidos como pontos cegos. A visibilização desses conflitos demanda abordagens de análise que articulem os processos manifestos nas diferentes escalas e revelem suas expressões na esfera da vida cotidiana, explicitando como as negações se articulam às estratégias de dominação e ideologias hegemônicas. É nessa escala que se observa como as novas configurações (tipologias de uso e ocupação do território) interferem na vida das pessoas, qualificando-a como a melhor escala de resolução melhor para revelar as travas ao transbordamento da riqueza, circulante no circuito superior para o inferior. (CARDOSO; CANDIDO E MELO, 2017, p. 13).

Com o avanço da exploração mineral em Canaã dos Carajás, a agricultura camponesa que fez parte do processo de construção do Município vem sendo ameaçada pela valorização dos investimentos do capital em projetos de mineração, onde jovens filhos de agricultores precisam lutar e resistir contra a Vale S/A e as formas como a mesma vem se apropriando de extensões territoriais, provocando alterações em sua estrutura fundiária, pois ao intensificar a exploração mineral coloca em risco a permanência de sujeitos ligados ao campo, sendo necessário que movimentos camponeses se organizem lutando contra esse avanço. Desse modo,

O território deve ser visto na perspectiva de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva. (HAESBAERT, 1997, p. 41).

Entendemos a luta pela terra como a luta pelo território, pois a terra representa muito mais do que valor de uso ou de troca, ela representa relações de afetividade e poder, na qual se manifestam relações políticas, econômicas, sociais e culturais, onde sujeitos são construídos e reconstruídos a partir de sua própria experiência na luta pela terra, como por exemplo, as participações em mobilizações que contribuem com processos de reterritorialização, resistência, participação no acampamento em reuniões, trabalho e na valorização da unidade familiar, fazem com que jovens camponeses busquem lutar por estabilidade territorial, do mesmo modo, a empresa cria estratégia de desterritorialização e, através de um conjunto de ameaças, geram desconfortos nos camponeses, a projetos

destinados ao Município e a busca pelo apoio do Estado para contribuir com o processo de exploração mineral.

E, por esta razão, entendemos que a instalação da S11D e o interesse da Vale S/A por outras áreas no Município, ocasionam processos desterritorialização de camponeses de seus territórios, exercendo poder ou controle sob essas terras, entretanto, à medida que camponeses, inclusive jovens, desterritorializados pela Vale S/A se veem perdendo seus territórios, buscando assim, formas de reterritorialização em áreas próximas a instalação de projetos da mineradora. Para Haesbaert (2014):

O território, tanto quanto os processos de desterritorialização, não pode ser tratado simplesmente como esfera das relações jurídicas-administrativas, embora nelas encontre, é claro, uma das questões fundamentais a ser analisadas. Se o poder, como afirma Foucault implica sempre a resistência, que nunca é exterior a ele, os grupos subalternos ou “dominados” na verdade estão sempre também (re)construindo suas territorialidades, ainda que relativamente ocultas, dentro desse movimento desigual de dominação e resistência. Nesse sentido é que o poder vai além da figura do Estado – e de suas territorialidades, ele envolve esferas, como cultural e a econômica. (HAESBAERT 2014, p. 44).

De forma simplificada, podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona (ou se perde) o território “é a operação de linha de fuga”, e a reterritorialização é o movimento de reconstrução do território (DELEUZE E GUATARRI; 1997, p. 224 *apud* HAESBAERT; 2012, p. 127). Assim, o conceito de desterritorialização é fundamental para explicar a tentativa de exclusão de camponeses de seus territórios que é, nesse caso, promovida pelas ações da mineradora Vale S/A. Todavia, toda desterritorialização levará estes agentes à busca por formas de reprodução em outros territórios ou até mesmo nos antigos, ou seja, os camponeses, na tentativa de retomada do território, reterritorializam-se, sendo estes os principais motivos que levam à construção de acampamentos próximos das áreas de implantação de projetos da mineradora.

Os acampamentos são as maiores alternativas de reterritorialização e resistência, pois construí-los, é uma forma de assegurar o território em disputa e mostrar que esses movimentos não podem ser esquecidos, mas eles estão lá e resistem e buscam explicações sobre a forma como a mineradora utiliza estratégias que desterritorializam esses camponeses.

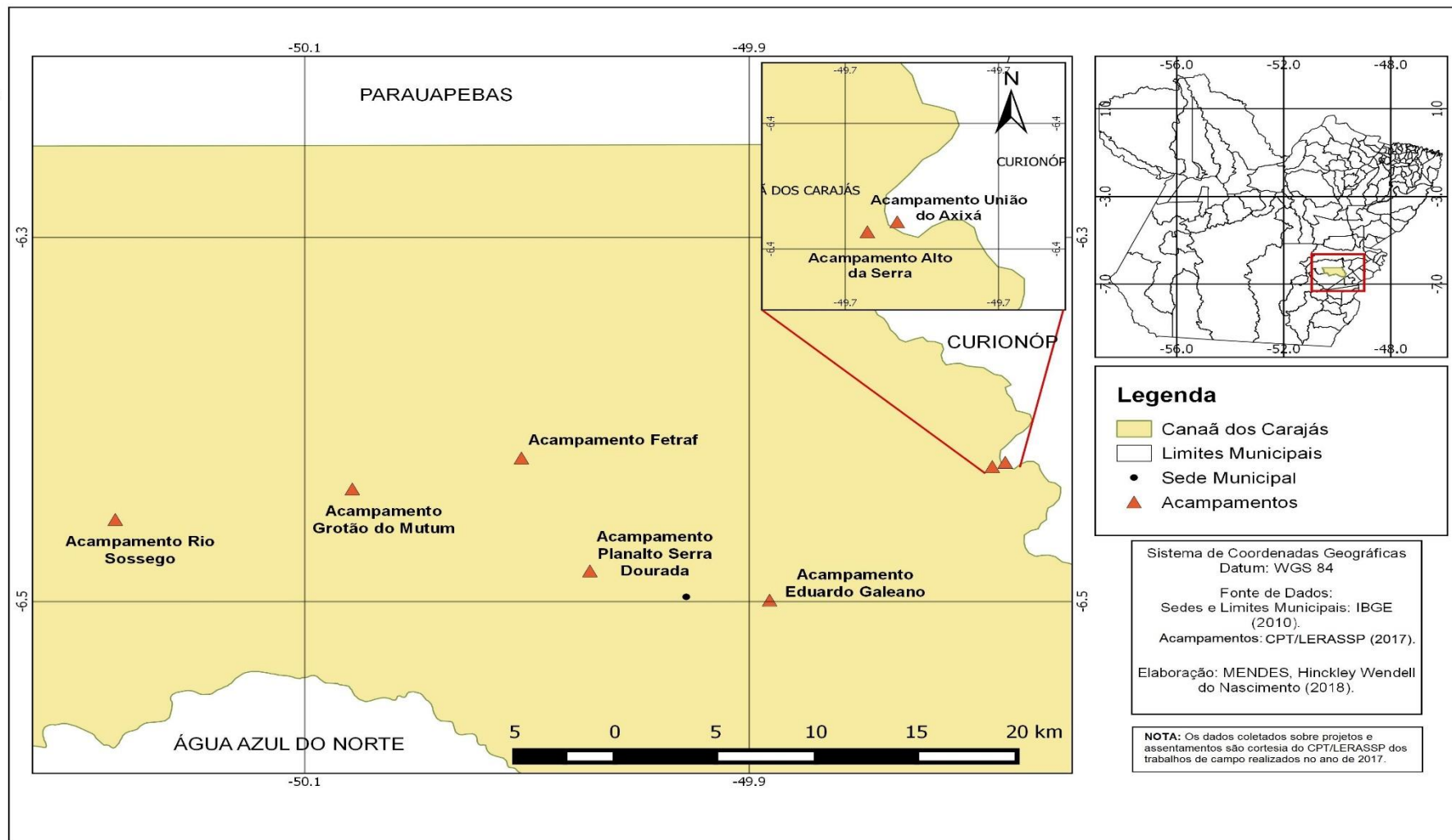
Segundo Fernandes:

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São formas de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de

ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência. (FERNANDES, 2001, p. 11).

Esses acampamentos como afirma Fernandes (2001), originam-se da ocupação de terras como uma forma de intervenção dos trabalhadores no processo político e econômico de expropriação. Em Canaã dos Carajás a criação de acampamentos se intensificam a partir de 2015, quando a fase de construção da S11D vem se finalizando, os migrantes que ficaram sem oportunidades de emprego e pessoas ligados ao campo, inclusive jovens filhos de agricultores que saíram do campo para tentar empregos na cidade, viram nos acampamentos uma forma de sobrevivência e trabalho *a priori*, posteriormente a construção política vem se constituindo a partir do momento que passam a questionar a forma como a Vale S/A adquire terras para exploração mineral e viabilidade dos projetos da mineradora.

Mapa 02 - Localização dos acampamentos instalados em Canaã dos Carajás



1.3. ACAMPAMENTO RIO SOSSEGO

De acordo com o INCRA (2017), o acampamento Rio Sossego iniciou sua ocupação no dia 10 de outubro de 2015, e os mesmos consideram uma luta que deve ser repassada às demais gerações. Atualmente, conta com aproximadamente 70 famílias cadastradas e 25 famílias residindo no local, a área reivindicada é de cerca de 230 alqueires no total. Está localizado no Sítio Deus é Amor, a área pretendida pelos acampados encontra-se localizada nas glebas: Três Braços, Chicrim e Buriti II parte “A” – ver figura I –.

Dentro do acampamento percebemos uma dinâmica diferenciada que é a do trabalho familiar como forma de garantir sustento para os que estão envolvidos na luta. O acampamento que está localizado próximo a entrada do projeto S11D, possui cerca de 18 jovens que estão construindo nesse acampamento, por isso nossa opção por trabalhar com o acampamento que vem se construindo a partir dessas especificidades da juventude que adquiriu experiências de trabalho ou tentativa de trabalho na mineradora, causando nesses sujeitos motivos de lutar pela retomada do território no processo de reterritorialização.

O acampamento possui roças com plantações de milho, feijão, arroz, hortaliças, frutas e criação de animais como galinhas e porcos, o trabalho é desenvolvido pelos membros das famílias que se dividem em trabalhos nas roças e domésticos (ver foto 01), das 25 (vinte e cinco) famílias instaladas no acampamento, 20 (vinte) já estão residindo em seus lotes que fica distante da área onde ocorre reuniões com os acampados e, apenas 5 (cinco) famílias moram no local que chamam de vila, por ser o local onde os acampados fazem reuniões semanais.

Foto 01: Família reunida para desbulhar o feijão



Foto: Hinckley Wendell do Nascimento Mendes, Canã dos Carajás, 2017.

Mapa 03 - Localização do acampamento Rio Sossego

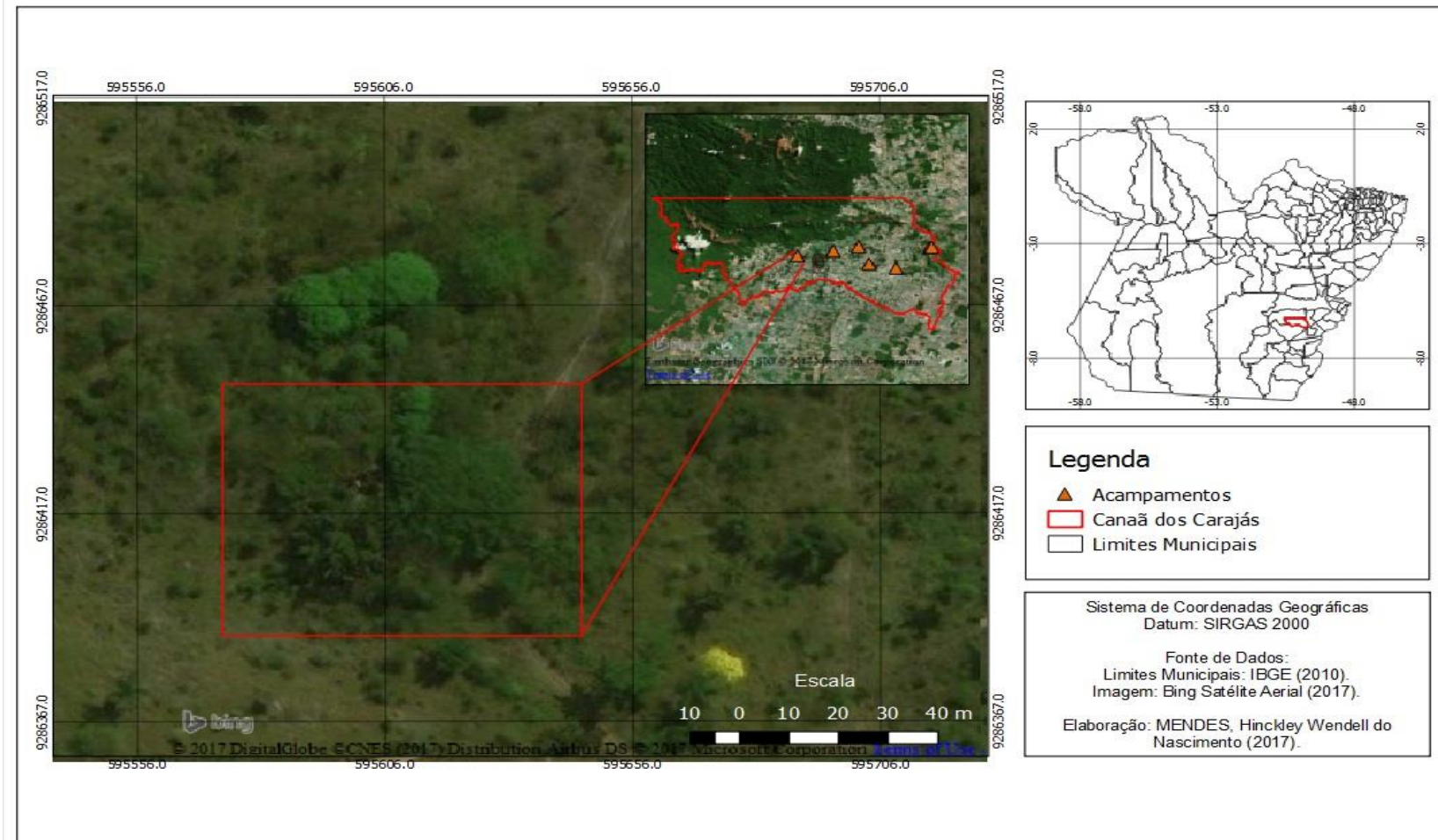
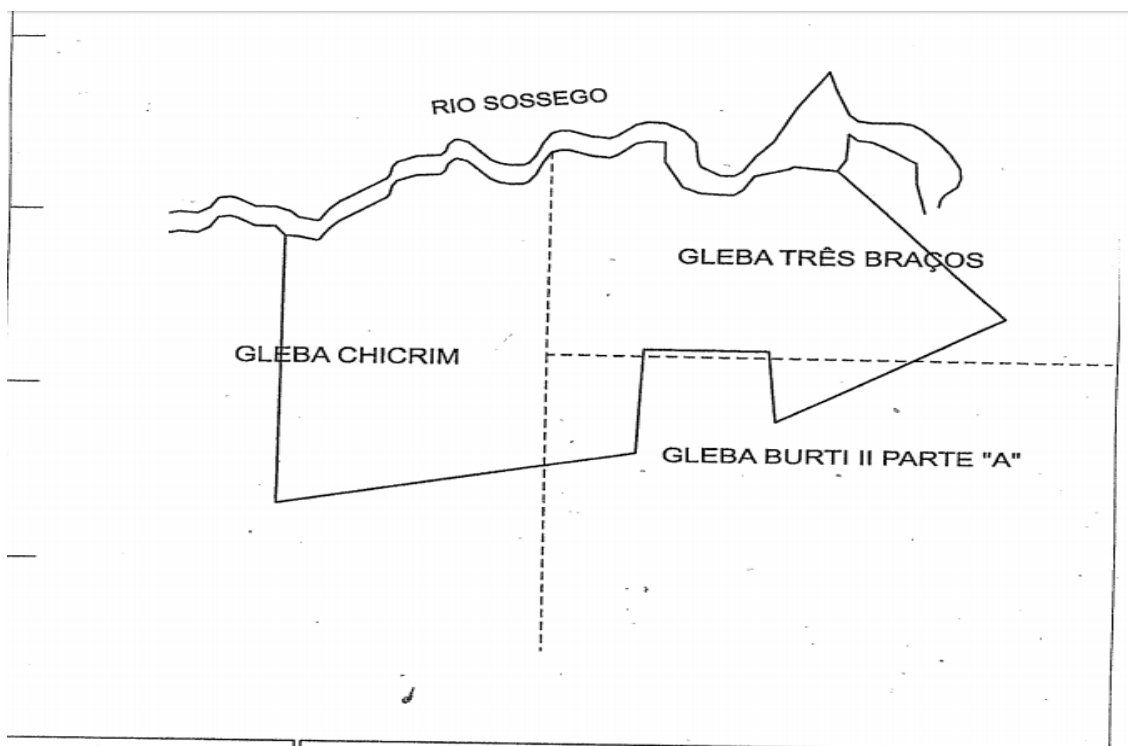


Figura 1 - Mapa de localização da área pretendida pelo acampamento Rio Sossego



Fonte: INCRA, 2016.

O mapa 03 acima destaca a localização do acampamento Rio Sossego, que está na divisa com a área pertencente a Serra dos Carajás e o projeto S11D. A resistência nesse acampamento, e a participação, exigem dos moradores resistência por conta do medo que é recorrente por conta das ameaças, dos carros de segurança, de helicópteros que sobrevoam o acampamento. Todos esses meios de monitoramento causam desconforto aos acampados, justamente por ser um local de interesse da mineradora e dos acampados, gerando conflitos pela disputa do território, de um lado a mineradora Vale S/A utilizando de estratégias de ameaças, de outro, camponeses que resistem a essas ações permanecendo e trabalhando no acampamento.

É importante que se haja uma análise sobre os sujeitos que se constroem no acampamento, por conta das dificuldades de permanência e, como eles resistem frente a esses processos, como, por exemplo, a juventude camponesa, que diante dos conflitos territoriais que vivencia, se constrói politicamente por conta da construção de um território que ainda vem se consolidando a partir dos processos de reterritorialização.

1.4. A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO E LUTA PELO TERRITÓRIO

Para Castro (2009), a sociedade associa o jovem a uma categoria que ainda está sendo construída, assim, ele ainda estaria em formação, nesse sentido, seria o futuro. Porém, ao analisar o contexto dos jovens camponeses no Município de Canaã dos Carajás, percebe-se que a juventude não é apenas uma categoria que visa o futuro, pois ela busca viver uma luta presente, mostrando que foi afetada pelas estratégias capitalistas, ou seja, a juventude se apresenta como categoria presente, que contribui para as transformações futuras.

Alves e Vinha (2005) afirmam que é necessário entender a juventude como uma construção histórica. O jovem não é identificado meramente pela faixa etária, mas antes se configura como sujeito histórico que deve ser entendido a partir da realidade social e cultural no qual está inserido. Isso mostra que, a construção de um sujeito em uma área de conflitos e disputas, seja por parte de sujeitos locais em luta pela permanência na terra, seja por empresas com interesses pelos recursos naturais. Agora, de qual sujeito falamos? Como já salientado, o Sudeste paraense destaca-se pela quantidade de investimentos que essa região concentrou e ainda concentra, atraindo e expulsando sujeitos que passaram a se construir como parte desse território que ainda se constrói em meio a uma quantidade de conflitos que se perpetuam. Para Cruz:

A partir da intervenção militar, a Amazônia se tornou um imenso campo de tensão, no qual as disputas pelas terras, minérios, madeiras e rios eram constantes. Era a disputa entre capital nacional e capital estrangeiro, capital público e capital privado, porém em determinados momentos, estes se articulavam para juntos orquestrarem o saque e a destruição. No meio destas disputas de interesses estava o povo amazônida, que resistia e reivindicava os seus interesses. Enquanto isso, mais gente era atraída para a Amazônia a fim de servir de força de trabalho para os grandes empreendimentos da região e, desse modo, entrar na disputa pelos recursos naturais. (CRUZ, 2015, p.28).

É nesse contexto de intensos fluxos migratórios, e de povos que já existiam que, destacamos a ação do camponês, muito embora ele não seja o único a se colocar em luta para obter a posse da terra e reproduzir suas formas de sobrevivência. O campesinato em Canaã dos Carajás passa por um momento de des-reterritorialização, pois sujeitos desterritorializados se organizam para reterritorializar outras áreas ou a mesma área, levando em consideração suas formas de organização políticas, econômica e culturais.

Ao dialogarmos com Haesbaert (2014), observamos que existe um *continuum* de construção, pela qual a juventude camponesa, tentada ao trabalho na mineradora Vale S/A, resiste, buscando voltar, ou ir para o campo e ocupar áreas de interesse da mineradora, como forma de resistência ao avanço da exploração mineral a qual deixam filhos e/ou netos de camponeses e migrantes inseridos nessa luta, sem espaços no Município. A mesmo tempo em que o jovem participa da construção do território, ele constrói sua identidade, caracterizando-se como um sujeito importante na luta, organização e participação do território.

Assim como território, a identidade também é uma construção. Relacionar a construção do território com identidade é entender os processos de continuidade que são movidos a partir dos caminhos percorridos, decisões e ações. A pesquisa nos aponta para uma possível construção da juventude, à medida que a mesma luta pela conquista do território. A juventude que retorna para o campo ou que vai, é a mesma que teve a experiência de trabalhar na mineradora, ou que ainda se sente tentada a trabalhar, dada as condições não favoráveis para construção da vida por meio da agricultura camponesa, por conta dos conflitos existentes entre a mineradora e os camponeses. Veja o que apresenta Haesbaert:

Essa distinção entre território como instrumento do poder político (quase sempre de caráter estatal, ligado a questão da cidadania) e território como espaço da identidade cultural, instrumento de um grupo cultural e/ou religioso, é fundamental no mundo contemporâneo, dentro do debate entre universalista (defensores de uma “cidadania-mundo”, calcada ou não na territorialidade-padrão dos Estados-Nações) e multiculturalistas (defensores do respeito às especificidades culturais, que pode incluir as diferentes concepções de territorialidade moldadas no interior de cada cultura). (HAESBAERT, 1997, p. 37).

O território representa muito mais do que um elo político e econômico, que necessita de controle por parte de grupos, ele representa relações simbólicas de sujeitos que constroem suas identidades em determinados espaços, formando assim, territórios que não estão ligados apenas pelas questões físicas e materiais, que os delimitam, mas é a partir da construção da identidade de sujeitos que os territórios apresentam suas características políticas, econômicas e sociais, sendo o físico e material, parte do processo que ajuda a defender e lutar pelo território. Vejamos o que Haesbaert apresenta sobre identidade territorial:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e identidade uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínios e disciplinarização dos indivíduos. Historicamente, podemos encontrar desde territórios mais tradicionais, numa relação quase biunívoca

entre identidade cultural e controle sobre seu espaço, de fronteiras geralmente bem definidas, até os territórios rede modernos, muitas vezes com uma coesão/identidade cultural muito débil, simples patamar administrativo dentro de uma ampla hierarquia econômica mundialmente integrada. (HAESBAERT, 1997, p.42).

Para Kaufmann (2004, p. 175) “a identidade não é apenas uma questão pessoal e privada, ela define também o conjunto da questão social”. A identidade, no caso do Município de Canaã dos Carajás, tendo com o exemplo, o acampamento Rio Sossego, representa-se em maioria por um grupo de jovens filhos de camponeses que afetados pelas ações da mineradora Vale S/A, se veem como sujeitos prejudicados em sua permanência no Município. Construir sua identidade como jovens camponeses, está ligado ao processo de desterritorialização ocasionados pela Vale S/A, e hoje o movimento de reterritorialização é organizado com base nas experiências para resistir às novas estratégias da mineradora.

No caso específico do acampamento Rio Sossego, em Canaã dos Carajás, a juventude se apresenta no conflito direto entre Vale e Camponeses, correndo riscos, sofrendo com as pressões pela falta de recursos. Mas ela não deixa de participar das lutas, ela continua se mostrando firme permanecendo nos acampamentos e sendo sujeitos que resistem as estratégias da Vale e cobram das instituições governamentais a permanência de camponeses em seus territórios. Para Haesbaert:

Se o fato de ter nascido nesse o naquele espaço tem implicações indiscutíveis, não é propriamente o espaço que vai fundar uma identidade, mas a força política e cultural dos grupos sociais que nele se reproduzem e sua capacidade de produzir/estimular uma determinada escala de identidade, territorialmente mediada. (HAESBAERT, 1997, p. 50).

Não é o local de nascimento que define o sujeito, mas o espaço onde esse sujeito cria seus territórios, cria também sua identidade, pois é no território que se organiza as lutas políticas, econômicas e sociais que permitem as relações simbólicas do sujeito com determinados espaços delimitados.

Segundo Haesbaert (1999, p. 179) “as identidades territoriais, só são territoriais quando sua estruturação depende, sobretudo, dessa apropriação simbólica no/com o território”. Não podemos separar identidade e território como inigualáveis entre si, ambas se complementam a partir de uma apropriação simbólica, a identidade cria territórios e o território é construído a partir da construção da identidade.

Para Alves e Vinha (2015), a juventude camponesa segue se organizando em busca da construção e ressignificação dos seus territórios, resistindo a partir de suas experiências

políticas. A juventude quebra a invisibilidade quando decide participar de algum movimento social. Assim, a juventude vai se afirmando, ocupando território imaterial quando decide por meio da formação política tomar para si a construção ideológica e prática do território camponês.

Segundo Ribeiro (2011), é neste sentido que a juventude camponesa se constrói como uma categoria política e uma identidade territorial, na medida em que ela se anuncia como portadora de direitos, protagonizando sua prática política. Partindo do pressuposto de que o jovem constrói a si e ao território, à medida que vivencia conflitos nesse processo de des-reterritorialização, entendemos a importância da categoria, juventude camponesa, como sujeitos fundamentais na resistência frente os conflitos territoriais que se propagam no Município, a partir da construção da S11D. A juventude torna-se politicamente importante para lutar e resistir aos conflitos territoriais, pois sua identidade como sujeito que se constrói, não está ligada à geração, mas sim, ao território, pois este é construído juntamente com a identidade, entendemos que território e identidade não se separam, eles estão interligados a partir da construção e reconstrução, ocasionados pela des-reterritorialização.

Outro ponto em questão e que deveríamos atentar, é sobre quem é a juventude ou até quando se é jovem. Existem concepções diferentes a respeito da idade a qual seriam os jovens, mesmo em órgãos governamentais. Segundo o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) de acordo com a LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.” (Brasil,2013). Já para o IBGE (1999) a população jovem possui entre 15 e 24 anos.

A partir desses critérios do IBGE e SINAJUVE queremos mostrar como a juventude pode ser identificada no acampamento Rio Sossego, pois embora os critérios adotados sejam legais, não podemos responder a identidade da juventude visando apenas o critério de idade ou sócio-demográficos. Por esta razão adotamos os critérios para identificar os jovens camponeses com base nas experiências dos camponeses que residem no acampamento, perguntando quem eram os jovens a partir de suas observações.

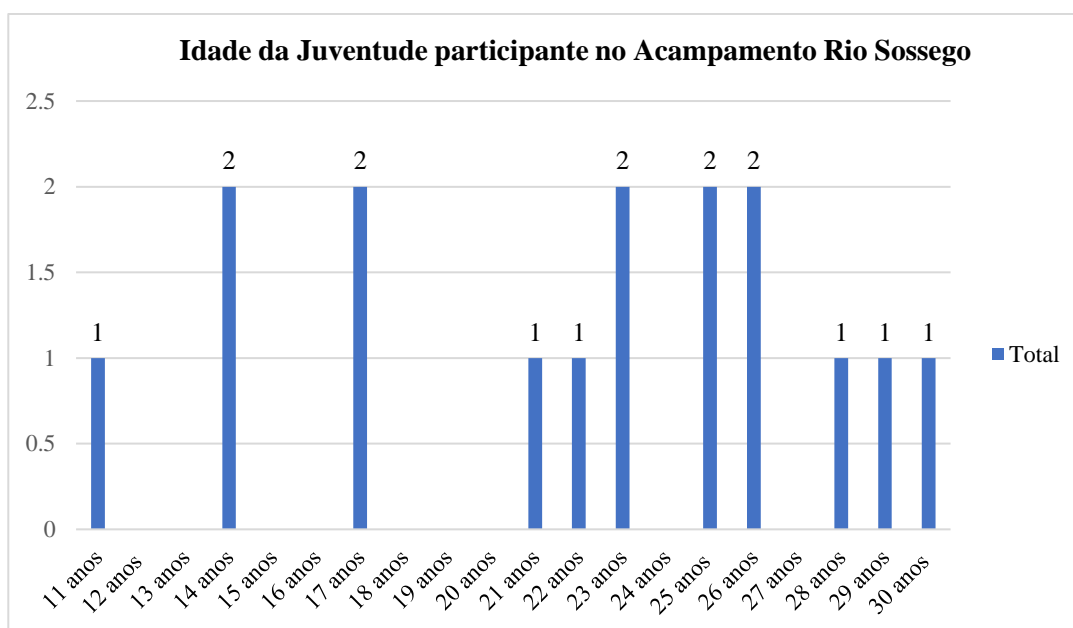
Conforme Battestin (2009), para quem não é possível analisar a identidade juvenil apenas pela questão etária, dizer que juventude é uma parcela da sociedade compreendida entre uma idade e outra, como se costuma fazer reduz por demais, uma realidade que vai muito além de dados meramente biológicos ou etários. Desse modo, para uma percepção mais acertada da identidade juvenil, é preciso lançar mão dos vários elementos que estão no cotidiano dos jovens, como o trabalho, a independência financeira, posição em relação à

família, a sexualidade, o casamento, bem como a capacidade de assumir responsabilidades. Teríamos assim, uma maior clareza do que seja a condição juvenil.

Quando perguntávamos para os moradores do acampamento Rio Sossego sobre quem eles consideravam jovens, geralmente a maioria respondia que, uma menina que entraria em ciclo menstrual, já era considerada jovem, mesmo que possuísse dez anos de idade. Quanto aos homens, quando os mesmos comesçassem a entrar em uma fase de mudanças no corpo e nas formas de agir, já se consideravam jovem.

Em nossas observações foi notável que muitos jovens ao se casarem antes dos trinta anos de idade, ou que engravidasse antes de completar tal idade, já não se consideravam jovens, pois já tinham responsabilidades familiares. Quando assumiam algum papel de “responsabilidade”, não conseguiam se encaixar em tal categoria. O que notamos em nossos trabalhos de campo, e ao conhecer a juventude e seus pais, é que, para ser jovem não é necessário ter entre 15 a 29 anos, mas ter certa dependência dos pais, isto é, não é uma questão de idade, mas de compromissos com sua a família que está se constituindo.

Gráfico 01 - Idade de jovens participantes no Acampamento Rio Sossego



Fonte: Trabalho de Campo (2017)

Org.: MENDES, H.W. DO N. (2017)

A nossa proposta não é entrar em um debate de idade, para definir a juventude, pois tanto para o IBGE quanto para SINAJUVE ou até mesmo para os integrantes do acampamento existem concepções diferentes sobre ou a partir de que idade pode-se considerar a juventude. Por esta razão nosso recorte de análise desses sujeitos ocorreu a partir

dos que estavam presentes nas reuniões de construção de movimento político, e de organização da juventude enquanto categoria de luta, sendo assim, seja os adolescentes que começam a descobrir seu papel na luta pela terra ou dos jovens que estão adquirindo famílias, que podem ser considerados jovens por se sentirem parte de um processo de construção política. É importante frisar que não é nosso papel definir a juventude, mas analisar como essa juventude vem se definindo a partir das experiências nos acampamentos, por este motivo, acreditamos que o debate vai além de uma questão geracional, é uma questão de construção social da identidade de um sujeito pela conquista de um território.

A identidade territorial da juventude camponesa é construída em meio aos processos de desterritorialização e reterritorialização, a construção da identidade passa pelo campo da experiência, seja de quem trabalhou e se sentiu atraído ou ainda tem desejos de trabalhar na mineradora Vale S/A. Como já ressaltamos, é normal encontramos jovens que tem medo de permanecer na terra por conta das constantes ameaças de despejos, mas encontramos também jovens participantes na luta e que mesmo sem saber definir o seu papel, pois querem lutar pela terra. É por esse motivo que defendemos que existe um processo de construção de sujeitos à medida que o território também vai sendo construído, pois são esses jovens quem contribuem com a luta, quando negam o desejo de tentar trabalho na mineradora, ou quando retornam para o campo para ajudar seus pais a lutar pelo direito de ser um camponês com sua terra.

É necessário compreender todo o processo que resulta na reterritorialização da juventude camponesa em Canaã dos Carajás que luta pela terra, o nosso principal objetivo neste capítulo, era justamente apresentar como os conceitos de espaço e território, partindo de uma análise geográfica podem compreender a construção de sujeitos inseridos nos processos de luta e resistência, pois só podemos entender às suas subjetividades, se compreendermos que eles estão inseridos em um espaço, no qual se constrói território, que as identidades são construídas quando sujeitos encontram seus motivos e especificidades na luta pela terra.

A nossa proposta no capítulo seguinte é abordar as estratégias de exploração mineral e a forma como a mineradora Vale S/A se beneficiou de terras camponesas, mostrando inclusive, como essas ações refletem nas relações familiares do campesinato, atraindo jovens camponeses ao trabalho na mineradora.

2. CAPÍTULO II – AS MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS EM CANAÃ DOS CARAJÁS A PARTIR DA INSTALAÇÃO DA S11D E A DINÂMICA TERRITORIAL DOS ACAMPAMENTOS

Neste capítulo, abordaremos sobre as mudanças que ocorreram no Município de Canaã dos Carajás, partindo do pressuposto de que isso ocorre por conta da região a qual está inserida a exploração de recursos naturais em benefício do capital. Essas estratégias influenciaram na construção de acampamentos como forma de resistência ao avanço da mineração, garantindo assim, a sobrevivência de sujeitos excluídos do direito ao trabalho com a chegada da mineração.

O Sudeste paraense está ligado a uma lógica desenvolvimentista de exploração de recursos, em benefício do capital. Entretanto, em meio às tentativas de avanço capitalista, muitos grupos sociais prejudicados por essas ações lutam como forma de obter direitos fundamentais para sua sobrevivência, o que acaba gerando conflitos como consequência dos investimentos que trouxeram o “novo” para região. Por esta razão, em meio a tantos projetos estatais e empresariais de desenvolvimento, existem também, conflitos territoriais que são marcados pela resistência de diferentes grupos que se constroem em meio às lutas por direitos na região.

Não podemos ignorar o fato de que o Sudeste paraense nos apresenta a ideia do “novo” enquanto um processo que se inicia na construção e reconstrução de sujeitos, e de frentes de luta que se reformulam, a exemplo dos sem terras, que ora se articulam, ora se chocam com territórios mais tradicionais, como é o caso dos indígenas ou dos posseiros, demarcando assim, a existência de múltiplas temporalidades, coexistindo em tensão. Neste sentido, defendemos a ideia de fronteira, pois embora para alguns signifique simplesmente um limite, ela é muito mais um processo que é construído a partir de novas possibilidades para diferentes sujeitos.

Para Martins (2017, p.133), “a fronteira é o lugar da alteridade” é “o lugar de encontro de sujeitos que por diferentes razões, são diferentes entre si”. O autor aponta que, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descobertas do outro e de desencontro. Ainda de acordo com Martins (2017, p. 134) “a fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna parte antagônica do nós”.

O Sudeste paraense, encontra-se nesse processo de encontros e desencontros, diferentes interesses se manifestam em um território que fortalece conflitos e disputas por diferentes objetivos, neste mesmo processo, sujeitos são (re)construídos, marcados pelas trajetórias de vida que marcam o tempo e o espaço.

2.1. A DINÂMICA DA MINERAÇÃO NA DÉCADA DE 1970 E O PAPEL DA AGRICULTURA

A partir de 1970, a região do Sudeste paraense foi marcada por políticas desenvolvimentistas de integração para a Amazônia, como nos lembra Almeida (2012), principalmente com a implantação de grandes projetos que faziam parte do Programa Grande Carajás (Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Ferrovia de Carajás, Polo de Gusa e exploração mineral) e as rodovias federais (Belém-Brasília, Transamazônica, PA-070 e PA-150). Devido a essas alterações no espaço geográfico, econômico, político e social da região, houve um intenso processo migratório proveniente dos estados do Maranhão, Goiás e de diversas localidades do Pará. É como aponta Coelho M.:

Até os anos de 1970, a região sudeste do Pará caracterizava-se por uma estrutura social relativamente estável. No espaço, inscreviam-se as ações dos membros das elites regionais/locais e das instituições por elas cooptadas. A estabilidade sócio-estrutural decorria do conjunto das relações sociais desenvolvidas a partir dos monopólios do poder regional/local, exercidos pelos donos dos castanhais e comerciantes da castanha. A partir da década de 1960 e, particularmente, da década de 1970, entretanto, novos atores sociais (empresários de diferentes setores, fazendeiros individuais e migrantes) foram introduzidos nesse sistema. A população tradicional, composta de ex-trabalhadores nos castanhais, de ex-coletores independentes da castanha e pequenos posseiros desterritorializados, somaram-se grandes levas de migrantes sem-terra e de colonos atraídos pelos projetos de colonização ao longo da transamazônica. O processo de ocupação, desde o início, tem sido violentamente marcado por inúmeros conflitos sociais que se expressam também como conflitos espaciais/territoriais. (COELHO, M. 1997, p. 59).

“A compreensão do espaço geográfico de Carajás, como um sistema complexo não-linear, passa pelo entendimento de que as interrelações, interações e as contradições sociais contidas nesse espaço intensificaram-se e complexificaram-se na década de 1980.” (COELHO, M. 1997, p. 51). Vejamos Cruz:

No Sudeste do Pará, o Estado exerce uma grande intervenção para favorecer a expansão da acumulação capitalista a partir da exploração mineral. Considerando a grande importância da província mineral de Carajás, o Estado se manifesta com a construção de rodovias, ferrovias, hidrelétrica, e

programa de suporte financeiro, político e jurídico, o Programa Grande Carajás. (CRUZ, 2015, p. 105)

Levando em consideração essas análises de expansão da acumulação capitalistas, o Sudeste paraense concentra intensos conflitos. Em meio a esses conflitos, existe um sujeito importante nessa luta, o camponês, que na tentativa de sobrevivência e na luta pelo direito à terra, migrou para essa região a partir das políticas propostas pelos governos militares que visavam à ocupação de áreas na Amazônia. Entretanto, houve muito mais um aumento da desigualdade juntamente com a desterritorialização de sujeitos presentes na região, como foi o caso de grupos indígenas.

É bem verdade que a quantidade de projetos propostas para o Sudeste paraense atraiu uma quantidade considerável de trabalhadores em busca de uma vida melhor. Entretanto, os projetos de desenvolvimento ocasionaram diversos conflitos que se fortaleceram, à medida que o Estado não atendia aos interesses sociais, o que fortaleceu as desigualdades e disparidades na região. Para Coelho M. (1997, p. 55) “a materialização do caos social nessas áreas corresponde à espacialização da miséria refletida nos indicadores de renda, saúde e educação”. Ainda segundo o autor:

Um dos pontos cruciais deste trabalho, entretanto, é entendimento do papel desempenhado pela CVRD²⁰ como agente principal (hegemônico, mas não absoluto), responsável direta e indiretamente pela nova dinâmica impostas às áreas. Sua influência se estende além dos seus territórios (Província Mineralógica de Carajás e ferrovia), contribuindo na distribuição da população, dos equipamentos, das atividades e dos recursos captados extremamente (vide exemplo da co-participação da CVRD no projeto de saneamento de Parauapebas, anteriormente citado).” (COELHO, M.1997, p. 75).

A influência da mineradora Vale S/A, a partir da década de 70 foi além das questões mineralógicas, houve o processo de influência à migração e a desterritorialização de sujeitos, além de intensificar conflitos na região, à medida que aumentava recursos para exploração mineral. De acordo com Coelho M. (1997), embora a CVRD seja a principal elemento motor das extensas mudanças, ela não é a única. Para a autora, os novos atores sociais, entre eles os movimentos sociais, também contribuem com mudanças sócioespaciais violentas, desde o seu princípio.

²⁰Desde que foi fundada oficialmente, em 11 de janeiro de 1943, ficou conhecida por Companhia Vale do Rio Doce, cuja sigla era CVRD. A partir de 29 de novembro de 2007 a marca e o nome da empresa, passaram a ser apenas **Vale**, pelo qual sempre foi conhecida nas bolsas de valores. Neste texto utilizou-se, portanto, o nome Vale para designar a empresa, com exceção dos lugares onde as fontes indicavam claramente CVRD. (COSTA, 2006, p. 02).

Embora Coelho M. (1997) afirme que a Vale S/A não seja o principal agente de mudanças profundas, defendemos que esses conflitos são fortalecidos pelas ações da mineradora que se apropria de territórios para avanço da mineração, e que o Estado, através de políticas de incentivos para exploração desses recursos, ao invés de amenizar os conflitos, atua principalmente em favor de interesses do capital.

Segundo Coelho T. (2014, p.16) “a mina de Carajás já nasceu com uma grande diferença na produção em relação ao período anterior, que é a automação do processo de extração do minério de ferro”.

A mineração, a partir da segunda metade da década de 1970, começava a atuar como agente modelador dos espaços locais e regionais. No auge da mudança do clima histórico da mineração final da década de 1970 e de década de 1980, podemos dizer que dois corredores de transporte, visando atender às atividades de exportação, foram criados: um ligado ao alumínio, que mediante um hidrovias vinculou o porto de Trombetas ao porto de Barcarena, ambos no Pará, e outro, ao ferro, envolvendo a Estrada de Ferro Carajás que ligou a Serra dos Carajás no Pará, ao porto de Itaquí, no Maranhão, percorrendo uma porção do sudeste do Pará. (COELHO, M. 2009, p.79).

Para Coelho M. (2009, p.79) “com a instalação da CVRD e com o início dos trabalhos nas minas de Carajás, novas frentes de trabalho foram criadas”. A autora aponta que a descoberta do ouro em Serra Pelada, serviu como alternativa para comerciantes de Marabá - PA e Imperatriz - MA, migrantes pobres e de trabalhadores dispensados de Tucuruí - PA ou de Carajás - PA.

A partir da década de 80, além da mineração, o Estado criou uns mecanismos na tentativa deliberar terras para o avanço do capital, criando projetos que contribuíram com o avanço de terras destinadas ao setor agropecuário, uma delas foi à construção do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT). De acordo com Almeida:

A partir de sua reestruturação e da ampliação de suas funções, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins (GETAT), consoante o Decreto-Lei nº 1799, de 05 de agosto de 1980 tem desenvolvido uma ação de arrecadar com terras devolutas, incorporando-se ao patrimônio da união, inúmeras áreas rurais situadas na região sob sua jurisdição. Grande parte de suas medidas expressas através de portarias, refere-se a estes atos de arrecadação tornando-os um de seus instrumentos de ação fundiária mais destacada. O fato de ser discutidos separadamente e de maneira detida permite uma adequada compreensão da chamada “regularização fundiária”, definida como um dos objetivos principais do GETAT, e de seus aspectos contrastantes com as proposições de reforma agrária ampla definidas pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais, por associações voluntárias e entidades confessionais. (ALMEIDA, A. 1985, p. 05).

A tentativa do Estado em garantir terras para o desenvolvimento capitalista ocorria de dois modos, o primeiro para iniciar e fortalecer o agronegócio na região, e posteriormente, através da criação de assentamentos que visavam garantir às necessidades de grandes projetos, como, por exemplo, o Projeto Grande Carajás. E nesse contexto, o Município de Canaã dos Carajás se insere nessa lógica desenvolvimentista ao Sudeste paraense, criada a partir de tentativas do Estado de dar suporte aos projetos destinados à região, no primeiro momento, garantindo o assentar famílias para suprir as necessidades alimentícias da Serra dos Carajás e posteriormente incentivando a criação de gados para a produção do leite.

O Município de Canaã dos Carajás surgiu posterior à criação do CEDERE I, II e III, tendo por objetivo dar suporte a Serra dos Carajás, na produção de grãos. Embora se tenha criado o discurso de amenizar conflitos, o grande objetivo do Centro de Desenvolvimento Regional (CEDERE) I, II e III era servir aos interesses capitalistas, mesmo que por ora beneficiasse agentes sociais.

De acordo com Emmi e Marin (1997, p. 265) “a questão central é reexaminar o grau de contribuição dos assentamentos para o início de processo de desconstrução, de partilha que beneficiasse algum modo, ‘os sem-terra’ da região”. Ainda de acordo com as autoras, uma das alternativas do Estado de tentar amenizar os conflitos no Sudeste paraense e fortalecer a implementação da CVRD, foi à criação dos assentamentos Carajás, que de certo modo, beneficiaria o núcleo de Carajás e ainda traria a ideia de que a CVRD estaria trabalhando juntamente com o Estado na “alteração do quadro de concentração da propriedade”, assentando sem terras e fazendo com que os mesmos atendessem suas demandas.

Vejamos Corrêa:

A criação dos assentamentos Carajás I, II e III está entre as atividades realizadas pelo GETAT na região sudeste do Pará. A gleba Carajás foi um projeto de colonização elaborado pelo GETAT, que teria o objetivo de assentar aproximadamente 1.500 famílias. Essa região posteriormente ficou conhecida como Centro de Desenvolvimento Regional (CEDERE). (CORRÊA, 2016, p. 65).

Os grandes projetos destinados ao Sudeste paraense na década de 70 trouxeram para a Amazônia novos sujeitos ao passo que igualmente desterritorializou diversos outros que estavam presentes na região, como os índios e os ribeirinhos. A chegada de agricultores oriundos de outros Estados do Brasil refletiu na alternativa de territorializá-los com o intuito de amenizar conflitos por terra no Brasil e abastecer com força de trabalho os projetos agropecuários e minerais, que eram assistidos por incentivos fiscais estatais para exploração de recursos naturais.

“Os conflitos pela terra e a violência aprofundam raízes e os candidatos a serem assentados engrossam os trabalhadores sem-terra acampados às sombras da CVRD e dos antigos castanhais”. (EMMI E MARIN, 1997, p. 273). O que devemos considerar fundamental nessas análises é que os conflitos e a luta de camponeses ocorrem em confrontos diretos, tanto com empreendimentos como a CVRD durante a época da década de 1980 e 1990, como também, com antigos grupos oligárquicos presentes nesse território. Portanto, esses conflitos vão se diferenciando pelas especificidades que marcam a construção de um território novo, onde sujeitos se encontram e se desencontram reconstruindo e construindo possibilidades de sobrevivência.

2.2. A DINÂMICA TERRITORIAL DA AGRICULTURA EM CANAÃ DOS CARAJÁS-PA

Passados mais de trinta anos da construção dos primeiros assentamentos de reforma agrária no Município de Canaã dos Carajás, outro setor econômico que se apresenta efervescente devido à expansão das áreas de exploração mineral da Serra dos Carajás é a mineração.

No início dos anos 1980, a política fundiária para a Amazônia Oriental objetivava tornar as terras produtivas mediante desapropriação, seguida de projetos de colonização. Nesse contexto, destacaram-se os projetos de colonização do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) 1- Carajás I, II e III, que resultaram nos Centros de Desenvolvimento Regional (CEDERE) I, II e III cuja função era dar suporte à oferta de alimentos ao Projeto Carajás com o objetivo de reduzir a dependência externa. No ano de 1984, nos CEDERES II e III, atual Canaã dos Carajás, foram assentadas 1.551 famílias em lotes de 10 alqueires (aproximadamente 50 ha), oriundas das regiões nordeste, sul e centro-oeste do Brasil. O CEDERE II foi uma das principais áreas produtivas do Pará, produzindo arroz, feijão e milho, mas com o tempo a plantação foi sendo substituída por capim para a formação de pastagens. Decorridos alguns anos, o descaso do governo federal e do governo municipal, além da queda da produção agrícola, a população local enfrentou problemas sociais e econômicos diversos. Frente às dificuldades sociais, políticas e econômicas, iniciou-se um processo de mobilização em prol da emancipação do município e, em abril 1994, realizou-se um plebiscito para o desmembramento de Parauapebas, do qual apenas a população urbana participou, resultando na criação de Canaã dos Carajás em outubro de 1994. (CABRAL/ENRIQUEZ e SANTO, 2011, p. 40).

Como nos colocam as autoras, o Município de Canaã dos Carajás é ligado a um histórico de agricultura, pois agricultores já desterritorializados de seus locais de origem foram integrados ao projeto de assentamento CEDERE II e III, pensado pelo Estado, como

alternativa de abastecer o sudeste paraense com a chegada do programa grande Carajás, ou seja, Canaã dos Carajás foi criado pensando em atender às necessidades do capital para exploração de recursos minerais. Entretanto à medida que aumentam as demandas para exploração mineral. A mineradora Vale S/A vai aumentando sua produção e a necessidade de adquirir mais terras, se tornando hegemônica na exploração de recursos minerais para exportação. Vejamos Cabral, Enríquez e Santos:

A agricultura, por sua vez, embora tenha sido a principal atividade do Município, participava, em 2000, com apenas 28,5% da renda gerada no setor primário, assumindo papel residual, pois sequer garantia o auto-abastecimento. Convém destacar que nos primeiros anos de ocupação de Canaã, a agricultura era a base de sustentação das famílias assentadas cumprindo, teoricamente, o papel social de dar suporte alimentício para o Projeto Carajás Mineração. Mediante o uso da tecnologia de corte e queima para a formação de “roça de toco”, a floresta foi substituída pelo cultivo de culturas temporárias: milho, feijão, mandioca e arroz e de culturas permanentes, como banana e pimenta do reino. A grande produção de milho e feijão, entre outras culturas, era destinada ao abastecimento dos mercados local e regional (Serra dos Carajás, Parauapebas e Marabá), entre outros Estados brasileiros. A cultura da pimenta-do-reino era cultivada somente em grandes fazendas, mais especificamente na Fazenda São Luiz, não tendo sido disseminada entre os pequenos e médios produtores. Porém, mesmo centralizada, a produção atingiu uma média de 40 toneladas/ano, entre 1984 e 1995. (CABRAL, ENRIQUEZ e SANTOS, 2011, p. 43).

Embora o Município de Canaã dos Carajás esteja ligado diretamente à construção de assentamentos, com objetivos de atender às demandas do núcleo de Carajás, é notório que suas áreas desde o início, já serviam aos interesses da mineradora, a partir dos finais dos anos 90, a CVRD que foi privatizada, iniciando trabalhos para constatar a existência de minérios, era o início dos trabalhos na mina do Sossego. Atualmente, Canaã dos Carajás está passando por um novo processo econômico que se organiza através da chegada da mineração, que altera a dinâmica do Município. Contudo, apesar do avanço da mineração, a agricultura continua sendo uma alternativa para muitos grupos que ainda resistem no território do espaço agrário do referido à área estudada, sendo necessário de nossa parte mostrar que a continuidade da agricultura não é uma realidade distante, mas que é possível apesar dos desafios que estão associados ao desgaste de solos e à falta de recursos para conseguir a permanência da agricultura.

Nas tabelas (01 e 02) a seguir, apresentaremos dados referentes às produções segundo o IBGE de 2004, 2010, 2014 e os mais recentes dados do ano de 2016, referentes às produções de lavouras permanentes e temporárias, mostrando como Canaã dos Carajás ainda

possui relações com a agricultura, mesmo apresentando cada vez mais projetos de incentivo à exploração mineral.

Tabela 01 - Lavoura Permanente

Produção	Quantidade	Valor da Produção	Área destinada a colheita	Área Colhida
2004				
Banana	5.000 Toneladas	1.000 Reais	400 Hectares	400 Hectares
Café	66 Toneladas	79.000 Reais	30 hectares	30 Hectares
Coco da Baía	1500 Frutos	750.000 Reais	120 Hectares	120 Hectares
Pimenta do Reino	25 Toneladas	73.000 Reais	15 Hectares	15 Hectares
2010				
Banana	7500 Toneladas	4.500 Reais	600 Hectares	600 Hectares
Pimenta do Reino	11 Toneladas	55.000 Reais	12 Hectares	12 Hectares
2014				
Banana	8750 Toneladas	11.375 Reais	700 Hectares	700 Hectares
Maracujá	40 Toneladas	100.000 Reais	4 Hectares	4 Hectares
2016				
Banana	8.500 Toneladas	14.450 Reais	680 Hectares	680 Hectares
Maracujá	60 Toneladas	108.000 Reais	6 Hectares	6 Hectares

Fonte: IBGE (2004, 2010, 2014 e 2016)

Org.: MENDES, H. W. DO N. (2017)

Tabela 02- Lavoura Temporária

Produção	Quantidade	Valor da Produção	Área destinada a colheita	Área Colhida
2004				
Abacaxi	204 mil Frutos	71.000 Reais	10 Hectares	10 Hectares
Arroz	1.035 Toneladas	631.000 Reais	450 Hectares	450 Hectares
Feijão	42 Toneladas	56. 000 Reais	230 Hectares	50 Hectares
Mandioca	5.400 Toneladas	540.000 Reais	300 Hectares	300 Hectares
Milho	6.673 Toneladas	2.776 Reais	1.900 Hectares	1.900 Hectares
2010				
Abacaxi	245.000 Frutos	122.000 Reais	12 Hectares	12 Hectares
Arroz	186 Toneladas	139.000 Reais	60 Hectares	60 Hectares
Mandioca	2.7000 Toneladas	243.000 Reais	150 Hectares	150 Hectares
Melancia	15 Toneladas	5.000 Reais	10 Hectares	10 Hectares
Milho	6.800 Toneladas	5.000 Reais	1700 Hectares	1700 Hectares
2014				
Abacaxi	60 Mil Frutos	60.000 Reais	3 Hectares	3 Hectares
Arroz	7 Toneladas	60.000 Reais	5 Hectares	5 Hectares
Mandioca	3.960 Toneladas	2.257 Reais	220 Hectares	220 Hectares
Melancia	875 Toneladas	438.000 Reais	35 Hectares	35 Hectares
Milho	7000 Toneladas	4.431 Reais	2.500 Hectares	2.500 Hectares
2016				
Abacaxi	260.000 Frutos	195.000 Reais	13 Hectares	13 Hectares
Arroz	28 Toneladas	22.000 Reais	20 Hectares	20 Hectares
Feijão	9 Toneladas	27.000 Reais	15 Hectares	15 Hectares
Mandioca	4000 Toneladas	2.992 Reais	240 Hectares	240 Hectares
Melancia	700 Toneladas	1750 Reais	45 Hectares	45 Hectares
Milho	8.250 Toneladas	6.600 Reais	3.300 Hectares	3.300 Hectares

Fonte: IBGE (2004, 2010, 2014, 2016)

Org: MENDES, H.W. DO N. (2017)

Às tabelas 01 e 02 indicam uma relativa especialização da agricultura camponesa, devido à perda da diversidade de produções. Nos primeiros anos de lavoura permanente, por exemplo, a produção de banana é ainda a única que vem se mantendo e, aumentando desde 2004. Na lavoura temporária, atenta-se para a queda da produção do arroz e do feijão que fez parte do objetivo da construção do CEDERE II, especialmente a partir do ano de 2004, embora possamos observar um aumento destes cultivos em 2016. Visualizamos igualmente a valorização de algumas produções como: o milho, abacaxi e mandioca.

Em 2004, quando inicia os trabalhos na mina do Sossego, ainda temos uma diversidade de produção, mas a partir de 2008, com a instalação da S11D e com a saída de agricultores do campo para a cidade, além da chegada de migrantes ao Município, observamos uma queda de diversidade. Ademais, existe uma desvalorização de produtos, como: arroz e feijão, devido à compra desses produtos em redes de supermercados e não mais dos camponeses. Outra questão, relevante às tabelas, condiz que o aumento dos hectares para produção não se expande, por existiu uma valorização da agricultura. Há um aumento devido a perda da diversidade, e a desvalorização de uma economia voltada a agricultura camponesa, logo, se há menos produtos para se produzir, às áreas destinadas aos produtos que restaram, tendem a aumentar.

Somente a partir de 2016, os hectares para produção começam a se expandir, garantindo o retorno de produtos importantes para a alimentação, como por exemplo, o feijão. Isso se reflete, pelo fortalecimento dos trabalhos familiares, que são desempenhados nos acampamentos, garantindo a diversidade de produtos, o que implica, numa necessidade de terras para continuidade da agricultura que será possível, se as estratégias da mineradora forem pela desterritorialização de sujeitos que retornam e se inserem no campo. A produção mais recente mostra que com o aumento da população no Município de Canaã dos Carajás existe a necessidade de continuar a produzir no campo, até mesmo, abastecer a cidade.

Tabela 03 - Principais processos econômicos

Período	Economia Principal	PIB	População
1985-1992	Produção de Grãos	Dados não encontrados	1551 Famílias ²¹
1993-2002	Bacia Leiteira	27,757 Milhões ²²	Dados não encontrados
2003 – 2016	Mineração	2,118 Bilhões	34.853 ²³

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Org: MENDES, H.W. DO N. (2017)

²¹Segundo dados do IBGE Canaã dos Carajás teve seu início com 1551 famílias assentadas, não existe no IBGE informações a respeito do número de pessoas residentes no período de 1985 até 1992.

²² Até 2010 o município se apresentava com esse PIB, com a implantação do Projeto S11D em 2016 o PIB se apresenta com 2,118 bilhões.

²³ População Estimada, realizada no ano de 2016.

De acordo com a tabela 03, organizada com base em dados do IBGE, o Município alcançou um crescimento de sua população e de seu PIB à medida que novas formas de produção econômica foram se instalando, contribuindo inclusive para os conflitos existentes atualmente, pois devido ao investimento na extração mineral. A Empresa Vale S/A desperta interesse sobre áreas de pasto ou assentamentos próximos às minas.

Embora os dados que apresentamos nas tabelas 01 e 02, sejam do Município em geral, a criação de acampamentos como forma de resistência às atividades da mineradora nos mostram que dar continuidade à agricultura em Canaã dos Carajás é uma alternativa de resistir e lutar frente aos projetos de desenvolvimento proposto para o Município. As fotos registradas acerca da produção no acampamento Rio Sossego e dos acampamentos Alto da Serra e Grotão do Mutum irão ao encontro de nossas análises, apesar de não levantarmos dados referentes ao que era produzido nos acampamentos, notou-se que existem trabalhos de valorização da terra para produção camponesa.

Foto 02- Área de produção no acampamento Rio Sossego



Fonte: Hinckley Wendell do Nascimento Mendes, Canaã dos Carajás, 2017.

Foto 03- Produção de pimentinha



Fonte: Hinckley Wendell do Nascimento Mendes, Canaã dos Carajás, 2017.

Foto 04 - Produção de melancia no acampamento Rio Sossego



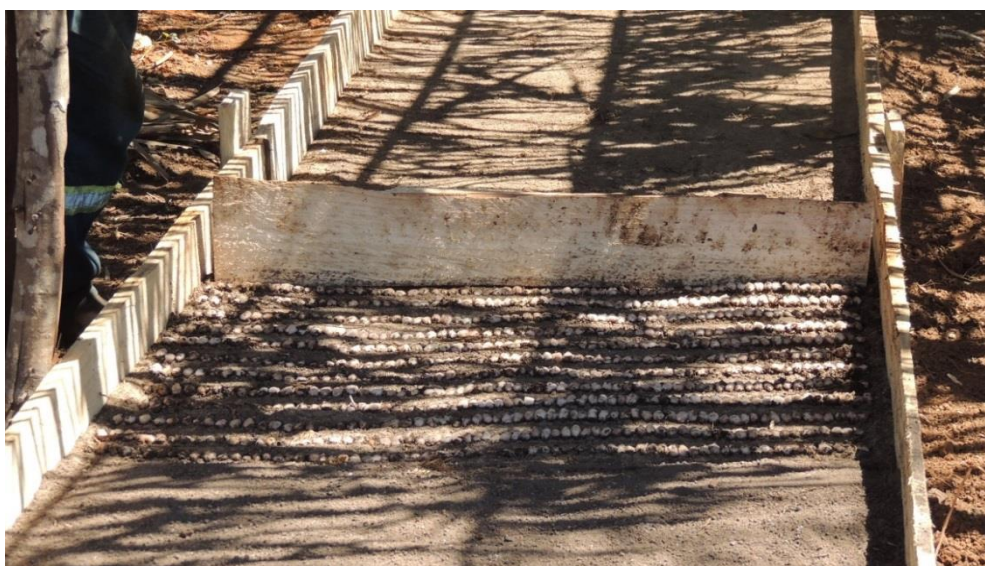
Fonte: Hinckley Wendell do Nascimento Mendes, Canaã dos Carajás, 2017.

As fotos 02, 03 e 04 acima mostram produções no acampamento Rio Sossego, como parte do processo de reterritorialização e resistência de sujeitos, nos mostrando que mesmo diante do avanço da mineração, eles continuam a produzir e necessitam dessas terras para que a agricultura camponesa possibilite a garantia da sobrevivência de quem veio do campo e de

quem vem se tornando um camponês diante das dificuldades que passou a enfrentar em Canaã dos Carajás.

Nas fotos 05 e 06 a seguir, mostraremos dados de produção de Cacau no acampamento Alto da Serra e produção de milho no acampamento Grotão do Mutum, pois é necessário entender que esses acampamentos não estão lutando contra a mineradora Vale S/A apenas por conta do avanço da mineração, mas pelo que a terra pode oferecer. A luta não é apenas contra a mineração, mas a favor da sobrevivência de sujeitos e da agricultura frente às dificuldades que enfrentam por continuar no Município.

Foto 05 - Início da produção de Cacau no acampamento Alto da Serra



Fonte: Hinckley Wendell do Nascimento Mendes, Canaã dos Carajás, 2017.

Foto 06 - Plantação de milho no acampamento Grotão do Mutum



Fonte: Hinckley Wendell do Nascimento Mendes, Canaã dos Carajás, 2016.

Com a construção do projeto S11D finalizado, o retorno de jovens e a ida de migrantes não atendidos pelos projetos da mineradora para o campo, fortaleceu essas produções, visto que, a juventude que retorna para o campo passa a contribuir no trabalho familiar, colaborando com a dinâmica de diversidade da produção e garantia de estabilidade relativa mediante a obtenção de uma renda para unidade familiar camponesa.

Esse é o papel que os acampamentos vêm desempenhando no Município, ou seja, garantem as condições materiais para a reprodução social tanto para jovens filhos de agricultores, como para migrantes que vieram para o município em busca de melhorias de vida.

2.3. A NOVA DINÂMICA TERRITORIAL DA MINERAÇÃO E AS CAMPANHAS DE DESTERRITORIZAÇÃO EM CANAÃ DOS CARAJÁS-PA

A partir de 2004, com a instalação do Projeto Sossego,²⁴ os investimentos na área da mineração começam a aumentar, fortalecendo a chegada de migrantes²⁵ para tentar trabalhos em projetos da Vale S/A. A dinâmica do Município de Canaã dos Carajás sofreu diversas alterações, como: ambientais, sociais e territoriais. Isso devido ao projeto de assentamento, com a produção totalmente agrícola, sendo uma das maiores fontes de minérios para a empresa Vale S/A, assim, alterando totalmente o modo de vida de sujeitos que ali residiam.

Desde então, Canaã dos Carajás vem crescendo populacionalmente e economicamente, entretanto, os que fizeram parte da construção do Município vêm perdendo seus territórios, visto a grande exploração a partir dos investimentos minerais. Em 2008, com a construção do projeto S11D²⁶, a Vale S/A reforçou seu interesse por áreas que, além de servir para exploração mineral, facilitassem o transporte de matérias-primas criando estradas e ferrovias, gerando assim, mais serviços terceirizados e atraindo mais migrantes na tentativa de melhorias de vida.

²⁴O Sossego, que iniciou a realização de embarques em 3 de junho passado, é o primeiro projeto de cobre da CVRD e o único projeto greenfield no mundo a começar a operar neste ano. Está localizado na região sul da província mineral de Carajás, no estado do Pará. (VALE, 2004, não p.)

²⁵ Durante a construção deu emprego a 5.000 trabalhadores e sua operação criou aproximadamente 520 postos de trabalho. (VALE, 2004, não p.)

²⁶Com a implantação do projeto S11D, a Vale terá reforçada sua posição de líder global no mercado de mineração. O empreendimento determinará a melhoria da infraestrutura ferroviária e portuária regional, com repercussões positivas para a eficiência logística e a competitividade do sistema produtivo nacional. (VALE, 2012, p. 20).

Quadro 03 - Títulos minerários sob concessão da Vale S/A

CNPJ	Requerimento	Processo	Fase Atual	Composto químico	Uso	Situação
VALE S.A./ 33.592.510/0001-54	Requerimento de Disponibilidade para pesquisa	850.263/2016	Autorização de Pesquisa	Minério de Cobre	Industrial	Ativo
	Requerimento de Autorização de Pesquisa	850.898/2012	Autorização de Pesquisa	Minério de Cobre		
	Requerimento de Autorização de Pesquisa	851.148/2011	Requerimento de Pesquisa	Minério de Cobre		
	Requerimento de Autorização de Pesquisa	850.829/2011	Requerimento de Pesquisa	Minério de Cobre		
	Requerimento de Autorização de Pesquisa	850.825/2011	Requerimento de Pesquisa	Minério de Cobre		
	Requerimento de Autorização de Pesquisa	850.607/2009	Disponibilidade	Minério de Cobre		
	Requerimento de Autorização de Pesquisa	850.523/2009	Disponibilidade	Minério de Cobre		
	Requerimento de Autorização de Pesquisa	850.420/2009	Requerimento de Pesquisa	Minério de Cobre		
	Requerimento de Autorização de Pesquisa	850.257/2009	Autorização de Pesquisa	Minério de Ouro		
	Requerimento de Autorização de Pesquisa	850.827/2006	Requerimento de Pesquisa	Níquel		
	Requerimento de Autorização de Pesquisa	850.287/2006	Autorização de Pesquisa	Minério de Cobre		

Fonte: DNPM

Adaptação e Org.: MENDES, H. W. DO N. (2017).

O quadro (03) acima apresenta os títulos minerários sob responsabilidade da mineradora Vale S/A, onde realizamos um levantamento de dados secundários, por meio do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Ministério das Minas e Energia (MME). Essas informações correspondem a títulos minerários, concedidos para a exploração mineral, o que garante o direito de prioridade, autorização para pesquisa ou licença para o interessado nessas áreas realizarem trabalhos a partir de suas finalidades. Neste caso, buscamos dados referentes ao Município de Canaã dos Carajás que vem sendo alvo de

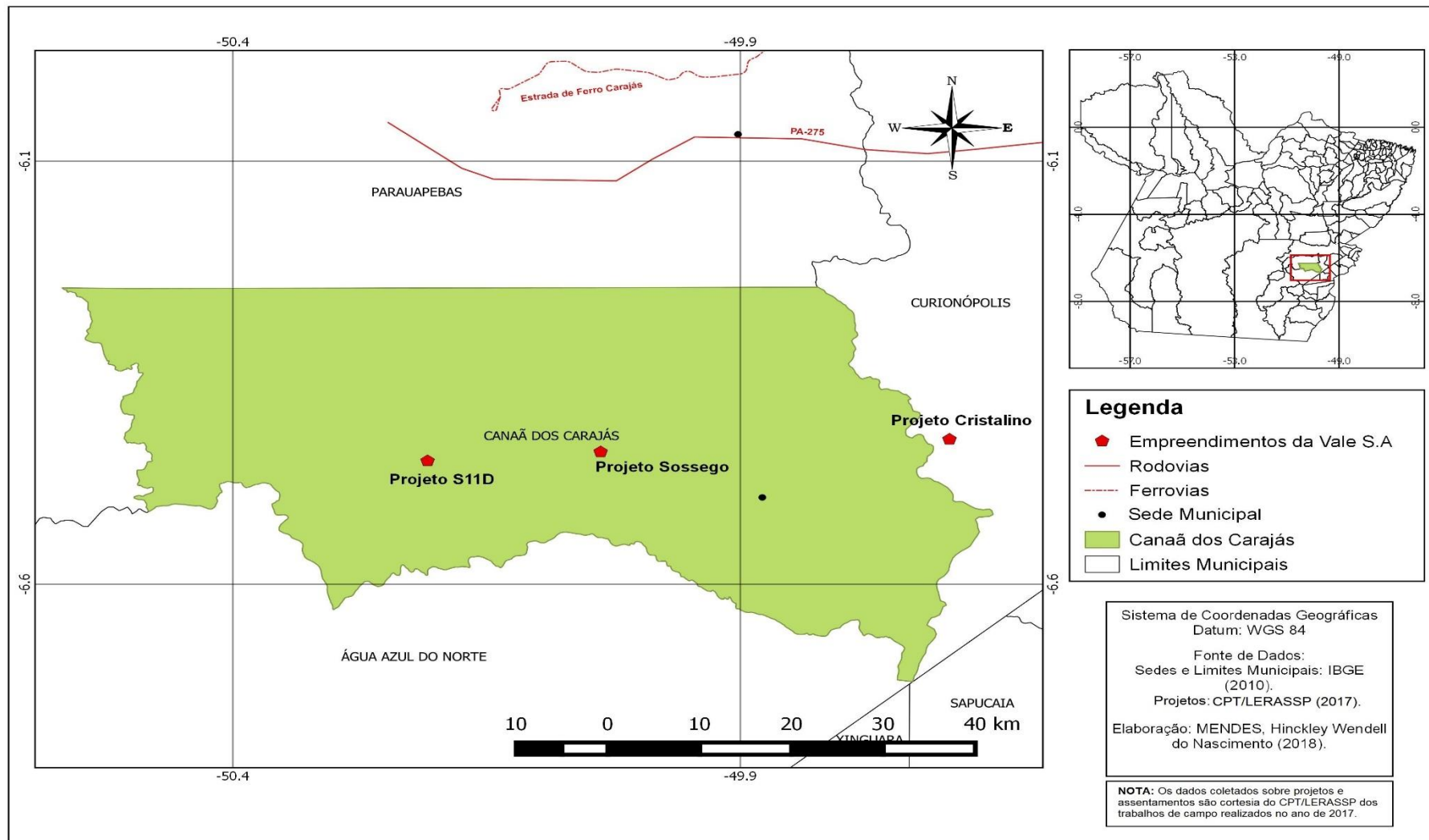
projetos de mineração, desde o início do projeto sossego até a construção da S11D, além de outros projetos como o Cristalino²⁷.

Desde sua fundação, Canaã dos Carajás passou por processos econômicos, políticos e sociais que modificaram sua estrutura, seja com sua formação através do GETAT, quando se desmembrou de Parauapebas tornando-se uma importante bacia leiteira, até o avanço da exploração mineral que se fortalece causando desconforto em muitos camponeses, pelo medo que os mesmos têm em não ter uma terra para trabalhar, muitos não se sentem incomodados que a Vale S/A permaneça no Município, pelo medo de desafiar uma grande empresa, porém sentem-se constrangidos com a possibilidade de perder suas terras, pois além do aumento da população em Canaã dos Carajás, a produção de grãos e a economia do leite não se colocam como as principais fontes econômicas do município.

Canaã dos Carajás tornando-se uma alternativa para a mineradora Vale S/A continuar sendo uma das maiores exploradoras de recursos minerais e, continuar crescendo como empresa no ramo da mineração, enquanto isso muitos sujeitos afetados por esse crescimento, buscam resistir e lutando contra o avanço da mineração.

²⁷Na manhã da última terça-feira, 29, durante reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) do Pará, realizada na sede da OAB em Belém, foi aprovada por unanimidade a liberação da Licença Prévia ao Projeto Cristalino, um empreendimento da Vale para extração de cobre, nos municípios de Curionópolis e Canaã dos Carajás. (SEMA, 2009, não p.).

Mapa 04 - Localização dos projetos de exploração mineral da Vale S/A



Os três projetos presentes no mapa 04 foram destinados ao Município de Canaã dos Carajás para exploração mineral, estes, próximos aos acampamentos em conflitos com a Vale S/A. O projeto S11D que já está em funcionamento, fica localizado próximo ao acampamento Rio Sossego; o projeto Cristalino que ainda está em processo de estudo para implementação e fica localizado no limite Municipal de Curionópolis e Canaã dos Carajás, situa-se fronteiriçamente ao acampamento Alto da Serra; e o projeto Sossego, implantando em 2004, e localizado aos arredores do acampamento Grotão do Mutum.

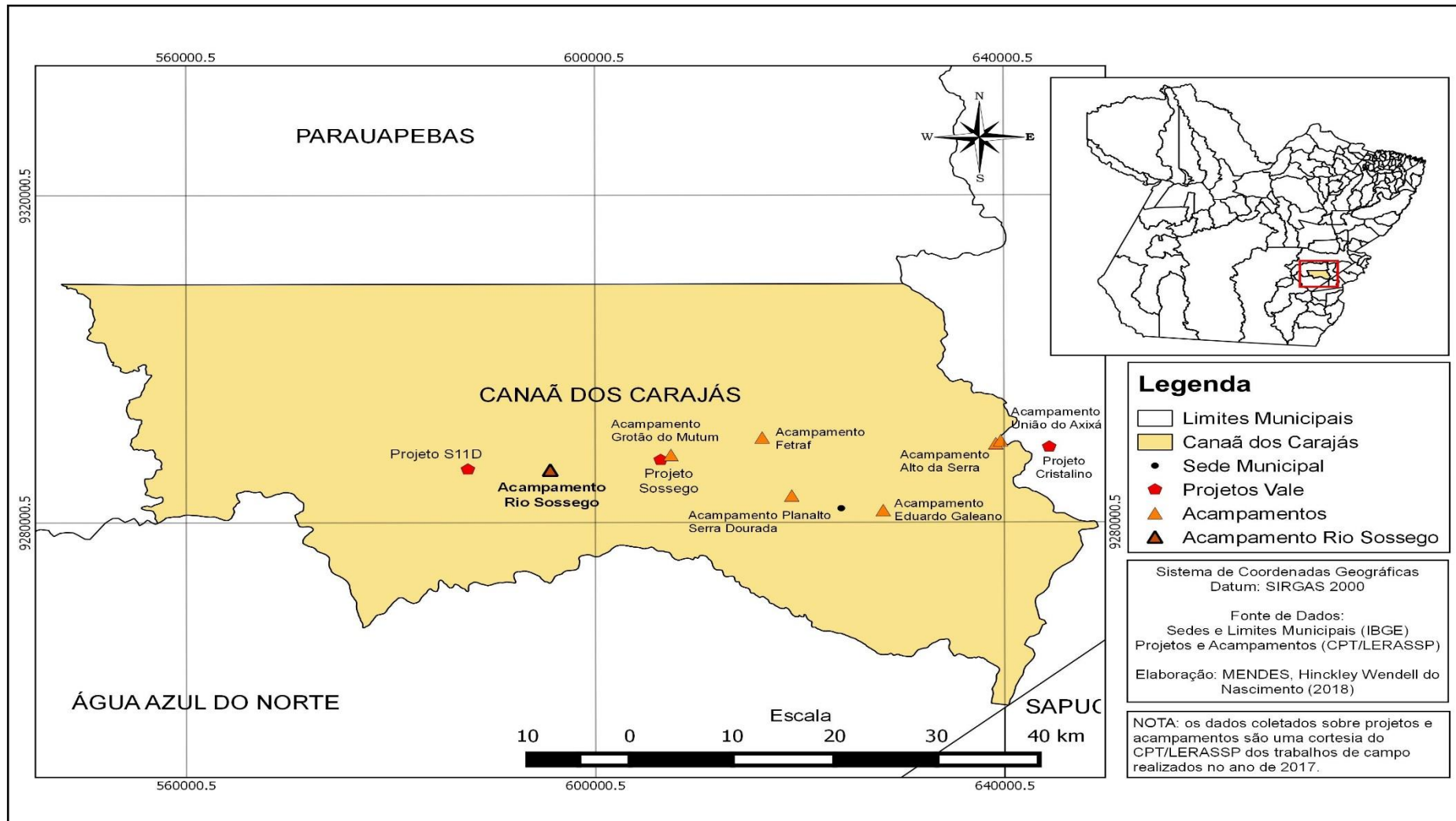
Quadro 04 - Projetos de exploração mineral no Município de Canaã dos Carajás

Projetos	Ano de início	Situação	Propostas
Projeto Cristalino	2010	Em fase de pesquisa	O projeto cristalino é um empreendimento de interesse da empresa Vale, que visa explorar minérios de cobre e do ouro, em depósitos localizados na região sudeste do Pará, com áreas distribuídas nos municípios de Curionópolis e Canaã dos Carajás. (PARÁ, 2010).
Projeto S11D	2008	Em execução	De acordo com a Vale S/A (2012) o projeto Ferro Carajás S11D terá a Licença de Operação e confirmado o cronograma de implantação em 2016, aumentando a quantidade de minério de ferro extraída do Complexo Minerador de Carajás, no sudeste paraense.
Projeto Sossego	2004	Em execução	A Mina do Sossego comemora, em 2014, sua primeira década com importantes contribuições para Canaã dos Carajás. O início da produção, em 2004, marcou a entrada da Vale no mercado mundial de cobre e ajudou a transformá-la em uma das maiores empresas de mineração diversificada do planeta. A produção atual do Sossego é de 390 mil toneladas de concentrado de cobre por ano. A unidade reutiliza 99% de toda a água empregada no seu processo de produção, o que representa uma economia anual de 900 mil metros cúbicos de água. (VALE, 2014)

Fonte: Vale S/A, 2014 e 2012/ Ministério Público do Pará, 2010.

Org: MENDES, H.W. DO N. (2018)

Mapa 05- Localização dos Acampamentos e Projetos da Vale S/A em Canaã dos Carajás-PA



Os três principais projetos destinados ao Município de Canaã dos Carajás fortalecem a ideia de Canaã dos Carajás como município da Vale S/A – ver mapa 05 – como relatam os acampados, pois isso se reflete dado às construções como escolas, condomínios fechados, hotéis, bairros planejados, bem como, empreiteiras, que causam desconforto, principalmente em camponeses e, também, em trabalhadores que não foram atendidos pelas oportunidades de emprego que a mineradora tanto defende.

Em trabalho anterior, apontamos que mesmo a Vale S/A alegando a importância de seus projetos para o desenvolvimento da região, muitos movimentos críticos à mineradora começam a surgir questionando a forma como se apropria de espaços antes utilizados para outras funções (MENDES, OLIVEIRA E SANTOS; 2017). Caso este que ocorre em Canaã dos Carajás, visto que, as propagandas de melhorias e qualidade de vida para população não são observadas na realidade, ao contrário disso, surgem intensos conflitos territoriais entre a Vale S/A e movimentos sociais do campo e da cidade.

A pobreza das regiões mineradoras é um fator facilitador para a instalação dos projetos das mineradoras. O discurso da criação de empregos e da quantia de investimentos desmobiliza a população e dificulta a atuação de grupos de oposição. Algo que aparece recorrentemente nos documentos e propagandas da Vale é o valor dos investimentos. Estes números grandiosos dos investimentos passam a ideia de que tamanha riqueza será investida no bem-estar de toda a população, quando, na verdade, o resultado do processo beneficia apenas pequenos grupos. Apesar dos declarados US\$ 20 bilhões em investimento, o projeto S11D criará apenas 2.600 empregos permanentes, expondo uma das características da própria atividade mineradora a céu aberto: não é intensiva em trabalho. Essa atividade é intensiva em capital, mas não cria empregos na mesma proporção que outras atividades econômicas. (COELHO, T. 2014, p.37).

Foto 07- Estrada de acesso ao Projeto S11D



Fonte: Hinckley Wendell do Nascimento Mendes, Canaã dos Carajás, 2016.

Diversos são os impactos ocasionados pelo avanço da economia da mineração em Canaã dos Carajás, sejam eles ambientais ou sociais. A realidade do Município, não é mais a mesma de um projeto político de assentamento, as dificuldades enfrentadas pelos agricultores precisam ser combatidas por meio de estratégias de sobrevivência para que possam permanecer em suas terras.

2.3.1. As campanhas de desterritorialização

Com o fortalecimento do projeto S11D, que em 2008 passou a ser executado no Município em questão, há a desterritorialização de diversas famílias de agricultores camponeses que perderam o direito à terra, devido aos interesses da mineradora Vale S/A sobre o subsolo para extração do minério de ferro, além disso, criam-se estruturas que dificultaram o acesso de trabalhadores aos seus lotes para que desenvolvam seus trabalhos, ou seja, não é somente a compra de áreas de interesse minerários que interessa à empresa, mas todos os locais que garantam a viabilidade de sua permanência no Município, como por exemplo, a foto 08, que mostra a estrada de ferro para exportação do minério que passa por dentro das áreas pretendidas pelo acampamento Rio Sossego.

Foto 08 - Ferrovia para exportação de minérios da S11D



Fonte: Hinckley Wendell do Nascimento Mendes, Canaã dos Carajás, 2017.

Entendemos que apesar das dificuldades de permanência frente aos conflitos entre agricultores e a empresa Vale S/A, é possível dar continuidade à agricultura no Município, principalmente, através da organização do território que garante a permanência de camponeses em suas terras, sem qualquer intervenção de projetos que cheguem para dificultar a locomoção ou produção da agricultura.

Desde 2015 vem surgindo acampamentos que se apropriam de áreas próximas à instalação de projetos de interesse da Vale S/A para exploração mineral e, construção de infraestrutura que atenda suas necessidades; ou de reflorestamento para compensação de áreas desmatadas por suas ações.

Para Ikeda (2017, p. 10) “a organização dos movimentos de resistência, em defesa não só dos direitos sociais, mas que denuncia os impactos da mineração ao meio ambiente, aponta para a necessidade de construção de um novo projeto de desenvolvimento”. Esses acampamentos, que materializam territorialmente esses movimentos de resistência apontados por Ikeda (2017), representam a reterritorialização de sujeitos que foram desterritorializados pelas ações da Vale S/A, tanto camponeses já ligados à agricultura, como migrantes que vieram para o município com objetivo de mudar de vida e por não conseguirem se manter na cidade, e passam a entrar no movimento de camponeses sem terras.

Esses sujeitos vivem em constantes ameaças por conta das ações de despejos da mineradora, a exemplo do acampamento Grotão do Mutum, cujos acampados foram retirados

da Fazenda São Luiz, perdendo toda a produção em virtude da área ser de interesse da mineradora para reflorestamento.

Em junho do ano passado, os sem-terra passaram a ocupar terras adquiridas pela Vale S/A. Sabiam que, em 2010, a empresa havia sido obrigada a indenizar o INCRA em quase 6 milhões de reais pela compra de 80 lotes de assentamento sem autorização do órgão fundiário em outra área do Pará. E muniam-se de um levantamento feito pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás, que aponta indícios da venda de 199 lotes de reforma agrária na região. A estratégia foi entrar nas áreas, construir casas de madeira e iniciar suas roças. Com isso, forçaram a empresa a acionar a Justiça para tentar removê-los. Como parte do processo, a mineradora teria que anexar uma comprovação de que é, de fato, dona dessas propriedades e, com isso, eles acreditavam que seria possível começar a desfazer o emaranhado de dúvidas que envolve a titularidade dessas terras. "Só queremos que provem pra gente que a Vale comprou tudo de forma legal. Enquanto isso não acontecer, não vamos desistir", explica José Raimundo Garcez Anges, o Raimundão, um ex-garimpeiro de 54 anos que coordena o acampamento Grotão do Mutum, o primeiro montado, em 13 de junho de 2015. (EL PAÍS, 2016, não p.).

Foto 09 - Foto do despejo na Fazenda São Luiz onde se localiza o acampamento Grotão do Mutum



Fonte: Arquivo pessoal acampamento Grotão do Mutum, Canã dos Carajás, 2016.

De acordo com a advogada da CPT, os conflitos pela terra se intensificaram a partir da S11D, visto que, a chegada da mineração atraiu migrantes e fez com que muitos agricultores vendessem suas terras por conta do interesse da Vale S/A. Os despejos ocorreram por conta do interesse da Vale S/A por essas áreas, além do acampamento Grotão do Mutum os demais acampamentos atualmente, vivem sob constantes ameaça, devidos aos questionamentos de

áreas compradas pela mineradora, ocupando e resistindo as estratégias de desterritorialização.

Segundo a advogada da CPT:

“Então basicamente o que está acontecendo no Município com os trabalhadores é isso, a Vale foi se apropriando de terras não só particulares, essas áreas que foram adquiridas, muitas delas, nos documentos que a Vale apresenta nos processos jurídicos, ela não apresenta título de propriedade, boa parte delas não tem título, ela tem simplesmente um contrato de compra e venda que ela fez com o antigo ocupante do imóvel, pagou, quantias exorbitantes, milhões e milhões de reais foram gastos, e ela não identificou ou procurou saber se tratava de área pública ou se tratava de fato de área particular e como comprou (indiscriminadamente) essas áreas, ela adquiriu de fato áreas do projeto de assentamento Carajás II que foi criado pelo INCRA então dentro a condição do município, das áreas que foram adquiridas existem terras públicas e particulares, aí a reivindicação principal dos trabalhadores, a respeito das terras que foram compradas do projeto de assentamento, pois muitos dos trabalhadores que venderam as terras para Vale S/A, os antigos ocupantes que venderam, não tinham anuência do INCRA pra vender, não tinham recebido a liberação das cláusulas e dos títulos... As ocupações se formaram nesse sentido, de reivindicar essas áreas que foram adquiridos pela Vale sem anuência dos órgãos fundiários.” (Andréia Aparecida Silvério dos Santos, Advogada da CPT, 27 anos, 14 de fevereiro de 2017)²⁸.

De um lado, criam-se estruturas para que se fortaleçam o avanço de projetos minerais, de outro, surgem movimentos de resistência aos avanços da mineração próximos aos projetos da Vale S/A como forma de sobrevivência no campo, já que a cidade não oferece possibilidades de sobrevivência.

Foto 10 - Entrada para o acampamento Rio Sossego



Fonte: Hinckley Wendell do Nascimento Mendes, Canaã dos Carajás, 2017.

²⁸Entrevista Concedida por Andréia Aparecida dos Santos Silvério. **Assessora Jurídica da Comissão Pastoral da Terra**. [14 de fevereiro de 2017]. Entrevistador: Hinckley Wendell do Nascimento Mendes. Marabá, 2017. 1 arquivo. Mp3(35 min.). A Entrevista transcrita encontra-se no Apêndice (A) desta monografia.

As ocupações de terras que ocorrem atualmente em Canaã dos Carajás, surgem como forma de questionamento às apropriações da Vale S/A, pois com a chegada da S11D a mineradora passou a comprar terras sem verificar a validade de seus títulos e se eram ou não áreas públicas²⁹.

Em nossa interpretação, entendemos que, por um lado, a chegada de migrantes, as ameaças, os despejos, a compra de terras públicas, as interferências nas relações familiares com o interesse de jovens camponeses em conseguir emprego na mineradora; caracterizam-se como processos de desterritorialização empreendidos pela empresa e o próprio Estado. A formação de acampamentos, por outro lado, com objetivo de garantir o sustento e questionando a forma como a mineradora se apropriou de algumas áreas, fazem parte dos processos de reterritorialização de sujeitos que são afetados pelas estratégias da mineradora e como forma de luta se reterritorializam em áreas que são do interesse da Vale S/A.

²⁹ A Vale explicou, por meio de nota, que as áreas destinadas à mineração foram adquiridas conforme regras estabelecidas na legislação e ressalta que a atividade “pode ser exercida em imóveis públicos ou privados”. Segundo a empresa, todas as aquisições de terras em que possui projetos minerários são indenizadas, “sejam elas posse e/ou domínio”. (BRASIL DE FATO, 2017, não p.)

3. CAPÍTULO III - A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DA JUVENTUDE CAMPONESA A PARTIR DOS CONFLITOS PELA TERRA COM A EMPRESA VALE S/A

Este capítulo visa apresentar as formas como os projetos destinados à exploração mineral geram interferências nas relações familiares e, a possibilidade de uma organização de lutar por meio da juventude, que a partir dos conflitos existentes, utiliza contraestratégias de reterritorialização fundamentais para a permanência de camponeses. Por essa razão, é importante que se analise a visão dos pais e dos jovens que estão envolvidos neste processo, para que possamos compreender a importância que a construção de um sujeito político tem para a permanência da agricultura camponesa.

Os eventos organizados pelos órgãos que fortalecem a construção de sujeitos que contribuem para a constituição política dos acampamentos, inclusive, no acampamento Rio Sossego, que através do apoio do STTR, CPT, Cepas, Debate & Ação, passam a realizar reuniões que contribuem com a formação política de jovens atingidos pela mineração e Canaã dos Carajás. Esses eventos são importantes no que se refere à construção da identidade e do território como forma de lutar diante das estratégias de desterritorialização da Vale S/A.

3.1. AS INTERFERÊNCIAS DA EMPRESA NA FAMÍLIA E A JUVENTUDE SOB OS OLHOS DOS PAIS

Os novos processos econômicos no município de Canaã dos Carajás, dado os projetos de exploração mineral, incentivou o interesse de jovens ao trabalho na mineradora, porém ao perceberem que esses trabalhos em curto prazo, não garantiriam a estabilidade como se propagava, percebemos que, os jovens retornam ao campo para lutar pela terra, visando a garantir de sua reterritorialização camponesa. É nesse sentido que o jovem constrói a sua identidade, quando a luta pela conquista da terra passa a ser também a luta por um território que inclua as demandas sociais de uma juventude que vive sob ameaças, riscos e conflitos por ocupar áreas de interesse da Vale S/A.

A construção dos projetos de mineração estimulou os interesses de muitos jovens ao trabalho na mineradora, o que acabou interferindo nas relações familiares camponesas, pois muitos jovens atraídos pela novidade de um emprego em uma grande empresa, buscaram formas de ir para cidade trabalhar na Vale S/A, seja por meio de Programas de Jovem

Aprendiz³⁰ ou na tentativa de conseguir um emprego fixo na empresa. Quando a Vale S/A iniciou a instalação do projeto S11D, aumentou o fluxo migratório e, a saída de filhos de camponeses passou a ser uma alternativa para tentativa de melhorias de vida. Como nos coloca a primeira liderança do acampamento:

A ilusão de trabalho na mineradora surgiu pela dificuldade no trabalho rural, só que a oportunidade que ela trouxe para cá, está mudando 100% e a realidade que ela trouxe para o pessoal Canaense é o mínimo do mínimo... Não tem ninguém do município da nossa região, não tem ninguém, só gente de fora, os demais estão em terceirizada, e a terceirizada te dá o emprego de cinco a seis meses e te manda embora e fala que vai te chamar e não te chama mais, aí o jovem caiu na realidade, é melhor ter uma segurança de vida em uma terra que vai ser sua pro resto da vida do que de um emprego que vai ser temporário. (Dênislai de Sousa Brito, ex líder do acampamento Rio Sossego, 25 anos, 06 de abril de 2016)³¹.

Como nos coloca o ex-líder do acampamento Rio Sossego, que também tentou um emprego na mineradora, a chegada da Vale S/A incentivou o interesse de filhos de camponeses para a procura de um emprego na cidade, sendo esta também, uma das alternativas da Vale S/A para enfraquecer a permanência da agricultura no Município, pois com o filho saindo do campo para tentar a vida na cidade, tornaria mais fácil a venda de terras para a mineradora.

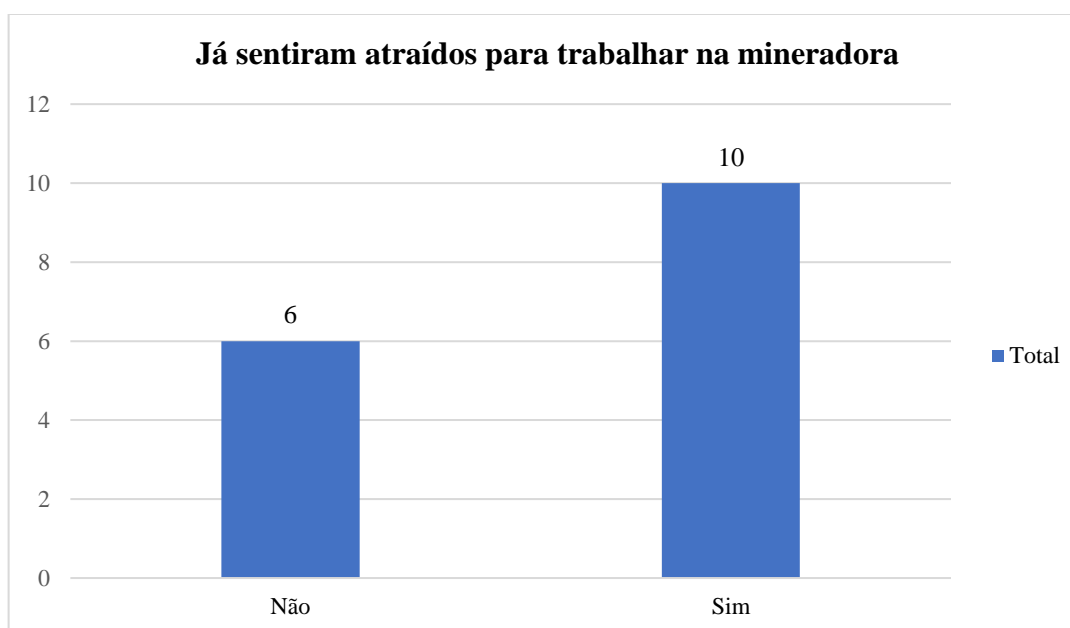
Entretanto, os trabalhos de campo recente realizados no acampamento Rio Sossego nos apontam que embora muitos jovens tenham o interesse ou tiveram o interesse em trabalhar na mineradora, os mesmos perceberam que não teriam espaço sendo filhos de camponeses e agora, principalmente na condição de sem-terra, ficaria muito mais difícil conseguir um emprego na empresa.

Atualmente, o acampamento Rio Sossego concentra 25 famílias e dessas, apenas 16 jovens estavam residindo no acampamento, sendo estes, os entrevistados. Em nossas entrevistas, percebemos que muitos deles tiveram interesse de trabalhar na mineradora, mas ao perceber que não teriam oportunidades de empregos, passaram a lutar pela conquista da terra como uma forma de garantir estabilidade. Vejamos os dados a respeito da chegada da mineradora e, os jovens que tiveram interesse em trabalhar na mineradora:

³⁰ O programa tem como objetivo a capacitação de mão de obra para posições administrativas e operacionais, incentivando o desenvolvimento efetivo dos jovens da localidade. Os interessados devem ter ensino médio completo e idade a partir de 18 anos. Não é necessária experiência, já que uma das propostas da iniciativa é justamente educar e qualificar jovens, preparando-os para o mercado de trabalho. (VALE, 2017, não p.)

³¹Entrevista Concedida por Dênislai de Sousa Brito. **Entrevista com os líderes do acampamento Rio Sossego.** [28 de abril de 2016]. Entrevistador: Hinckley Wendell do Nascimento Mendes. Marabá, 2017. 1 arquivo. Mp3(16 min.). A Entrevista transcrita encontra-se no Apêndice (B) a desta monografia.

Gráfico 02- Jovens que já se sentiram atraídos a trabalhar na mineradora



Fonte: Trabalho de campo (2017)

Org: MENDES, H.W. DO N. (2017)

Atração para o trabalho na mineradora ocorreu pelo desejo de trabalhar em uma grande empresa e não, pelo desejo de sair do campo. Ao perceberem que a mineradora não os empregaria, muitos desanimaram com a ideia de saída, pois quando perguntávamos sobre a intenção de ir para cidade, muitos optavam por permanecer no campo. Existe ainda, uma inclinação pela garantia de estabilidade, seja na empresa ou no campo, mas como a Vale S/A não supriu essa necessidade, retornam para o campo ou se inserem como migrantes, com uma curta experiência de trabalho em construção civil, e que agora se lançam ao trabalho no campo, mesmo diante do medo e das condições incertas de viver em um acampamento.

Muitos já perceberam que não terão muitas oportunidades na mineradora, a não ser, em trabalhos temporários, mas não lhes garante estabilidade, além disso, dos 16 (dezesesseis) jovens entrevistados, somente 05 (cinco) conseguiram emprego na mineradora, via empresas terceirizadas, com empregos de um a dois anos e hoje, afirmam não ter mais interesse em trabalhar em nenhuma empresa ligada a mineradora Vale S/A, devido às péssimas condições de trabalho, e por sentir uma garantia maior de sustento na terra.

Quadro 05 - Locais de trabalho dos jovens entrevistados.

Entrevistado	Empresas Terceirizadas	Funções	Tempo	Chegada em Canaã dos Carajás
Entrevistado 01	a) Barbosa Melo	Motorista de Retroescavadeira	a) 01 Ano	2001
Entrevistado 02	a) G.R. S/A	Serviços Gerais	a) 08 Meses	2014
Entrevistado 03	a) Usiminas Mecânica	Soldador	a) 01 Ano e 5 meses	2014
Entrevistado 07	a) Doce Norte b) Serra Almeida c) Gonçalves Dias	Pedreiro	a) 02 Semanas b) 02 Meses c) 01 Ano	2013
Entrevistado 15	a) S11D Consorcio; b) Paranasa c) Concrejato	Servente (ajudante de pedreiro)	a) 09 Meses b) 01 Ano c) 06 Meses	2015

Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Org: MENDES, H.W DO N. (2018)

Os jovens que foram trabalhar na mineradora, não possuem mais, o desejo de voltar para a empresa, haja vista que, perceberem que os empregos oferecidos foram temporários para a construção do S11D, como o quadro 05 nos mostra. A duração nos serviços não chegava há dois anos. Dos jovens que trabalharam na mineradora, apenas o entrevistado 01 é filho de agricultor e, seus pais venderam suas terras e foram morar na cidade. Os outros 04 entrevistados chegaram a Canaã dos Carajás no período de construção da S11D e quando cessaram os trabalhos temporários, ficaram sem empregos na cidade, sendo o acampamento Rio Sossego uma alternativa viável.

Dos jovens que trabalharam na mineradora, houve uma atração, por melhoraria de vida. Os que conseguiram emprego são jovens que apresentam uma experiência de mudança, acompanhando seus pais, indo onde existiu trabalho, assim, os filhos vão adotando o mesmo ritmo de vida, condição essa, que faz esses jovens migrantes, se insiram na luta pela terra, é a possibilidade de ganhar estabilidade que em determinados momentos o campo oferece, mesmo diante das condições que vivem. Seja o filho de agricultor que achou que na Vale S/A as possibilidades de garantir um futuro promissor, ou seja os jovens migrantes que seguem os passos dos pais se mudando para conseguir trabalhos, a luta pela terra no acampamento Rio Sossego segue ganhando essas especificidades de jovens que são presentes nas lutas, devido as experiências de vida, construindo assim, esses sujeitos.

Mesmo como migrantes que chegaram à Canaã dos Carajás com o objetivo de conseguir trabalhos, esses jovens já se consideram lavradores, por se construírem enquanto camponeses, e a partir do momento que começam a trabalhar na terra e obter relações econômicas e políticas, com as estratégias de desterritorialização e as contra estratégias de

reterritorialização que contribuem com o seu processo de construção como jovem camponês, torna-se sujeito que se protagoniza na luta pela terra.

Para Battestins (2009, p. 70), “Se, por um lado, a cidade pode representar ascensão social, por outro os jovens não têm a mesma expectativa quando se trata de tranquilidade e qualidade de vida”. Entretanto, não é a questão da tranquilidade que pesa na volta ou na ida de jovens para o campo, mas sim uma oportunidade de obter certa estabilidade, para poder contribuir com a qualidade de vida da família. No caso de Canaã dos Carajás, onde o maior conflito ocorre entre a Vale S/A e os camponeses, cria-se um estigma de que a agricultura não é mais uma alternativa de sobrevivência no Município, atraindo jovens a tentar conseguir um emprego na mineradora.

As empresas terceirizadas que foram citadas no quadro 08, eram as que mais contratavam para serviços de construções de infraestrutura, para execução do projeto S11D, como por exemplo, ferrovias, estradas, a construção da mina e de seus setores administrativos, atendendo às demandas da mineradora Vale S/A em Canaã dos Carajás. Muitos jovens vieram para o Município, juntamente com suas famílias, em busca de empregos e, quando eles finalizavam, ficavam sem outras oportunidades, passando a lutar por terras, não somente por já ter sido camponeses, mas por buscar estratégias de sobrevivência e lutar por terra, que o fez perceber que não teria espaços para trabalhar na mineradora.

Entrevistamos também os pais desses jovens, para saber o que os mesmos acharam de suas saídas do campo, e como eles pensam a participação e o papel da juventude na luta pela terra, mesmo diante das situações colocadas pela mineradora Vale S/A. Muitos pais não querem que seus filhos saiam do campo para a cidade, preferem que tentem a vida no campo, pois acreditam que o jovem pode dar continuidade aos seus trabalhos. Vejamos o que nos diz Carrano:

Sem desconsiderar os pesos específicos das estruturas e condicionamentos sociais, um dos princípios dos processos produtores das identidades contemporâneas diz respeito ao fato dos sujeitos selecionarem as diferenças com as quais querem ser reconhecidos socialmente. Isso faz com que a identidade seja muito mais uma escolha do que uma imposição. Uma das mais importantes tarefas das instituições, hoje, é contribuir para que os jovens possam realizar escolhas conscientes sobre suas trajetórias pessoais e constituir os seus próprios acervos de valores e conhecimentos que já não mais são impostos como heranças familiares ou institucionais. O peso da tradição encontra-se diluído e os caminhos a seguir são mais incertos. (CARRANO, 2012, p. 86).

Como nos coloca o autor, o peso da tradição está em jogo, pois não basta apenas ter a terra para que os filhos permaneçam nela, existem questões de escolha por parte da juventude

entre o sair e o ficar, e no caso da instalação da S11D, essas escolhas podem ser determinantes, pois só é possível fazer uma análise sobre a mineradora partindo das experiências, seja de ter trabalhado nela, seja por conta dos conflitos entre a mineradora e os camponeses, colocando em situação de risco as possibilidades de se continuar com a terra. Os pais, assim como os jovens, também têm medo que a saída dos filhos promova o enfraquecimento da luta pela terra, e por esse motivo, lutam para que os mesmos não aceitem empregos em terceirizadas da Vale S/A e passe a se inserir na luta.

Quando realizamos as entrevistas, a maioria dos pais tinham interesses de que os filhos permanecessem no campo, pois a luta a qual estão travando contra a Vale S/A é também, para obter e conquistar a terra e fazer com que os filhos permanecessem nela para dar continuidade ao trabalho no campo, mesmo que, a conquista da terra seja um objetivo a ser alcançado, os pais querem a participação dos filhos para que somem na luta.

Para os pais, o jovem é um sujeito importante para lutar pela terra, mesmo que apenas auxilie. A seguir mostraremos um quadro com pequenas falas dos pais a respeito da contribuição que a juventude camponesa pode oferecer e por qual motivo querem que os filhos permaneçam na terra. Foram 18 pais entrevistados, alguns desses já foram ligados ao campo e outros vieram para cidade com objetivo de trabalhar na mineradora, mas quando entram no acampamento, passam a lutar pela terra para que os próprios filhos tenham oportunidades no campo, já que na cidade torna-se difícil conseguir emprego sendo sem-terra.

Quadro 06 - Fala dos pais de jovens do acampamento Rio Sossego

Entrevistado(Idade, profissão)	Já foi Assentado ?	Os jovens podem contribuir na luta pela terra?	Qual o papel da juventude camponesa no acampamento?
Entrevistado 01 (34 anos, lavradora)	Não	“Sim”	“o papel principal do jovem é pensar mais além do que a gente”
Entrevista 02(59 anos, pedreiro e carpinteiro)	Não	“Sim”	“Ajudar a continuar na luta”
Entrevista 03 (42 anos, lavradora)	Não	“Sim, pois de tudo eles devem saber, eles são quem irão continuar na luta”	“É uma parte do começo de tudo no campo, o jovem é o futuro”
Entrevistado 04 (66 anos, lavradora)	“Nunca ganhei terra do Incra, não tenho mais condições de comprar”	“Sim, meu neto vem pra cá e vai somar na luta”	“É significativo, pois ele vai poder ajudar e continuar a lavoura”
Entrevistado 05(75 anos, lavrador)	Não	“Sim, eles são fortes”	“Trabalhar e lutar”
Entrevistado 06 (48 anos, lavrador)	“Não, primeira vez que to lutando, sempre trabalhei arrendado”	“Podem Sim, nos ajudando”	“Eles estão aprendendo mais que a gente e estão nos ajudando na roça”
Entrevistado 07 (53 anos doméstica)	“Não”	“Sim, principalmente os meus”	“O jovem gosta de diversões, eles nos ajudaram e nos alegraram”
Entrevistado 08 (62)	“Nunca”	“Sim, tem que contribuir”	“Eles trabalham com nós e vão

anos, lavradora)			aprendendo”
Entrevistado 09 (38 anos, lavradora)	“Não”	“Não sei explicar, mas acho que eles não queriam essa vida sofrida”	“Esses jovens só tão na luta por conta dos pais”
Entrevistado 10 (65 anos, lavradora)	“Não”	“Não sei”	“Lutar sempre”
Entrevistado 11(55 anos, lavradora)	“Não”	“Sim”	“Eles nos ajudam”
Entrevistado 12 (45 anos, lavradora)	“Não”	“Não sei responder”	“Não sei”
Entrevistado 13(54 anos, lavradora)	“Não”	“No dialogo e lutando junto de nós”	“A rua oferece muita coisa ruim, aqui eles crescem honestamente”
Entrevistado 14 (34 anos, lavradora)	“Não”	“Sim”	“A força que eles tem”
Entrevistado 15 (57 anos, lavrador)	“Não”	“Sim”	“Aprender trabalhar para manter a agricultura e formar na área agrária”
Entrevistado 16 (40 anos, pedreiro)	“Não”	“Sim”	“o jovem nos dá a possibilidade de ser assentado”
Entrevistado 17 (34 anos, pedreiro)	“Não”	“Estudando e se formando para nos auxiliar”	“Estudando e se formando para nos auxiliar”
Entrevistado 18 (31 anos, dona de casa)	“Não”	“Sim”	“É o futuro, é quem vai levando nossos ensinso”

Fonte: Trabalho de Campo, 2017

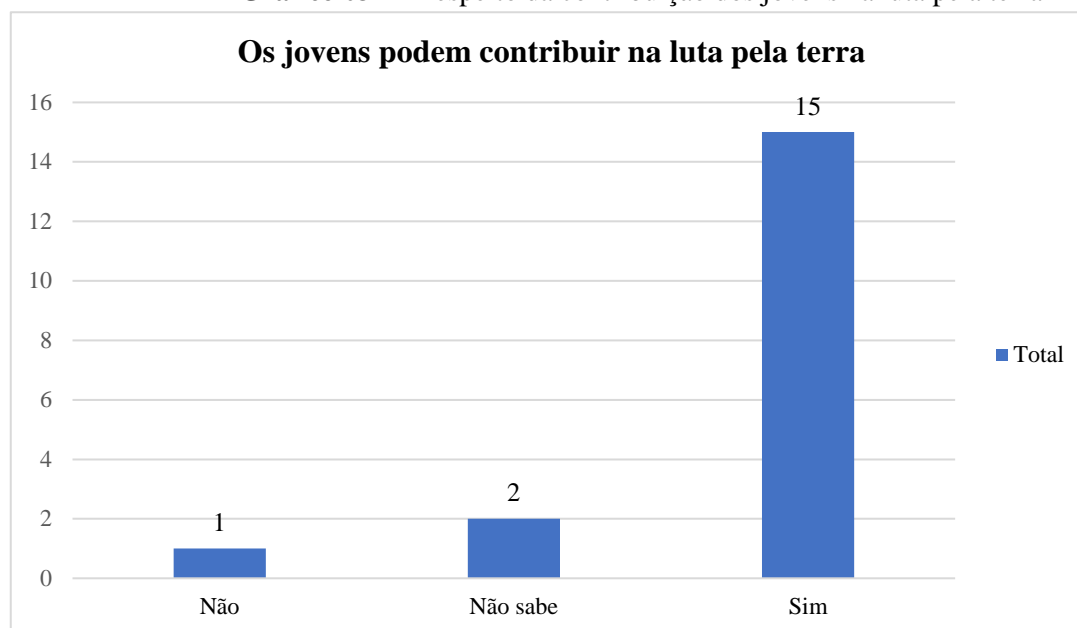
Org: MENDES, H.W. DO N. (2018)

No acampamento Rio Sossego, durante o período que realizamos entrevistas, entre os dias 17 e 18 novembro de 2017, somente 18 famílias estavam presentes, alguns estavam na cidade e outros trabalhando em suas roças e não poderiam nos atender, geralmente os pais respondiam de forma rápida, por conta dos trabalhos que tinham que realizar em seus lotes; alguns entrevistados não sabiam responder as perguntas sobre a juventude, na hora, pela vergonha de não saber como responder; e as respostas que nos foram dadas de forma simples, nos ajudaram a compreender que para os pais, lutar pela terra com a juventude presente no acampamento, é garantir tanto o futuro deles, quanto da agricultura.

Quando a juventude camponesa é somada na luta, possibilita a garantia de conhecimento e força, mas percebe-se na fala dos pais sempre a ideia da juventude como auxiliares para o trabalho em seus lotes.

Para o entrevistado 08, “os jovens só estão nessa luta por conta dos pais”, entendemos que essa interpretação não pode ser analisada de maneira excludente, mas para o entrevistado as condições que estão inseridas, sob risco de ameaças e medo de serem despejadas, fazem com que os jovens não se sintam totalmente seguros a permanecerem no acampamento.

Gráfico 03- A respeito da contribuição dos jovens na luta pela terra



Fonte: Trabalho de campo (2017)

Org: MENDES, H.W DO N. (2017)

Para os pais, os jovens podem contribuir na luta pela terra, mas, como auxiliador e não como protagonistas. Embora os pais achem que os jovens possam contribuir na luta pela terra como auxiliares. Entendemos que os mesmos são igualmente protagonistas nessa luta, pois estão se construindo nesse processo, e está para além do conflito com a terra, isto porque, estão convivendo com o conflito interno - e por hora com os desejos de trabalharem na mineradora- e por conta dele se tornam um sujeito político, que é construído a partir dos processos de des-reterritorialização que os camponeses estão envolvidos, porque estão sentindo e vivenciando esses conflitos, quando buscam formas de se organizar para permanecer e lutar pela conquista da terra, o que garante também a sobrevivência da família.

O apoio da família para que esses jovens participem da luta pela terra, é fundamental, pois estimula os jovens a garantirem a estabilidade no campo, o que muda a partir da fala dos pais para esses jovens é que, eles crescem no trabalho familiar e garantem sustento, e ainda que os pais não relatem, o desejo dos pais de que os filhos permaneçam no acampamento, estimulam os jovens a se tornarem protagonistas na reterritorialização camponesa.

Faz parte da construção dessa juventude a possibilidade de se tornarem protagonistas importantes na luta pela terra, um exemplo disso, são lideranças, como por exemplo, o acampamento Rio Sossego. Tanto o ex-líder do acampamento, quanto o atual líder, são jovens que foram ligados ao trabalho no campo e que tentaram empregos na Vale S/A, mas agora se

inserir como sujeitos importantes para lutar contra a desterritorialização promovida pela mineradora.

A contribuição dos jovens na luta pela terra fortalece a reterritorialização camponesa, e ao mesmo tempo os possibilita se reconstruírem identitariamente como protagonistas de sua história e de processos de transformação da realidade, mediante ao enfrentamento com as novas dinâmicas excludentes da mineração. No acampamento Rio Sossego, percebemos que não é apenas o jovem camponês que sempre foi ligado a terra que constrói sua identidade, mas os jovens que foram para Canaã dos Carajás com seus pais, com expectativas de estabilidade, e quando não conseguiram, entenderam a terra como uma garantia de sobrevivência, deste modo, entendemos que a permanência no campo ou não, advém das experiências de trabalho na Vale S/A ou a garantia de sustento no campo.

Os jovens que trabalharam na mineradora têm o desejo de permanecer na terra por saberem que a vida na Vale S/A é uma ilusão, e, hoje, pensam muito mais na garantia de ter uma terra para trabalho, e os que não foram empregados pela mineradora, mas que ainda sentem desejos de trabalhar, dizem saber que não vão conseguir um emprego por serem filhos de sem-terra e a mineradora não os empregaria.

Para os pais, fica claro que a família deve ser valorizada e o papel da juventude é se inserir nessa luta, ajudando os pais e dando continuidade nos trabalhos voltados à agricultura, pois assim, contribui com a permanência de futuras gerações no campo. Para a empresa, a juventude é uma transição, e atrair ou desperta, interesses em jovens por meio de programas como exemplo, o Jovem Aprendiz, influenciando nas decisões da juventude em permanecer ou ficar no campo, pois geram curiosidade de uma vida com mais estabilidade a partir de um trabalho na mineradora. A partir dessas experiências de trabalho familiar ou na empresa, ou até mesmo pelo desejo por garantia de estabilidade, a juventude se constrói diante das decisões que dependem de si para ocorrer também, pois assumir seu papel como auxiliador dos pais e negar o desejo de ir para Vale S/A, assumindo trabalhos no campo e contribuindo com a construção política da juventude que vem se organizando e buscando formas de ganhar autonomia para garantir o futuro.

3.2. AS CONTRAESTRATÉGIAS DE RETERRITORIALIZAÇÃO

As dificuldades de permanência da agricultura camponesa frente às estratégias de desterritorialização da Vale S/A ocasionam a construção de sujeitos que começam a se

envolver na luta pela terra, a exemplo dos jovens camponeses, colocando em pauta suas demandas sociais, a fim de, se reterritorializar. E mesmo que estes jovens estejam em constantes conflitos entre o desejo de sair da terra e o de permanecer no campo, com o apoio do STTR de Canaã dos Carajás, da CPT, da Debate & Ação, começam a se organizar e, percebem o processo ao qual estão inseridos, destacando a importância de lutar pelo o acesso à terra, e contra o avanço da mineração.

A reterritorialização é uma ação política, principalmente quando sujeitos passam a construir territórios a partir das diversas disputas que são expressas por meio de experiências de luta pela terra, isto é, na construção e organização dos acampamentos; na produção diversificada que abastece as feiras da cidade; na construção de um contra discurso em torno dos benefícios da mineração; e na indicação à necessidade de outro projeto de sociedade, que perpassa, ainda que inicialmente, pela reforma agrária, pensada pelos próprios movimentos sociais.

Nesse afã de se reterritorializarem, os jovens ajudam na organização de eventos promovidos pelo STTR, pela CPT, pela Cepasp e pelo Debate & Ação, possibilitando que os acampados dos quatro acampamentos ligados ao sindicato pudessem aprender um pouco mais sobre a importância de se organizar na luta.

Nos dias 09 de junho de 2017 foi realizada uma reunião com acampados dos quatro acampamentos, Alto da Serra, Grotão do Mutum, Planalto Serra Dourada e Rio Sossego— foto 11 – pertencentes ao STTR de Canaã dos Carajás, onde os trabalhadores tiveram a oportunidade de relatar sobre os problemas que enfrentam, e como poderiam criar estratégias de organização para poderem questionar as ações da Vale S/A. Essas reuniões ajudavam os camponeses a se organizarem para pressionar o INCRA e aos demais órgãos públicos, como Prefeitura Municipal e os governos Estaduais e Federais, para que agilizassem os processos no que diz respeito às estratégias de desterritorialização da mineradora.

Foto 11- Reunião com acampamentos ligados ao STTR de Canaã dos Carajás



Fonte: Hinckley Wendell do Nascimento Mendes, Canaã dos Carajás-PA, 2017.

A organização dos camponeses em Canaã dos Carajás, como movimento social que luta contra estratégias da Vale S/A, é uma das principais contraestratégias de reterritorialização, e isso, faz com que a juventude camponesa se torne um sujeito importante para dar continuidade à luta (ver foto 12), mas não somente para ajudar seus pais, e sim para se construir enquanto sujeito político. Por esta razão, a necessidade de se organizar a juventude, atingida pelas estratégias da Vale S/A, fortalecendo a luta e ajuda a construir o território por meio da construção da juventude no campo.

Foto 12- Convite à juventude camponesa do acampamento Rio Sossego



Fonte: Hinckley Wendell do Nascimento Mendes, Canaã dos Carajás-PA, 2017.

A foto 12 apresenta experiências de um campo com apoio da CPT e Debate & Ação, no dia 01 de julho de 2017, com objetivo de convidar jovens a participarem do Encontro de Jovens Atingidos por Mineração (EJAM), em Açailândia-MA, entre os dias 14, 15 e 16 de julho de 2017, no qual, três jovens optaram por participar do evento e aprender um pouco sobre a realidade de outros jovens que são desterritorializados pelas estratégias de empresas ligadas a mineração.

No mesmo dia esses jovens se comprometeram a realizar posteriormente a esse evento, uma reunião com os demais jovens do acampamento Rio Sossego, no dia 05 de agosto de 2017 (ver foto13) para que pudessem compartilhar a experiência e na mesma ocasião iniciar o processo de construção e organização do movimento da juventude camponesa no acampamento Rio Sossego, para então ajudar a fortalecer um movimento de jovens acampados em Canaã dos Carajás.

Foto 13 - Reunião com os jovens do acampamento Rio Sossego



Fonte: Hinckley Wendell do Nascimento Mendes, Canaã dos Carajás-PA, 2017.

Os eventos auxiliados pelo STTR, CPT, Cepasp e Debate & Ação, contribuem com a formação desses sujeitos no processo de luta diante da reterritorialização camponesa. Entretanto, a construção política da juventude não depende somente dos eventos que são organizados, isso porque se refere a um processo que se desenvolve no cotidianamente mediante suas experiências no acampamento, que lhes permitem reinterpretar a realidade em que vivem, resignificando o território que outrora era do latifúndio agropecuário e/ou

minerador, permitindo que a juventude se organizasse se tornando politicamente importante na reterritorialização camponesa.

Os eventos organizados com apoio da CPT, Cepasp e Debate & Ação, estes promovendo possibilidades de organizar o território politicamente, onde os sujeitos estão envolvidos. A partir dessas análises, percebemos uma maior participação da juventude no acampamento Rio Sossego, que passa a entender a importância que exerce nessa luta, como também, a visão dos próprios pais sobre como os jovens podem somar na conquista da terra e luta contra o avanço da mineração. Essas ações são contraestratégias de jovens, que mesmo na construção de sua identidade como camponês, já passa a se envolver na luta, mesmo diante dos desafios que ocorrem entre o sair ficar no campo, quando a juventude participa dos eventos e opta por se somar à luta, já passou a construir o território de agricultura camponesa.

Quadro 07 - o *continuum* da des-reterritorialização em Canaã dos Carajás-PA: da perda, à luta e à reterritorialização

Área sob disputa	Posição dos atores sociais	Atores sociais envolvidos	Significado do território	Estratégias de desterritorialização	Estratégias de reterritorialização	Áreas de reterritorialização
Sítio Deus é amor	Desterritorialização	Vale S/A Estado	“Para promover o desenvolvimento em benefício do capital internacional.”	Ameaças, compra de lotes sem o título da propriedade, ações individuais contra acampados, construção de ferrovias e estradas que atrapalham a produção, sedução de jovens camponeses e migrantes ao trabalho na mineradora.	—	Sítio Deus é amor- Acampamento Rio Sossego (Parte da Gleba três braços, Chicrim e Buriti II Parte “A”)
	Reterritorialização	Camponeses (acampados) – auxiliados pelo Sindicato, CPT, CEPASP, Debate & Ação	Uma forma de resistência e garantia de sobrevivência para sujeitos excluídos dos “desenvolvimentos” em benefício do capital internacional.	—	Ocupação de áreas pretendidas pela mineradora, migrantes sem oportunidades de emprego se unem a camponeses e passam a lutar pela terra, questionamento a respeito das áreas compradas pela mineradora, ocupação da sede do Incra, da câmara municipal, fechando estradas e participando de eventos promovidos pelo STTRs para se organizar politicamente.	
		Juventude Camponesa	Território como processo de construção de identidades, a partir da des-reterritorialização, a identidade é construída por meio dos processos de exclusão e resistência dos sujeitos.	—	Se inserindo na luta junto de suas famílias, o retorno de jovens que foram tentar emprego na mineradora, à organização política através da participação em eventos, criação de movimentos da juventude camponesa no município, construção como sujeito político.	

Adaptado e Org.: MENDES, H.W. DO N. (2018)

O presente quadro (07) nos mostra os processos de desterritorialização e reterritorialização que ocorreram, e ainda ocorrem por meio do conflito entre as estratégias da Vale S/A e as contraestratégias do acampamento. A empresa quer obter terras que facilitem a exploração de recursos minerais em Canaã dos Carajás, havendo uma concepção de território voltada ao controle para exploração de seus recursos e que garantam a sua hegemonia enquanto grande empresa exportadora de minérios.

Já para os camponeses, essas ações de desterritorialização desencadeiam a necessidade de construir estratégias de reterritorialização, ou seja, formas de resistência que permitam aos sujeitos a sua sobrevivência, contribuindo com a organização dos movimentos de agricultores camponeses em Canaã dos Carajás. A juventude camponesa, nesse processo, ao se envolver nas estratégias de reterritorialização, motivada pelo desejo de garantir o sustento e estabilidade que não adquiriam na mineradora ou que sabem que não vão adquirir, por conta dos empregos em terceirizadas, resta à juventude se organizar, mesmo diante de conflitos internos e externos, o que lhe permite ir se construindo enquanto sujeito político, essa construção promove identidades territoriais que são caracterizadas diante da realidade pela qual está inserida.

3.3. DA EXCLUSÃO SOCIAL À CONSTRUÇÃO DO SUJEITO

“Constituir a juventude do campo como objeto de estudo implica uma mirada sobre uma realidade multifacetada e multidimensional, num cenário de clivagens econômicas, políticas, sociais e culturais que têm agudizado o processo de exclusão social.” (CASTRO E FREIRE, 2007, p. 218).

A exclusão “expressa uma incerteza e uma grande insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea”. (MARTINS, 2002, p. 27). Para o autor, a exclusão tem a ver com o desenvolvimento do capitalismo e dos benefícios que o mesmo trouxe a determinados grupos, ou seja, só existe exclusão porque existe também inclusão, embora seja em menor quantidade, o capitalismo ao incluir um pequeno grupo de beneficiados pelo capital, exclui a maioria de direitos a sobrevivência, como por exemplo, moradia e recursos naturais.

Os processos que remetem as construções de identidades não podem ser ignorados e não podemos deixar de levar em consideração o contexto histórico-geográfico no qual estão

inseridos. Desse modo, os sujeitos podem ou não ser marcados e adquirir características específicas, dependendo do local onde estão inseridos e das experiências a qual passaram.

Embora a Vale S/A tenha contribuído com a chamada de filhos de colonos ao trabalho na mineradora, percebemos que a maioria dos jovens inseridos não são oriundos de Canaã dos Carajás, não nasceram camponeses, ao contrário disso, grande parte já teve a experiência de morar na cidade e não somente por questões de empregos na mineradora, alguns vieram de outros Municípios, na tentativa de conseguir empregos em qualquer lugar que lhe oferecesse condições de sobrevivência e tornar-se camponês foi uma consequência da falta de oportunidades de se manter na mineradora ou em empregos na cidade.

Segundo Almeida R. (2006, p. 293) “a identidade não anula todas as outras formas de diferença e tampouco as contradições internas; na realidade, o que se tem é a articulação de acordo com o momento, das diferenças numa única identidade”. Para a autora, falar em identidades é aceitar a complexidade humana e entender que o processo de construção de identidades está ligado a uma série de novas identidades, como por exemplo, o feminismo, o movimento negro e indígena, entre outros.

A identidade é um processo de construção, não é algo estabelecido por normas ou por questões geracionais, não se nasce camponês, mesmo que seja ligado ao campo, torna-se camponês, a partir da própria experiência de vida. Essas experiências são marcadas pelo lugar, pela trajetória e pelos motivos que levaram ao ir e voltar, ou até mesmo, permanecer no campo.

A priori, torna-se camponês ou lutar por terra, uma questão de sobrevivência. À medida que a inserção na luta começa a se tornar maior, a construção do território também implica na forma de como sujeitos irão se construir enquanto camponeses. No caso do acampamento Rio Sossego, muitos acampados são jovens que vieram para a cidade em busca de empregos e até conseguiram trabalhar em terceirizadas da mineradora, mas não ficaram por muito tempo na empresa, pois estavam em empregos temporários.

Uma das maiores representações da materialização simbólica do camponês é ter a terra, seja do acampamento ou assentamento. Ser camponês é ter terra para plantar e criar, como já salientamos no início, a terra faz parte do território, ou seja, a materialização simbólica do campesinato é o território, pois nele se concentram todas as características específicas do camponês, onde além de estarem suas plantações, está também toda relação cultural e afetiva com outros sujeitos camponeses, especialmente o núcleo familiar o qual não

se restringe a consanguinidade, e com o sentimento de pertencimento. De acordo com Cruz V. (2014):

Esses novos velhos-sujeitos protagonistas apontam para uma existência coletiva objetivada numa diversidade de movimentos organizados com suas respectivas redes sociais, redesenhando a sociedade civil da Amazônia e impondo seu reconhecimento aos centros de poder. (CRUZ, V. 2014, p. 52).

Embora a luta pela terra continue sendo a mesma, no sentido de obter uma posse de terra e lutar contra injustiças sociais no campo, ela muda e se transformam com o tempo, novos sujeitos surgem e com eles novas experiências, bem como o latifúndio e os interesses do capital pelas propriedades rurais, também se alteram. Com isso, novos movimentos com o mesmo objetivo de lutar contra as injustiças no campo se fortalecem, mas com sujeitos que se caracterizam na luta de formas particulares. Um exemplo disso é o que acontece na atualidade em Canaã dos Carajás, no movimento tradicional de quando falamos sobre conflitos por terra, existe sempre a imagem de “fazendeiros x sem-terra”. No caso de Canaã, a Vale S/A assume o papel de latifundiária na tentativa de obter terras para continuar a exercer seus domínios para exploração mineral, já os sem-terra, embora continuem lutando por terra, são novos sujeitos que são movidos pelas especificidades dos conflitos.

Como já ressaltamos, a luta pela terra em Canaã dos Carajás ocorre diretamente com a mineradora Vale S/A, nessa luta sujeitos excluídos de direitos ao trabalho, à moradia e ao lazer na cidade, lutam pela terra como alternativa de sobrevivência, entre esses sujeitos, jovens que já trabalharam na cidade, jovens que nasceram no campo e tentaram trabalhar na mineradora, jovens que vieram para Canaã dos Carajás dado a instalação do projeto S11D e nesse contexto jovens que nasceram em meio aos processos de mudanças sócioespaciais a partir dos projetos de mineração. Esses são novos sujeitos inseridos na luta pela terra e contra as estratégias de exclusão social constroem a sua identidade fazendo com que o território pelo qual se luta, possua características específicas da identidade da juventude.

3.3.1. A construção da juventude camponesa no acampamento Rio Sossego

Para Gonçalves (2017, p. 76), “cada vez são maiores as preocupações das comunidades locais com a presença de interesses mineiros em seus territórios”. Esse é o caso da juventude camponesa que em meio aos processos de instalação de projetos de mineração sentem a necessidade de lutar contra a intensificação da exploração do subsolo por perceberem que ficam cada vez mais sem oportunidades de sobrevivência no Município de

Canaã dos Carajás, por esse motivo, se inserem na luta pela terra e na luta contra o avanço da mineração no município.

É importante saber como essa juventude passa a se inserir nessa luta e como os mesmos enxergam a mineradora, se vendo em alguns casos, em conflito entre uma oportunidade de emprego na mineradora, dada as incertezas no acampamento Rio Sossego, e a vontade de lutar contra a mineradora.

Como nos afirmou Cruz (2015), sobre a sedução da mineradora para que jovens saíssem de suas terras e fossem trabalhar na mineradora, forçando assim seus pais para venderem suas terras e tentarem a vida na cidade. Embora essa afirmação esteja presente na fala de alguns dos jovens e de seus pais, no caso do acampamento Rio Sossego, foram apenas dois jovens que venderam ou abandonaram suas terras para tentar emprego na Vale S/A e ambos já fizeram parte da liderança do acampamento. A maioria dos jovens presentes no acampamento Rio Sossego vieram de outra cidade (ver quadro 08), com a esperança de melhorar de vida no município, como seus objetivos não foram alcançados, surgiu então há possibilidade de sobrevivência no acampamento Rio Sossego.

Quadro 08 - Trajetória Geográfica dos Entrevistados

Entrevistado (Idade, Profissão)	Naturalidade	Locais que já morou	Ano que chegou em Canaã dos Carajás
Entrevistado 01 (28 anos, Agricultor)	Xinguara – PA	Xinguara (PA), Goiânia (PA), Água Azul do Norte (PA), Canaã dos Carajás (PA).	2001
Entrevistado 02 (26 anos, Lavradora)	Pinheiro – MA	Paragominas (PA), Belém (PA), Marabá (PA), Canaã dos Carajás (PA).	2014
Entrevistado 03 (22 anos, lavrador)	Pinheiro – MA	Altamira (PA), Canaã dos Carajás (PA).	2014
Entrevistado 04 (25 anos, Soldador)	Canaã dos Carajás – PA	Canaã dos Carajás (PA).	1992
Entrevistado 05 (26 anos, Lavrador)	Xinguara – PA	Goiânia (GO), Água Azul do Norte (PA), Canaã dos Carajás (PA).	2000
Entrevistado 06 (23 anos, Doméstica)	Marabá – PA	Novo Repartimento (PA), Canaã dos Carajás (PA).	2014
Entrevistado 07 (21 anos, Pedreiro)	Paragominas – PA	Tailândia (PA), Parauapebas (PA), Canaã dos Carajás (PA).	2013
Entrevistado 08 (11 anos, Estudante)	Parauapebas – PA	Canaã dos Carajás (PA).	2006
Entrevistado 09 (25 anos, Estudante)	Santa Inês – MA	Parauapebas (PA), Canaã dos Carajás (PA).	2016
Entrevistado 10 (17 anos, Lavrador)	Pinheiro – MA	Parauapebas (PA), Canaã dos Carajás (PA).	2017
Entrevistado 11 (17 anos, Estudante e Lavrador)	Xinguara – PA	Novo Repartimento (PA), Água Azul do Norte (PA), Canaã dos Carajás (PA).	2013
Entrevistado 12 (23 anos,	Água Azul do	Canaã dos Carajás (PA).	1996

Lavrador)	Norte – PA		
Entrevistado 13 (14 anos, Estudante)	Alto Alegre – MA	Canaã dos Carajás (PA).	2005
Entrevistado 14 (14 anos, Estudante)	Carolina – MA	Canaã dos Carajás (PA).	2007
Entrevistado 15 (30 anos, Lavrador)	Santa Inês – MA	Bom Jardim (MA), Parauapebas (PA), Curionópolis (PA), Canaã dos Carajás (PA).	2015
Entrevistado 16 (29 anos, Lavradora)	Açailândia – MA	Parauapebas (PA).	2013

Fonte: Trabalho de campo (2017).

Org: MENDES, H.W. DO N. (2018)

É bem comum encontrar migrantes oriundos do Maranhão no Sudeste paraense, por conta dos grandes projetos destinados à região. Muitos chegaram como intuito de melhorar de vida e aqui se reconstruíram diante dos processos pelos quais estavam inseridos, o que hoje já se torna frequente é que os filhos dos sujeitos desterritorializados de seus locais de origem, e que aqui se reterritorializaram, nasceram e hoje enfrentam conflitos semelhantes, mas que se reconfiguraram e se transformaram de acordo com as mudanças ocasionadas por uma estrutura desigual do desenvolvimento capitalista.

Como nos mostra o quadro 08, metade dos jovens, nasceram em cidades do Estado do Pará, afetados por essas estratégias de desenvolvimento para Amazônia e que vivenciam conflitos e lutam pelo direito de permanecerem na região. Hoje ainda encontramos, mesmo sendo jovens do Maranhão e que continuam migrando na tentativa de conseguir estabilidade por meio de empregos em cidades do Sudeste paraense - esses encontros de cultura dos que nasceram e dos que chegaram à região, influenciando na reconstrução desses sujeitos que são formados por suas trajetórias geográficas que marcam a sua reprodução social.

O ano de chegada desses jovens em Canaã dos Carajás, seja os que nasceram no Pará, seja os que vieram mais recentemente do Maranhão, está associado à construção do projeto Sossego e, mais recentemente, a construção do projeto S11D, que dada as ofertas de emprego durante a fase de construção, gerou empregos tanto para os que saíram do campo, quanto para os que chegaram ao município. Entretanto, após a fase de construção, ficaram sem empregos, por não atenderem os interesses da mineradora no que diz respeito aos trabalhos mais específicos das minas do sossego e da S11D. E a partir de então aumentam os questionamentos às áreas ocupadas pela Vale S/A de forma duvidosa e a ocupação de terras como forma de resistência, sobrevivência e reprodução social, econômica, cultural e política, torna-se uma contraestratégias de sobrevivência.

As trajetórias geográficas desses sujeitos que vão passando por um processo de construção política, nos mostra uma abordagem interessante sobre o papel que essa região ainda hoje oferece, mesmo passado mais de 40 anos do início do processo de desenvolvimento e exploração do capital no sudeste paraense, é o que torna cada vez mais comum, jovens com experiências de vida, de trabalho e de luta que era comum observar em pessoas idosas, ou seja, existe um processo que gera insegurança e não estabilidade que possa promover a fixação desses jovens em seus locais de origem, isso ocorre por fatores, econômicos, culturais, de segurança e políticos que possibilitam a construção sua identidade territorial.

As experiências no acampamento Rio Sossego nos mostram a forte presença de jovens que estão inseridos em conflitos territoriais, e vão se construindo e criando identidades territoriais próprias. Como já falamos anteriormente, a luta pela terra pode ser a mesma, mas muda e se reconfigura de acordo com os sujeitos que nela estão inseridos.

As experiências dos jovens acampados contribuem com a identidade da juventude camponesa que surge a partir do contexto ao qual estão inseridos. Seja a experiência de trabalho na mineradora, sejam as constantes ameaças sofridas pela Vale S/A, que faz com que esses jovens tenham o interesse de lutar pela terra e, conseqüentemente, constrói a si e ao território. Para Bauman:

Sim, a “identidade” é uma ideia inescapavelmente ambígua, uma faca de dois gumes. Pode ser um grito de guerra de indivíduos ou das comunidades que desejam ser por estes imaginadas. Num momento o gume da identidade é utilizado contra as “pressões coletivas” por indivíduos que se ressentem da conformidade e se apegam as suas próprias crenças (que “o grupo” execraria como preconceitos) e a seus próprios modos de vida (que “o grupo” condenaria como exemplos de “desvio” ou “estupidez”, mas, em todo caso de anormalidade, necessitando ser curados ou punidos). (BAUMAN, 2005, p.82).

Ainda de acordo com Bauman (2005, p. 84) “a identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resolvida a ser devorado”. O medo de não garantir um futuro, o medo de não viver no presente, o medo de perder o que por algum momento garantiu esperanças, geram nesses jovens a insegurança de não conseguir tranquilidade, pelos processos a qual estão envolvidos, mesmo que esse possa ser um medo individual, a fragmentação e dissolução são sentidas e vividas pelos jovens que estão presentes no acampamento. Deste modo, a construção da identidade não é somente uma construção do indivíduo, mas sim de indivíduos que, ao sentirem os

mesmos medos, se constroem coletivamente, essas construções coletivas são significativas na luta contra formas de fragmentação de grupos.

Embora a constituição da identidade seja individual, ela é desenvolvida por meio das experiências em grupo, das vivências, das situações e circunstâncias, a qual determinados grupos estão inseridos, o que promove (re)construção de sujeitos, mesmo que cada um possua suas subjetividades. É por esta razão que defendemos que a construção dos sujeitos é a construção do território, pois é nele que se manifestam a constituição do sujeito enquanto grupo tendo características culturais, econômicas, políticas e sociais específicas.

Para Caliari e Siqueira (2010, p. 09) “a juventude deve ser olhada para além da sua unidade; ou seja, em sua diversidade. Nesse sentido, não há um único conceito que dê conta de sistematizar a juventude, nem na sua aparente unidade e, muito menos, na sua diversidade.”

Realizamos entrevista com o líder do acampamento Rio Sossego, este com idade de 28 anos, e se envolveu na luta pela terra, dada às condições não favoráveis de viver na cidade, e, antes disso, também morou na zona rural, na antiga Via Principal 12 (VP-12) local no qual a Vale S/A desapropriou moradores e iniciaram projetos da S11D e Projeto Sossego.

[...] Na realidade foi a falta de emprego em Canaã, por mais que você esteja empregado, você não tem condição de adquirir uma terra para sobreviver melhor, porque não é para viver não, é para sobreviver, e por conhecimento da área, por saber que era área da união, ser área pública, me envolvi para ter uma terra para ir escapando devagarzinho[...]. (Valmir Pereira da Silva Júnior, líder do acampamento Rio Sossego, 28 anos, 17 de novembro de 2017)³².

Um dos pontos colocados pelo líder do acampamento Rio Sossego e que fez com que passasse a participar do movimento, foi à falta de oportunidades na cidade. O mesmo trabalhou em empresas terceirizadas da Vale S/A, mas não ficou muito tempo e não conseguiu se manter na cidade pelo custo de vida. Além de apresentar relações com o campo, ele viu no acampamento Rio Sossego uma possibilidade de ter a terra e sobreviver. De acordo com Castro:

No contexto recente, a juventude rural tem passado por um processo de reconhecimento como uma unidade geracional. Mas também constituindo-se como grupo social concreto que se expressa através de eventos e formas organizativas que se auto intitulam juventude, em que se observa uma

³²Entrevista Concedida por Valmir Pereira da Silva Junior. **Entrevista com o líder do acampamento Rio Sossego**. [17 de novembro de 2010]. Entrevistador: Hinckley Wendell do Nascimento Mendes. Canaã dos Carajás, 2017. 1 arquivo. Mp3(21min. e 37 segs.). A Entrevista transcrita encontra-se no Apêndice(C) a desta monografia.

geração de jovens de forma mais visível nos distintos movimentos sociais. (CASTRO, 2009, p. 167).

Para a autora, os eventos e outras formas organizativas é que fazem com que a juventude ganhe visibilidade dentro dos movimentos sociais do campo. Esses eventos contribuem com a formação da juventude e da construção de sua identidade que não se liga apenas a uma questão geracional, mas a construção de um ator político importante.

No caso do acampamento Rio Sossego não são apenas os eventos, oficinas ou projetos organizados pela juventude que constroem sua identidade, mas o que fortalece sua construção são os processos de des-reterritorialização e a forma como estão inseridos na luta pela terra contra a mineradora Vale S/A. Para o líder do acampamento Rio Sossego é de extrema importância que o jovem participe e contribua na luta pela terra, pois dependem da juventude a existência e resistência do camponês no Município de Canaã dos Carajás, pois ela quem dará continuidade a uma trajetória. De acordo com o líder:

Acho de uma importância muito grande pois devido o que está acontecendo no Brasil hoje que tudo é o capitalismo mesmo, primeiro Deus e depois o povo só serve ao capitalismo, o jovem hoje na terra é de uma importância muito grande em questão de alimentos, é onde você vai plantar e colher, aqui você tem benefícios, você vai plantar e colher, o jovem é o futuro da agricultura. Mas à juventude pode mudar a realidade, com união e tendo ação, ajudando o movimento, toda ação traz uma reação e esses jovens podem contribuir na luta. (Valmir Pereira da Silva Júnior, líder do acampamento Rio Sossego, 28 anos, 17 de novembro de 2017).

São as novas possibilidades de se construir uma vida no campo, sabendo que a juventude tem uma importância fundamental na sua sobrevivência e na de outros, essa forma como o líder do acampamento defende a participação da juventude existe pela experiência de saber que não existiram possibilidades para todos os jovens na cidade, sendo o campo uma alternativa do presente e do futuro.

Lutar pelo direito a terra em Canaã dos Carajás é lutar por sobrevivência de todos os sujeitos, sejam eles os que estão no campo, ou os que moram na cidade. A escolha de jovens a permanecer o ou voltar para o campo, ocorrem por saber do papel fundamental que a juventude camponesa possui, mesmo que os sujeitos ainda estejam em processos de construção, já é perceptível o valor que o jovem atribui ao território camponês como local de sobrevivência. Vejamos:

Permanecer ou voltar para o campo não significa necessariamente uma derrota ou um fracasso para o jovem, mas pode ser resultado de uma escolha motivada pelo desejo de manter um padrão de vida possibilitada pelo fato de morar com a família, junto de amigos e parentes, compartilhando os mesmos

códigos e valores, mas também ter acesso a determinados bens materiais e simbólicos que, até recentemente, só eram disponíveis nas cidades. (CARNEIRO, 2007, p. 60).

É necessário compreender que o retorno ou a permanência da juventude camponesa, faz com que a juventude, além de lutar pela posse da terra, lute também por seus objetivos específicos de seu tempo. A juventude de 2000, não é mais a mesma de 2017, tanto quanto a juventude de 2017, não será a mesma de 2030, os objetivos se transformam, embora a luta continue sendo a mesma, essa é a constituição do sujeito que constrói o território com suas próprias características. Para Bauman (2007):

Podemos afirmar que a variedade moderna de insegurança é caracterizada distintivamente pelo medo e maleficência e dos malfeitores humanos. Ela é desencadeada pela suspeita em relação a outros seres humanos e suas intenções, e pela recusa em confiar na constância e na confiabilidade do companheirismo duradouro e seguro, portanto confiável. (BAUMAN, 2007, p. 63).

Uma das características mais fortes do acampamento Rio Sossego são as ameaças e as decepções com a mineradora, isso faz com que, a juventude resista às estratégias de desterritorialização da mineradora, construindo e reformulando o território de acordo com características políticas, econômicas e culturais próprias de uma juventude, originária do medo e decepção com a Vale S/A.

3.3.2. A identidade territorial e a construção do território/sujeito

Para Mondardo (2009, p. 06), “a identidade territorial é definida a partir de um território ou, num sentido mais amplo, a uma formação do espaço geográfico”. É necessário fazer um recorte para analisar a construção da juventude camponesa, por essa razão partimos do pressuposto de que a identidade desses sujeitos é construída através de um recorte territorial que nos possibilita compreender a características sociais e simbólicas presentes no acampamento Rio Sossego.

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua fusão de tempo/espaço. (CASTELLS, 1999, p. 23).

Já para Castro (2009, p. 188) “a atuação da juventude permite releituras da própria identidade camponesa associada às disputas por um futuro melhor e reforça a imagem positiva do campo em diálogo com a cidade”. No acampamento Rio Sossego, a identidade da juventude é produto/processo do contexto histórico e geográfico que está inserida, sob constante luta e ameaças, suas experiências os levam a reinterpretar o mundo, assim como o significado territorial para a empresa Vale S/A, que outrora era provedora de emprego e desenvolvimento e hoje a compreendem como, “a Vale iludiu o jovem canaense”. Esta frase se encontra na fala de alguns dos jovens entrevistados, e que hoje sabem da importância de resistir no campo, participando do acampamento e se inserindo na frente de resistência, mesmo com as dificuldades de ainda se reconhecer como sujeito independente e que não está apenas às sombras de seus pais, mas que possuem um papel importante na reterritorialização camponesa e na construção do território, o qual hoje apresenta fortes características dessa juventude e suas demandas.

Em nossas análises percebemos que a construção do território e dos sujeitos não são processos distintos, ao contrário disso, podem, em certos casos, ocorrer ao mesmo tempo, pois a identidade de sujeitos são processos inacabáveis e constantes. Construir o território juntamente com a identidade nos possibilita entender que toda construção de si é a construção do território. Para Chelotti (2010, p. 167) “no espaço, as relações sociais se materializam e se reproduzem gerando a partir das relações de poder”. Concordamos com o autor, pois dentro do espaço geográfico, entendemos que o território não pode ser configurado como algo delimitado, mas sim como um processo de construção que é produzido e reconfigurado pelos sujeitos que é o próprio território.

O mais importante do território não são os seus limites físicos, embora ela seja muito importante, mas as características políticas, econômicas e culturais produzidas através das relações sociais, pois os limites físicos podem se acabar, mas os sujeitos que constroem esse território têm a capacidade de se reterritorializar, sem perder suas características, e tendo a capacidade de construir novas territorialidades.

3.3.3. Contra a Vale S/A e pela permanência do futuro

Os conflitos territoriais, ocasionados pelo avanço da mineração em Canaã dos Carajás geram na juventude camponesa esperança, possibilidades de conseguir mudar a realidade na qual se encontra. Nenhum sujeito se envolve na luta sem um objetivo, geralmente, o desejo

pelo novo, e um novo que traga melhorias sociais é o que fortalece a permanência desses sujeitos na luta pela terra e, contra a mineradora. Segundo Bauman (2007, p. 100) “Em suma, sonhamos com um mundo no qual possamos confiar e acreditar. Um mundo seguro.”

Para a juventude do acampamento Rio Sossego, lutar para obter a terra, não é apenas uma forma de ter um lugar para plantar, é sobreviver e garantir que outros continuem a viver na terra, garantir a sobrevivência é reconhecer que pode existir um mundo seguro, ainda que existam dificuldades de permanência. E como nos aponta Esteves e Abramovay (2008), há diferenças marcantes entre a juventude, entretanto, existem também, algumas características que parecem comuns a todos os grupamentos juvenis, estendendo-se a todos, independentemente de suas condições objetivas de existência. Dentre essas condições, destacam-se a procura pelo novo, a busca de respostas para situações e contextos antes desconhecidos, o jogo com o sonho, a esperança e a incerteza, diante dos desafios que lhes são colocados ou inspirados pelo mundo adulto etc.

No quadro 09, mostraremos pequenas falas dos dezesseis jovens entrevistados no acampamento Rio Sossego, que embora pareçam ser curtas, as frases possuem sentidos e significados que são características de quem vem se construindo nesse processo, pois as diferentes formas de ver e entender o papel da juventude e seus objetivos de entrar na luta pela terra se complementa, gerando características únicas dos jovens camponeses no acampamento. Dessa forma, contribuindo com a construção da identidade desses sujeitos, bem como a construção de um território camponês, que é produto das relações sociais da juventude camponesa, e da relação que a mesma possui com a terra.

Quadro 09 - Fala dos jovens do acampamento Rio Sossego a partir da entrevista realizada nos dias 17 e 18 de novembro de 2017

	Entrevistado (Idade/Profissão)	O que levou a participar do movimento?	Como juventude pode mudar a realidade do campo Canaã dos Carajás?	O que é ser jovem camponês para você?
01	Entrevistado 01 (28 anos, agricultor)	“Falta de empregos em Canaã, questão de sobrevivência.”	“O jovem é importante para plantar e colher, ele é o futuro da agricultura, a juventude pode mudar essa realidade se unindo e agindo.”	“É ter liberdade, é ter a vida, para tirar para sobreviver.”
02	Entrevistado 02 (26 anos, Lavrador)	“Querida saber como funcionava.”	“Batendo no peito e se inserindo na luta para mudar a realidade contra a Vale.”	“Trabalhando, participando de tudo para conquistar”
03	Entrevistado 03 (22 anos, Lavrador)	“Falta de emprego, melhor opção foi voltar para roça.”	“Temos que nos conscientizar da maldade da Vale e produzir para os que estão lá fora, eles nos chamam de bandidos, mas se não for nós eles não comem.”	“É trabalhar, se esforçar, lutar pela terra e ajudar quem precisa”
04	Entrevistado 04 (25 anos, Soldador)	“A oportunidade de ter um pedaço de terra.”	“Não sei se vamos conseguir por conta do dinheiro, mas se houver uma vontade de todos podemos conseguir um pedaço de terra.”	“É ser um ser humano honrado.”
05	Entrevistado 05 (26 anos, Lavrador)	“Vontade de ter uma terra”	“Lutando e se unindo, porque não é fácil e tem que saber mudar, pois a Vale é difícil, lutando distante e tentando sobreviver”	“Não sei, mas nem o que é ser jovem, mas sei que devo continuar a ser o que nossos pais foram, humildes e trabalhadores.”
06	Entrevistado 06 (23 anos, doméstica)	Família	“Continuar o legado dos nossos pais, ensinando os outros a construir e conquistar para ter força de lutar contra a mineradora. A juventude pode mudar a realidade atual, com esforço e incentivo dos nossos pais.”	“É pensar no futuro começando agora”
07	Entrevistado 07 (21 anos, Pedreiro)	“Gostei do pessoal e comecei a participar das reuniões”	“A gente poder dar força, estudando para ajudar os outros”	“Eu sempre gostei da roça e nunca quis a cidade”
08	Entrevistado 08 (11 anos, Estudante)	Família	“Ajudar os pais e dar continuidade e devemos participar de tudo para lutar e vencer a Vale se organizando”	“É participar de várias coisas para crescer”
09	Entrevistado 09 (25 anos, Estudante)	“A terra, pois emprego está difícil”	“Como emprego está difícil, na terra podemos tirar nosso próprio sustento”	“Não sei definir”
10	Entrevistado 10 (17 anos, Lavrador)	Família	“É estando no meio e a Vale vendo que tem criança ela não mexe”	“É cultivar a terra”
11	Entrevistado 11 (17 anos, Estudante e Lavrador)	Família	“Preservar a natureza e lutando para dar continuidade a luta”	“É valorizar a terra”
12	Entrevistado 12 (23 anos, Lavradora)	“Vontade de ter uma terra e na cidade não tem oportunidade”	“A juventude pode influenciar outros, mas ainda temos um movimento fraco. A juventude pode mudar a realidade apoiando e mostrando a cara, sem ter vergonha de se assumir sem-terra.”	“Isso tudo para mim é novo, fui criado em roça, mas é a primeira vez que estou na luta”
13	Entrevistado 13 (14 anos, Estudante)	Família	“Lutando pela terra, esse é nosso papel mais importante, pois nós vamos dar continuidade”	“É diferente, porque antigamente vivíamos dentro de casa e hoje temos liberdade”
14	Entrevistado 14 (14 anos, Estudante)	Família	“Produzir e continuar”	“Estou começando a ter experiência agora, estou descobrindo mais o campo”
15	Entrevistado 15 (30 anos, Lavrador)	“Sempre gostei e quis ter uma terra”	“A juventude precisa se unir”	“Ser honesto, trabalhador e humilde”
16	Entrevistado 16 (29 anos, Lavrador)	“Querida uma terra.”	“Não sei responder”	“Não sei responder”

Org.: MENDES, H.W. DO N. (2018)

Durante as entrevistas realizadas, entre os dias 17 e 18 de novembro, questionamos os jovens sobre o que lhes influenciou a entrar no movimento de ocupações como contraestratégias de reterritorialização às ações da Vale S/A. Sete dos jovens entrevistados optaram por ir para o campo e lá permanecerem. Em nossas análises entendemos que a importância da família para esses jovens se caracteriza pelo sentimento de estabilidade que a família oferece, pois ainda que não se tenha a própria terra, é possível dentro das relações familiares, dividirem trabalhos e o próprio lote entre os filhos para que todos possam trabalhar. Além disso, o desejo de se obter uma terra nasce a partir das frustrações na cidade, ou seja, fica marcado que esses jovens passaram a participar dos movimentos de reterritorialização, por conta das frustrações de não conseguir se estabilizar em empregos na Vale S/A, e pela segurança que a família oferece para sua sobrevivência.

Na fala dos jovens a respeito de como poderiam mudar a realidade do campo em Canaã dos Carajás, alguns aspectos principais, se destacam no que tange à importância que a juventude atribui à união, pois só assim é possível se conquistar a terra, lutar, participar e ajudar os pais na terra. Essa é uma estratégia de resistência, pois quando a juventude que não consegue emprego na cidade vai para o campo, nele existe possibilidade de esperança e de dar continuidade em trabalhos futuros por meio de ações coletivas. A ideia de “bater no peito” e de não ter vergonha de se assumir que a intitulação, sem-terra, faz parte da construção de um sujeito que se forma diante das incertezas e dos conflitos que vivenciam tanto externamente - em que pese os confrontos diretos com a Vale S/A - quanto internamente - quando passa pela questão da sua construção política que ocorre mediante o medo, incertezas e pela decepção com a falta de empregos e oportunidades de uma inserção mais incluyente.

O trabalho, a humildade, a honestidade e a liberdade são recorrente na fala dos jovens, por serem essas características, os sinônimos de vida digna e justa para a juventude do acampamento, e é o que os move na reterritorialização. Não que antes não possuíssem essas características, mas no campo, elas podem ser vividas a todo o momento, pois o campo abre possibilidades para executar lições que se aprendem a partir da família, bem como, possibilita que esses jovens construam suas próprias experiências de liberdade que a cidade não ofereceu. A ideia de cultivar e valorizar a terra nascem com o sentido de assegurar o que se tem para tirar sustento, cuidar de suas terras garante a sobrevivência, participar da luta e das contraestratégias de reterritorialização já caracteriza a construção política desses sujeitos, pois sentir-se parte do processo até quando não se sabe definir ou se já não sabe mais o que é ser

jovem, fazem parte do processo de construção de identidades a partir das experiências vividas e sentidas na construção do território.

Na fala dos jovens camponeses, fica registrado a ideia de família-luta-união-sustento, essas visões constroem a identidade, porque se assumir e “bater no peito” como sem-terra faz, constitui o do território, que obtém especificidades políticas, econômicas, culturais e sociais: a família enquanto relações culturais por caracterizar a ideia de tradição e valorização da continuidade dos trabalhos e ensinamento dos pais; o sustento como relações econômicas; e a união como característica das relações sociais que são sentidas, vividas e experimentadas pelos sujeitos envolvidos e a luta como parte da construção política que caracterizam a esperança pela constituição de um território que tem como marca a agricultura camponesa e é grafado pela identidade de jovens que vão se construindo enquanto camponeses.

No acampamento Rio Sossego, os jovens estão começando a participar dos movimentos de agricultores camponeses que lutam pelo direito a terra, mesmo possuindo visões diferentes sobre a luta pela terra, elas se complementam, visto que todas vão girar em torno de um objetivo maior que é resistir contra as ações de desterritorialização da Vale S/A no Município de Canaã dos Carajás; ter um território permanente para sobreviver; e continuar o trabalho familiar. Para Moreira e Vale:

[...] é importante que se compreenda a participação dos jovens nos espaços políticos e na unidade de produção familiar, para que se possa identificar quais são as suas dificuldades e anseios e assim definir metas e programas destinados a ajudá-los a superar essas dificuldades e a conquistar seus objetivos. (MOREIRA E VALE, 2017, p. 10).

As diferenças que existem entre os jovens em suas interpretações sobre a Vale S/A ocorrem principalmente por conta de duas situações a qual os sujeitos que a compõem foram inseridos no movimento. Nota-se que entre alguns existe uma fala de revolta contra a mineradora por conta das constantes ameaças e insegurança que sentem no acampamento e, também, pela falta de oportunidade para jovens que tentaram ser empregados na cidade. Essas mesmas condições levam a outra parte da juventude a lutar para obter a posse da terra e a lutar contra as condições nas quais se encontram, isto é, lutar contra as ações a mineradora Vale S/A. Vejamos Borges, Silva e Silva:

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos jovens assentados para a permanência no campo, eles têm buscado, por meio da organização e da luta, alternativas viáveis que garantam de forma digna, sua permanência no campo, tendo acesso à saúde educação de boa qualidade; melhores condições de trabalho no campo (acesso à terra, crédito, tecnologia e assistência técnica), lazer; cultura; entre outras. (BORGES, SILVA e SILVA, 2017, p. 02).

Em suma, os jovens entrevistados encontram-se nas condições de acampados e, estão em meio ao processo de lutas pelo direito de ter a terra, para plantar, criar, sobreviver e criar nesse novo território as características específicas dessa juventude que se encontra inseridas nos conflitos que envolvem a mineradora Vale S/A.

Os conflitos que envolvem a juventude camponesa e a mineradora são marcados pelos incentivos do capital para exploração mineral em Canaã dos Carajás, o que exclui alguns sujeitos do direito à sobrevivência. Participar do acampamento Rio Sossego, e correr os riscos de violências físicas e morais, é um desafio diário para esses jovens que estão se considerando sem-terra. É um mundo novo, que ora dá esperança, e ora dá vontade de ir embora, nesse sentido, a identidade territorial é construída partindo da experiência desses sujeitos que vivem em conflitos internos e externos, mas que dentro de si, possuem a esperança de continuar lutando pelo agora e pelo futuro.

A esperança é o que move as possibilidades do novo, quando essa juventude se vê em constante conflito e ameaças, é perfeitamente compreensível que se tenha medo, são jovens iniciando a sua trajetória no movimento, pensar em desistir em alguns momentos e enxergar a Vale S/A como um inimigo difícil de ser derrotado é notável, mesmo quando dentro de si existe a vontade de continuar na luta e dá continuidade à agricultura camponesa.

Diante do medo e do desejo de conquistar um grande objetivo que é ter a terra e dar continuidade à agricultura, esses jovens encontram-se em construção, a identidade e o território são processos inacabados, processos contínuos e que podem ser desterritorializados, mas sempre reterritorializados, pois a identidade e o território não estão separados, sendo assim, todas as experiências da juventude camponesa do acampamento Rio Sossego contribuem com a construção desse território que embora se transforme de acordo com o tempo e os processos pelo qual estão envolvidos, continuaram a existir, porque a construção do território e da identidade são sempre construções do ontem, do hoje e da esperança no amanhã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do território ocorre quando identidades são também construídas. Torna-se uma tarefa difícil pensar o território sem as especificidades grafadas por sujeitos que constroem relações políticas, econômicas e sociais e, até mesmo, simbólicas, no que diz respeito à diversidade de culturas que um território pode concentrar em alguns casos. Portanto, são as relações produzidas dentro de um território que constroem a identidade, havendo nesse processo, possibilidade de se (re)construir territórios a partir da construção de sujeitos. “A importância da identidade decorre então mais de sua eficácia que de sua ‘realidade’. O que não impede que a referência a um recorte territorial ‘real’, ou seja, concreto, não ajude e muito, a tornar mais eficaz a construção simbólica.” (HAESBAERT, 1999, p. 180).

Desde o início deste trabalho, quando realizávamos pesquisa-ação, com o intuito de auxiliar nas atividades do Codeter, realizando acompanhamentos aos municípios pertencentes ao território da cidadania o Sudeste paraense, notamos em Canaã dos Carajás a importância que a juventude exercia nos acampamentos quando os trabalhadores relatavam sobre as dificuldades de permanência da agricultura que estava relacionado também as ofertas de empregos temporárias que levavam os jovens a tentativa de empregos na Vale S/A.

Naquele momento, a construção da juventude ainda era um debate distante, pois o que percebemos era a construção de acampamentos de reterritorialização da agricultura camponesa, como forma de resistência às estratégias da mineradora, e nesta ocasião, identificamos a presença de jovens que iniciaram um processo de luta, partindo da reterritorialização da agricultura camponesa, como forma de resistência, e foi a partir de então, que adotamos a pesquisa participante como metodologia, que nos possibilitou a compreender a realidade do acampamento Rio Sossego e auxiliou na organização e construção de movimento de jovens camponeses em Canaã dos Carajás.

Ao longo do trabalho, buscamos sempre relacionar a construção da identidade social do jovem e a construção do território no acampamento Rio Sossego em Canaã dos Carajás, pois entendemos que toda construção de identidade é, também, uma construção de território, pois assim como a identidade é construída e reconstruída, o território pode ser reconstruído e reconfigurado de acordo com as relações sociais produzidas pela existência de sujeitos políticos que produzem características econômicas, culturais e sociais específicas isto porque são processos contínuos e que não se separam.

No caso de Canaã dos Carajás, a relação com o campesinato é estimulada a partir do momento que a identidade camponesa vem se criando como forma de resistência política na luta pelo território. É o que ocorre no acampamento Rio Sossego. Entendemos deste modo que identidades não são fórmulas prontas, mas contínuas construções diante dos processos a qual estão envolvidos, neste caso a des-reterritorialização camponesa.

A construção de identidades fortalece no sujeito o reconhecimento e a contribuição política que podem oferecer no combate à desigualdade, quando a juventude se assume camponesa, quando ela não sabe mais o que é ou até mesmo quando é movida pela esperança em dias melhores, a identidade já está sendo criada e recriada a partir das experiências que são vividas e sentidas com o espaço e assim ganham seu protagonismo na luta pela terra, pois estes, como mostramos ao longo do trabalho, foram afetados pelas estratégias de desterritorialização da Vale S/A.

A proposta do presente trabalho era o de compreender qual o papel da juventude camponesa ligada ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás, a partir de um processo de des-reterritorialização camponesa, tomando como base a construção de sua identidade a partir da construção do território no acampamento Rio Sossego.

Ao longo do trabalho compreendemos que a juventude no acampamento exerce um papel fundamental a partir da des-reterritorialização camponesa em Canaã dos Carajás, através da valorização da terra, da família e da continuidade da produção como forma de resistir a qualquer estratégia de desterritorialização da agricultura camponesa no município, para o avanço do capital por meio da exploração mineral. Entendemos que a organização de eventos, a participação em mobilizações para ocupação de locais públicos como INCRA, Prefeitura, órgãos legislativos e judiciários, a ocupação de estradas que dificultam a circulação de objetos ligados ao funcionamento dos empreendimentos da Vale S/A, mostrando o papel dos jovens no acampamento Rio Sossego, que ao criar contraestratégias de reterritorialização do campesinato, criam alternativas de sobrevivência no acampamento e lutam pela estabilidade de futuras gerações, organizando principalmente ações políticas que continuam a construir sujeitos, que fortalecem a luta e permanência do território.

Identificamos que às demandas sociais que articulam a construção social da juventude, ocorre em dois momentos. O primeiro momento, quando a juventude volta para o campo ou se insere no campo, como forma de garantir sustento e melhoria de vida, já o segundo é quando passa a se envolver na luta a partir das suas trajetórias e experiências como desejo de

trabalhar na Vale S/A: frustração com a empresa, medo e insegurança diante das ações de despejos, instabilidade no acampamento. Essas ações levam a juventude a entender que dela também depende o presente e o futuro de outras gerações, sendo a reterritorialização uma alternativa de luta.

Por esta razão, compreendemos que a constituição de um movimento de jovens camponeses a partir de um conjunto de manifestações, como eventos, debates e realização de feiras como estratégia de contraposição à lógica de supermercados que não valorizam a agricultura camponesa no município, são fundamentais para que a juventude camponesa se coloque como importante no processo de ressignificação do campesinato, ao lutar pelo direito à terra e por uma reforma agrária que toma como base propostas dos movimentos sociais, como a valorização da terra, o trabalho familiar, o uso de práticas saudáveis aos trabalhadores e não uma visão mercadologicamente individualista, fragmentadora, competitiva e excludente, baseada em princípios neoliberais que é presente nos empregos oferecidos pela Vale S/A.

A relação que fazemos com a construção da identidade social do jovem e com a construção do território, compreende que ambas se constroem no acampamento Rio Sossego, e podem ser definidas pelas relações sócioafetivas presentes no núcleo familiar, gerando uma estabilidade que garantem o trabalho na lavoura, para uma produção agrícola diversificada que podem contribuir com o abastecimento de feiras em Canaã dos Carajás, por exemplo. Além disso, o território torna-se importante na politização de sujeitos que o compreende, não mais, como uma mercadoria, mas como recurso necessário à sobrevivência, não só dos que estão em luta hoje, mas para as próximas gerações, ensinando a importância de resistir frente a conflitos que possam ser vivenciados futuramente.

O Município de Canaã dos Carajás, vivência grandes conflitos por conta das intervenções do capital para exploração de recursos minerais, as desterritorializações promovidas pela Vale S/A para adquirir terras que garantam toda estrutura necessária a exploração e a exportação de recursos minerais, ao mesmo tempo em que atrai agentes sociais com interesse por melhorias de vida, promove a exclusão social, seja de camponeses, seja de migrantes que não conseguem permanecer na cidade. Diante disso, camponeses afetados pelas estratégias de desterritorialização se unem a migrantes que também são desterritorializados de seus locais de origem quando são atraídos pelas oportunidades de emprego na mineradora, questionando e ocupando áreas de interesse da Vale S/A e assim se reterritorializando e criando identidades territoriais marcadas pela construção de sujeitos e do território.

Compreender a construção da identidade camponesa a partir da redefinição do território com a implantação de acampamentos, como o Rio Sossego, foi fundamental para entendermos como a constituição política de sujeitos garante a organização da luta e a possibilidade de aumentar o debate para os demais acampamentos afetados pelas estratégias de desterritorialização. É frente a esse processo que os jovens vão se construindo, não enquanto auxiliares, mas como sujeitos que estão dentro de uma área de conflitos e que contribuem com a reterritorialização camponesa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luiz. **Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas.** VI Congresso Português de Sociologia, Universidade de Nova Lisboa, 25 a 28 de junho, LISBOA 2008.
- ALMEIDA, Alfredo. **O GETAT e a arrecadação de áreas rurais como terra devoluta.** IDESP. p. 1-32. (Estudos Paraenses, v. 55.). Belém. 1985.
- ALMEIDA, Rogério. **Territorialização e campesinato no sudeste paraense.** NAEA. Belém-PA, 2012.
- ALMEIDA, Rosemeire. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe.** Editora, UNESP. São Paulo – SP, 2006.
- ALVES, Maria; VINHA, Janaina. **A Juventude Camponesa e a sua organização social e política: O território como categoria analítica.** Brasil, dezembro de 2015. Disponível em: <<https://pjrbrasil.org/2015/12/20/a-juventude-camponesa-e-a-sua-organizacao-social-epolitica-o-territorio-como-categoria-analitica>> Acesso em: 08 de fevereiro de 2017.
- BATTESTIN Simone. **Ser jovem e Ser Agricultor: A Agricultura Familiar Como Perspectiva E Projeto De Vida Para Filhas E Filhos De Agricultores Do Município De Anchieta-Es.** Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural- Universidade Federal de Viçosa. VIÇOSA-MG, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. Ed. Zahar. Rio de Janeiro – RJ, 2007.
- BECKER, Howards. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** Tradução: Marcos Estevão e Renato Aguiar. Editora HUCITEC, p. 47-99. São Paulo. 1993.
- BEDINELLI, Talita. Os sem terras desafiam a gigante Vale na Amazônia. **El País**, Brasil, 12 dez. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/23/politica/1479905291_797076.html>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2018.
- BORGES, Bruna Francisco; SILVA, Tânia Paula; SILVA, Vivian Cristina Ferreira. **Juventude camponesa em Cáceres-MT: situação e perspectivas.** VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 4 – Questões de gênero, geração e sexualidade no campo ISSN: 1980-4555, Curitiba, PR, 2017.

BRASIL, Decreto nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000. **Diário Oficial da União**, nº112, 17 de janeiro de 2000, Seção I, Brasília, DF, 2000.

BRASIL, Medida provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. **Diário Oficial da União**, nº 128, 12 de maio de 2016, Brasília, DF.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretária de Desenvolvimento Territorial. **Política de Desenvolvimento Territorial**; antecedentes, cenário atual e perspectivas. SDT, 2013.

BRASIL. Decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016. **Diário Oficial da União**, nº128, 30 de setembro de 2016, Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, nº 125, 05 de agosto de 2013, Seção I, p. I, Brasília – DF, 2013.

CABRAL, E. R.; ENRÍQUEZ, M. A. R. S.; SANTOS, D. V. Canaã dos Carajás - do leite ao cobre: transformações estruturais do município após a implantação de uma grande mina. In: **Recursos minerais & sustentabilidade territorial**. Grandes minas. CETEM/MCTI. v.1, p.39-68, Rio de Janeiro, 2011.

CALIARI, Hingridy ; SIQUEIRA, Marcia. Conversando sobre juventude. In: **Lutas Sociais e Exercício Profissional no Contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social**. XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Anais. CFESS, CRESS 8ª Região, ABEPSS, ENESSO, Brasília, 2010.

CAMPELO, Lilian. Camponeses de Canaã dos Carajás ocupam sede do Inbra em Marabá. **Brasil de Fato**. Belém, 07 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/02/07/camponeses-de-canaa-dos-carajas-ocupam-sede-do-incra-em-maraba/>>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2018.

CARDOSO, Ana Cláudia. et al. **Canaã dos Carajás**: um laboratório sobre as circunstâncias da urbanização na periferia global no alvorecer do século XXI. XVII Enapur, Sessão temática 1: novas dinâmicas de estruturação urbano-regional desenvolvimento, São Paulo, 2017.

CARNEIRO, Maria. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CASTRO, Elisa Guaraná; CARNEIRO, Maria José(orgs.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Mauad X, Rio de Janeiro – RJ, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. Volume, 02, Paz e Terra, São Paulo, 1999.

CASTRO, Edna. FREIRE, Jaqueline Serra. **Juventude na Amazônia Paraense: Identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária.** In: CASTRO, Elisa Guaraná; CARNEIRO, Maria José (orgs.). *Juventude Rural em Perspectiva.* Mauad X, Rio de Janeiro – RJ, 2007.

CASTRO, Elisa; **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político.** Mauad X; Seropédica, EDUR, Rio de Janeiro –RJ, 2009.

CERRANO, Paulo. **A participação social e política de jovens no Brasil:** considerações sobre estudos recentes. *O Social em Questão - Ano XV - nº 27.* Rio de Janeiro, 2012.

CHELOTTI, Marcelo. **Reterritorialização e identidade territorial.** *Sociedade & Natureza,* 22(1): 165-180, abr. Uberlândia –SP, 2010.

COELHO, Maria Célia. **Grandes mineradoras e processos de territorialização na Amazônia Brasileira.** In: BICALHO, Ana Maria S.M; GOMES, Paulo César da Costa (orgs). **Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica.** Rio de Janeiro, 2009.

_____. **A CVRD e o processo de (Re) Estruturação e Mudança na Área de Carajás (Pará).** In: COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raymundo Garcia(Orgs.). **Dez anos da estrada de ferro Carajás.** Editora; Gráfica Supercoros, UFPA/NAEA, Belém –PA, 1997.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento Frustrado.** IBASE, 21 de abril, Rio de Janeiro – RJ, 2014.

CORRÊA, Wilson. **A ação do GETAT na região sul e sudeste do Pará.** PDTSA, Marabá – PA, 2016.

COSTA, Armando Dalla. **A Vale no novo contexto da internacionalização das empresas brasileiras.** Paris: Editions Eska, ISSN 1161-2770, n. 54, abril 2009, p. 86-106.

CRUZ, Marcelo. **Moradores da Vila Racha Placa interdita estrada em Canã dos Carajás. Justiça nos Trilhos,** Brasil, 11 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://justicanostrilhos.org/2014/11/11/moradores-da-vila-racha-placa-interditam-estrada-em-canaa-dos-carajas/>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2018.

CRUZ, Thiago Martins. **Mineração e campesinato em Canã dos Carajás: o avanço cruel do capital no sudeste paraense.** PDTSA. 109 f.; 29,7 cm Marabá – PA, 2015.

CRUZ, Valter. **Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia.** In: NETO, Agripino Souza Coelho; SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro;

SILVA, Onildo Araújo (Org.). **Identidade, território e resistência.** Consequência, 1- edição, Rio de Janeiro, 2014.

FELICIANO, Carlos, OLIVEIRA, Luciano. RABELO, Diógenes. **Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa.** Revista Pegada – vol. 15 n.1, Julho, Presidente Prudente – SP, 2014.

FERNANDES, Bernardo. **A Ocupação Como Forma De Acesso A Terra.** DC: XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, 6 a 8 de setembro. Washington, 2001.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária do Brasil:** o debate da década de 2000. Expressão Popular. p. 173-238. São Paulo, 2013.

GONÇALVES, Carlos. **A globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Ed: 3º, Civilização Brasileira. Rio de Janeiro – RJ, 2012.

_____. **Amazônia: Encruzilhada civilizatória:** tensões territoriais em curso. 1º. Ed. – Consequência Editora. Rio de Janeiro – RJ, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. - 7º. ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Des-Territorialização e Identidade:** A rede “gaúcha” no nordeste. EDUFF, Niterói – RJ, 1997.

_____. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço.** Editora da UERJ. Cap. 07, p. 169 a 189. Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Viver no limite e multi/transterritorialidade.** . In: _____. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. 1 ed. Bertrand. Rio de Janeiro – RJ, 2014.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. Rio de Janeiro-RJ: UFF, **Geographia**, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População jovem no Brasil.** Departamento de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro – RJ, 1999.

_____. **Banco de Dados:** Cidades. 2014. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. **Banco de Dados:** Cidades. 2016. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 de Dez. 2017.

IKEDA, Joyce Cardoso Olímpio. **Canaã dos Carajás, a terra da promessa: Desenvolvimento capitalista e movimento social.** São Luís: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Acampamento Rio Sossego. Canaã dos Carajás,** outubro de 2016. Informação Cartográfica/Nº102/2016.

_____. OF. Nº 951/2016. Ofício do Superintendente Guisepe Serra Seca Vieira para o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canaã dos Carajás – Sr. José de Ribamar. Marabá-PA.

_____. Superintendência Regional do Sul do Pará (SR-27). **Ata de reunião realizada no dia 06 de fevereiro de 2017.** Marabá, 2017.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A invenção de si: uma teoria da identidade.** Instituto Piaget. Lisboa, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **La Produccion del Espacio.** Madrid: Capitan Swing Libros, 2013.

MALERBA, Juliana. Mineração e questão agrária: as reconfigurações da luta pela terra quando a disputa pelo solo se dá a partir do subsolo. In: ANDRADE, Thiago Valentim Pinto; CANUTO, Andrade; LUZ, Cássia: **Conflitos no Campo – Brasil 2015.** CPT-Nacional. Goiânia – GO, 2015.

MARIN, Rosa. E. A.; EMMI, Marília. F. De posseiros a assentados: a precariedade das ações fundiárias no sudeste do Pará. In: COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raymundo Garcia. (Orgs.). **Dez anos da Estrada de Ferro Carajás.** UFPA/NAEA, v. 1, p. 251-274. Belém – PA, 1997.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza(org). **Henri Lefebvre e o retorno a dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996, p. 13-23.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Vozes. Petrópolis – RJ, 2002.

_____. **Fronteira: A degradação do outro nos confins humano.** 2º Edição, Ed. Contexto. São Paulo, 2016.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I: O processo de produção do capital. [Tradução: Rubens Enerle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDES, Hinckley, Wendell do Nascimento. **Plano de Trabalho sobre Políticas Territoriais no Sudeste Paraense.** Marabá-PA: Unifesspa, 2014.

MENDES, Hinckley Wendell do Nascimento; OLIVEIRA, Kamilla Lopes; SANTOS, Laís Alves. **Relatório de Estágio Supervisionado.** CPT/Unifesspa, Marabá – PA 2017.

MONDARTO, Marcos. **Identidades territoriais e globalização: a relação entre espaço, política e cultura no processo de des-reterritorialização.** GEO UERJ, Rio de Janeiro, ISSN 1981-9021 - Geo UERJ - Ano 11, v.2, n.19, 1º semestre de 2009. P. 111-137. Disponível em: <www.geouerj.uerj.br/ojs>. Acesso em: 17 de dezembro de 2017.

MOREIRA, Daiane; VALE, Ana Rute. **Juventude rural e participação nas decisões na unidade de produção familiar: o caso da cafeicultura do município de Campestre-MG.** VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária Disponível em:<<https://singa2017.wordpress.com/anais-do-singa-2017/>>. Curitiba – P R, 2017.

PARÁ, Ministério Público do Estado. **Nota Técnica nº 01/2010: Projeto Cristalino.** Belém – PA, 2010.

RIBEIRO, Beatriz, Maria Figueiredo. **Aqui não tem esse negócio de herança. Hoje eu quero uma terra pra mim!** Relações intergeracionais na luta camponesa. UFF. Niterói – RJ, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia crítica.** Edusp. São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. 1926-2001. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** Editora da Universidade São Paulo. São Paulo – SP, 2006.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE. **Coema aprova licença prévia para o Projeto Cristalino.** Belém: SEMA. Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/2009/12/30/8615/>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2018.

SILVA, Marcos Alexandre. **Os efeitos da política na construção de políticas públicas ou o que resta das políticas públicas em tempos de desmonte do desenvolvimento territorial.** Anais do SINGA, ISSN: 1980-4555. Curitiba – PR, 2017.

SILVA, Adnilson de Almeida; DA SILVA, Antônio Carlos Galvão; DE PAULA, Jania Maria; SILVA, Josué da Costa; SOUSA, Lucileyde de Feitosa. **O processo de des(re)territorialização dos trabalhadores nordestinos no território amazônico durante os ciclos da borracha.** Revista Geografar, v.5, n.1, p.61-82, jan./jun. Curitiba – PR, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18º Cortez, p. 7-103. São Paulo, 2011.

VALE. **A Vale em Canaã dos Carajás.** Disponível em:
<www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/.../relatorio-vale-canaa-carajas-2014.pdf>.

Acesso em: 19 de dezembro de 2017 Brasil, 2014.

VALE. **CVRD Inaugura o Projeto Sossego.** Brasil: Vale S/A. Disponível em:<<http://www.vale.com/brasil/PT/investors/contacts/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 18

de janeiro de 2018.

VALE. **Programa Jovem Aprendiz.** Brasil: Vale S/A. Disponível em:
<[http://www.vale.com/brasil/PT/people/oportunidadesbrasil/jovemaprendiz/Paginas/default.a](http://www.vale.com/brasil/PT/people/oportunidadesbrasil/jovemaprendiz/Paginas/default.aspx)

spx>. Acesso em: 19 de janeiro de 2017.

VALE. **Projeto Ferro Carajás S11D:** Um novo impulso ao desenvolvimento sustentável. Brasil, Agosto de 2012. Disponível em:

<<http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/innovation/s11d/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 19 de abr. 2015.

APÊNDICE

APÊNDICE - A

Transcrição de entrevista com Andréia Aparecida Silvério dos Santos

Advogada da CPT

Data: 14/02/2017

Horário: 15:41

Tempo: 35min

Hinckley Mendes - O que tem ocorrido atualmente com os camponeses em Canaã dos Carajás-PA?

Andréia Silvério - Com relação aos trabalhadores, a compreensão da CPT é que tem ocorrido uma tomada do campo rural pela Vale S/A retirando os trabalhadores do campo, obrigando ir para cidade, justamente por causa da aquisição de terras pela Vale S/A... Aqui na CPT não temos o quantitativo exato de quantos lotes de terras a Vale já comprou lá em Canaã dos Carajás, mas a gente faz a estimativa, considerando o tamanho das áreas agricultáveis no município, a gente faz a estimativa de que pelo menos um terço dessas áreas já possam ser adquiridas de centenas e centenas de hectares, então o que aconteceu com trabalhadores foi isso, muitos deles se viram obrigados a vender suas terras pra vale e alguns receberam de fato indenização, chegaram a comprar casa na cidade, etc e tal, como foi o caso de alguns agricultores no racha placa, como de outras vilas, mas outros deles, é...: que a gente conseguiu identificar nos grupos que a gente acompanha são trabalhadores que migraram para Canaã, não são moradores antigos da zona rural, são migrantes que foram pra Canaã e que lá chegando não encontraram empregos por um motivo ou por outro, ou conseguiram empregos naquelas firmas que era pra construção do projeto, principalmente do Projeto S11D e que após isso ficaram desempregados e viram nas ocupações de terras uma oportunidade para garantia de seu sustento, tem vários casos que se encaixam nessa situação, caso do seu Raimundão por exemplo. Então o que a gente vê é isso, os trabalhadores, resolveram então, questionar a apropriação de terras com a Vale, (cem) números de apropriação de terras tendo em vista a quantidade de apropriação de terras que eles ficaram sem meios de trabalho, então com apoio do sindicato, teve inicialmente o apoio do MST em alguma daquelas áreas que foram ocupadas, os trabalhadores identificaram as áreas ocupadas pela vale que estavam em desuso, a empresa alega que são áreas que adquiriu pra recomposição ambiental, na verdade não estavam sendo utilizadas de forma alguma, ou ainda estavam com o antigo “proprietário”, morando na área como uma espécie de arrendamento (não se você já conversou com alguém que tenha te explicado isso) que em muito dos negócios que a Vale fez, ela fez o contrato de compra e venda e em alguns casos dentro do prazo de um ano pagou pela área, mas como ela não tem uma necessidade urgente, imediata a família que já recebeu pelo imóvel tem possibilidade de continuar ali com a criação de gado, deixa um caseiro alguma coisa, no entanto a terra não é dela... Então basicamente o que está acontecendo no município com os trabalhadores é isso, a Vale foi se apropriando de terras não só particulares, essas áreas que foram adquiridas, muitas delas, nos documentos que a vale apresenta nos processos jurídicos, ela não apresenta título de propriedade, boa parte delas não tem título, ela tem simplesmente um contrato de compra e venda que ela fez com o antigo ocupante do imóvel, pagou, quantias exorbitantes, milhões e milhões de reais foram gastos, e ela não identificou ou procurou saber se tratava de área pública ou se tratava de fato de área particular e como comprou (indiscriminadamente) essas áreas, ela adquiriu de fato áreas do projeto de assentamento Carajás II que foi criado pelo Incra então dentre a condição do município, das áreas que foram

adquiridas existem terras públicas e particulares, aí a reivindicação principal dos trabalhadores, a respeito das terras que foram compradas do projeto de assentamento, pois muitos dos trabalhadores que venderam as terras para Vale S/A, os antigos ocupantes que venderam, não tinham anuência do Incra pra vender, não tinham recebido a liberação das cláusulas e dos títulos... As ocupações se formaram nesse sentido, de reivindicar essas áreas que foram adquiridos pela Vale sem anuência dos órgãos fundiários.

Hinckley Mendes - Isso já existia ou se fortaleceu com a implantação da S11D?

Andréia Silvério - Na verdade o projeto intensificou, mas nas, pelo menos nos processos eu nós acompanhamos aqui, referente às áreas que a Vale adquiriu, ela não alega pretensão mineraria para o S11D, ela alega pretensão mineraria para outros projetos, tem o projeto Níquel Vermelho, tem o projeto Cristalino e eu não lembro os outros dois, mas basicamente as áreas que foram adquiridas para a S11D são para recomposição ambiental, então assim as áreas que foram adquiridas para o S11D são áreas na verdade que ficam (no todo do projeto), porque a S11D ela não precisou adquirir, pois ficam dentro da Flona de Carajás, então ela recebeu a concessão do Estado pra exploração mineraria na lei, então às áreas que elas adquiriu para viabilizar a S11D são áreas do entorno aí entra a situação do Racha Placa, por exemplo, e áreas que posteriormente ela foi adquirindo ou foi indenizando os trabalhadores por causa da passagem (do elo ferroviário) aquela parte que foi construída de Parauapebas a Canaã, mas, por exemplo, a área do Serra Dourada, é uma área que ela alega pretensão minerário para o projeto Níquel Vermelho, aí tem outras áreas, não sei se você chegou a conhecer o acampamento União do Axixá, essa área ela alega pretensão mineraria referente ao projeto Cristalino, então assim cada uma dessas áreas, ela está de alguma forma atrelada algum projeto minerário, não são todos do S11D. Agora você vê a situação da Fazenda São Luiz, a Fazenda São Luiz sim tem um vínculo direto com a S11D, porque segundo as alegações da Vale essa área foi adquirida pra construir uma nova unidade de conservação e queria ficar anexo a Flona de Carajás, seria o parque nacional dos Campos Ferruginosos de Carajás, seria doado pela Vale para o ICMBIO que já está no parque nacional e nesse situação da a Fazenda São Luiz, Fazenda Rincão, Fazenda Bocanha e algumas dessas ficam entre os municípios de Curionópolis e Parauapebas, ficam no extremo Norte de Canaã dos Carajás e além desses que citei tem outros ainda. Então todos, estão no mesmo contexto, a vale vai adquirindo essas áreas a alegação dela é uma, mas na nossa avaliação ela quer livrar da ocupação dos entornos das áreas que ela tem interesse, um exemplo, vamos dizer que tem uma mina lá no acampamento serra dourada, ela não adquire só aquela área que tem autorização do DNPM, ela vai adquirindo todas as áreas do entorno.

Hinckley Mendes - Quais são os acampamentos que estão sendo afetados?

Andréia Silvério- Na verdade os acampamentos foram formados a partir do processo que a Vale deu início, então agora de cabeça veio aqui o acampamento Grotão do mutum, União do Axixá, acampamento Serra Dourada, Rio Sossego e Alto da serra que são vinculados a FETAGRI e acompanhados pela CPT e tem outros, como o acampamento Eduardo Galeano que leva a Bandeira do MST, mas a atuação mais forte em Canaã dos Carajás tem sido mais forte do Sindicato.

Hinckley Mendes - Qual foi a maior estratégia para fazer com que camponeses saíssem de suas áreas?

Andréia Silvério - Olha a estratégia foi o seguinte: aconteceram às ocupações, acho que a primeira foi a da Fazenda São Luiz e posteriormente aconteceram as ocupações na área do

Serra Dourada... A situação é o seguinte... Como te falei são centenas e centenas de lotes, inclusive do projeto de assentamento que ela adquiriu então como te falei, essa área aqui (tem no mapa)... Aqui é área (Fazenda São Luiz) para fazer área de compensação ambiental e dentro do perímetro da fazenda São Luiz tem alguns lotes de assentamento e aqui (mapa) é área do projeto de assentamento Carajás II que tá dentro do perímetro da fazenda, nesse caso da fazenda São Luiz, a Vale entrou com uma ação de reintegração de posse lá em Canaã dos Carajás mesmo, só que ela entrou com uma única ação de reintegração de posse contra um grupo, só que nas alegações dela e aí que está a estratégia da Vale, ela alegou que na verdade não se tratava de um conflito fundiário, ela alegou que se tratava de um conflito simples, para que com isso o processo não viesse da vara civil de Canaã dos Carajás, para vara agrária de Marabá que a nossa luta de assessoria jurídica da CPT era de trazer a liminar pra cá, porque lá em Canaã dos Carajás, praticamente todas as liminares que a Vale recorreu ela conseguiu, justamente por apresentar simples documentos de contrato de compra e venda da área os juízes não investigam a respeito da titularidade do imóvel, se são de terras públicas ou não e aí concede a reintegração de posse em terras públicas de projeto de assentamento, como foi o caso da fazenda São Luiz, o pessoal que estava acampado aqui não tomava toda área do assentamento, na verdade eles deveriam ter investigado da localização, investigado o INCRA se de fato o acampamento estava na localização e se tratando de terra pública juiz não deveria ter deferido a liminar, agora estamos em outra fase do processo, e foi o que aconteceu também com o Serra Dourada, só que o caso do Serra Dourada ainda é mais complicado (mapa) essa aqui é área que o pessoal do Serra Dourada reivindica, aqui são títulos em tese definitivo que foram identificados como terras públicas do INCRA, foi identificado pelo projeto cartografia que existe 1392 Hectares de terra pública que não foram destinados aos projetos de assentamento Carajás II e III, mas que são terras Públicas da união sem destinação, e assim tem outros casos, a Vale comprou lotes que não foram titulados e quitados, então a briga dos trabalhadores principal é pelos lotes que foram vendidos sem anuência de órgãos fundiários e por estas áreas públicas que não tem nenhum tipo de destinação, no acampamento do Serra Dourada a Vale foi pegando o contrato de compra e venda, e entrando com uma ação de reintegração a cada um dos lotes e entrando com ações individuais, então a estratégia dela foi essa, descaracterizar como conflitos coletivos deixando o processo em Canaã dos Carajás para que o juízes entrem com ações individuais, sem investigar a respeito da titularidade e nossa luta toda é para conseguir provar que tem terra pública e transferir para vara agrária de Marabá. A reivindicação dos agricultores é que a Vale compense as áreas que ela utilizou.

Hinckley Mendes - No caso do acampamento Rio Sossego, como vocês interpretam as ameaças que os acampados sofreram por parte da Vale S/A?

Andréia Silvério - Se eu não estou enganada o ex líder do acampamento sofreu ameaças por guardas da Vale e fizeram uma série de ameaças ao grupo e o medo dos acampados é a questão da Espionagem, tendo receio de passar informações pelo medo de onde as informações podem chegar e se a Vale pode descobrir as estratégias do movimento, então o receio dos trabalhadores são as ameaças e a questão da espionagem.

Hinckley Mendes - Você acha que existe alguma participação da Juventude nesse processo por parte de jovens que teve interesse de trabalhar na mineradora, existe alguma participação de jovens?

Andréia Silvério - Olha minha avaliação pessoal, em conversas com vários agricultores, tem muita gente que são filhos de camponeses que estão retornando para a terra por não ter conseguido empregos na mineradora, mas não existe por parte dos movimentos para essa juventude específica.

Hinckley Mendes - Na última reunião do INCRA em fevereiro de 2017, o que ficou decidido?

Andréia Silvério -... Ficou decidido que o Incra faria um levantamento das terras públicas para analisar a compra e venda de lotes pela mineradora, os encaminhamentos foram para identificação, quantidade de áreas e levantamento para saber se áreas pretendidas pelos acampados são públicas ou não. O INCRA poderia entrar com uma ação de reintegração de posse reversa contra a Vale S/A se fosse descoberto que ela comprou terras de forma ilegal.

APÊNDICE - B

Transcrição da entrevista com Dênislai de Sousa Brito, líder do acampamento Rio Sossego em 2016

Data: 26/04/2016

Local: Acampamento Rio Sossego

Horário: 12:26 min

Tempo: 16min

Hinckley Mendes - Denis vocês estão aqui desde quando?

Dênislai Brito - Estamos aqui desde o dia 20 de outubro de 2016, entramos aqui às 04:00 horas da madrugada, a gente se reuniu bastante vezes com o pessoal do Incra, do sindicato, da CPT, da Fetagri e Contagri e temos apoio dele, eles fizeram o mapa aqui da Terra tirou os pontos, levou os pontos, aí a gente sentou todo mundo, com o pessoal do Incra, da CPT Dr. Batista e Dr. Andréia e a gente decidiu fazer um levantamento geral da área para mandar pra eles, levar o levantamento pra eles fazer um levantamento lote por lote e a gente está aguardando a resposta dele, porque desse levantamento que a gente fez aqui eles levaram pra lá, de lá eles vão levar pro:.. Como é que chama lá? -- eles iam fazer uma análise lote por lote, essas análises que eles vão fazer aí eles vão mandar respostas [Silvio]... Essa terra que a gente está aqui, era terra de assentamento era terra da união, a Vale chegou comprou, tirou pessoas daqui, deixou pessoas ilhadas e nesse levantamento que a gente fez não tem documento e a Vale comprou essas terras, segundo ela, precisa dessas terras, na realidade a gente vê que não, por quê? (...) têm muita gente que está ilhada, largada pra lá no meio de monstro, no meio de cobra com prejuízo que isso está trazendo, está acarretando pra cada colono daqui, ai com isso que a Vale tinha largado... Pelo menos é uma forma de melhorar a vida produtor rural e até mesmo a união, pois tem muita gente que ilhada aqui dentro, está isolada, até hoje o pessoal da Vale nunca procurou a gente (...) só que ajuda é o pessoal do Sindicato, CPT e a Fetagri, d nós estamos aqui se virando do jeito que pode... A ideia de entrar pra essa área aqui a ideia foi minha, pessoas que foram (prejudicadas) pelo projeto, a maioria foi nascido e criado em Canaã e ai a Vale chegou.

Hinckley Mendes – A maioria de vocês eram agricultores?

R- [Silvio] sim ele mesmo, os pais dele (Falando do miudinho) foram criados aqui.

Hinckley Mendes - A terra não era aqui?

R- [Silvio] A mina do sossego, na época isso era uma parte, a gleba três braços aqui mesmo, há 30 ou 40 anos o pessoal se apossou dela, nunca apareceu documento e nunca apareceu o dono e a outra parte era da antiga GETAT, mas devido o projeto sossego a Vale chegou e tirou todo mundo daqui, só que a Vale chegou e tirou todo mundo, mas a forma que ela tirou, foi errado, por quê? Como é área de assentamento ela não podia comprar ela deveria ter chegado e chamado pra negociação com o governo, comprado outra área e trocado nessa aqui, mas ela não fez isso, ela chegou e foi comprando, tirou pessoas e pessoas não, tem vizinho nosso que está lá pra dentro, tem até vizinho que esse ano passado a onça pegou 25 cabeças de criação dele, isso é um prejuízo de mais de 20 mil reais para um colono, pelo impacto ambiental, esse rio ai que passa no acampamento, tem um empresa que joga rejeito, tem vezes que a gente passa e o Rio está branco e cheio de peixe morto.

Hinckley Mendes - Tudo isso começou a partir da implantação do projeto sossego?

Dênislai Brito - Em 2000 foi começando, aí depois da S11D eles foram comprando mais terras e tirando agricultores.

Hinckley Mendes - Tem quantas Famílias aqui?

Dênislai Brito - 45 Famílias

Hinckley Mendes - Com a implantação dos projetos da Vale S/A você acha que os jovens querem continuar na terra depois de não ter conseguido trabalhar na mineradora?

R- [Silvio] tem uma grande parte da juventude que caiu na realidade, porque a vale quando chegou aqui era um paraíso, então aquelas pessoas que saiu da terra e teve a felicidade ou infelicidade de trabalhar lá, chegou lá e viu que era totalmente diferente, a maioria que conseguiu ter acesso, saíram e estão doidas pra voltar pra terra, pois a Vale é o seguinte, você entra e não tem tempo de fazer mais nada da sua vida e a mineração não é essas “Coca-Cola toda”, então aquelas pessoas, 70% ou 80% de filhos de colono que entrou na Vale e viu o que é, estão querendo voltar pra terra, e os outros 20% estão lá, mesmo o salário não é bom, mas estão lá, por conseguir uma vida razoável. [Dênis]... A ilusão de trabalho na mineradora, surgiu pela dificuldade no trabalho rural, só que a oportunidade que ela trouxe para cá, está mudando 100% e a realidade que ela trouxe para o pessoal Canaense é o mínimo do mínimo... Não tem ninguém do município da nossa região, não tem ninguém, só gente de fora, os demais estão em terceirizada, e a terceirizada te dá o emprego de cinco a seis meses e te manda embora e fala que vai te chamar e não te chama mais, ai o jovem caiu na realidade, é melhor ter uma segurança de vida em uma terra que vai ser sua pro resto da vida do que de um emprego que vai ser temporário.

APÊNDICE - C

Transcrição da entrevista com o líder do acampamento Rio Sossego

Nome: Valmir Pereira da Silva Júnior

Profissão: Agricultor

Idade: 28 anos

Sexo: Masculino

Tempo: 21 minutos e 37 segundos

Hinckley Mendes - Seus pais ou avós já foram assentados?

Valmir Júnior - Minha mãe sim na época da GETAT.

Hinckley Mendes - Como foi que iniciou o acampamento?

Valmir Júnior - Cara na verdade foi um convite, chamaram aí para entrar na área, aí os amigos me influenciaram e cheguei com minha família.

Hinckley Mendes - O que te levou a participar do movimento?

Valmir Júnior - Na realidade foi a falta de emprego em Canãa por mais que você esteja empregado e não tem condição de adquirir uma terra para sobreviver melhor, porque não é para viver não é para sobreviver, e por conhecimento da área por saber que era área da união, ser área pública me envolveu para ter uma terra pra ir escapando devagarzinho.

Hinckley Mendes - Já trabalhou e morou na cidade?

Valmir Júnior - Quando a Vale tirou e desapropriou todo mundo daqui, morava na vp12 na famosa VP-12 e vale desapropriou e a gente foi obrigado a ir trabalhar na cidade.

Hinckley Mendes - Com a chegada da Vale quais foram as principais mudanças no município?

Valmir Júnior - [Barulho] Coisa demais moço, teve a desmobilização do pessoal do campo (...) um aumento absurdo no custo benefício de tudo, de aluguel,... De tudo que você pensar ficou mais caro. Na realidade na vinda dela teve um período com mais empregos e menos emprego e com isso aumentou também a criminalização... Furto e roubo, a Vale pode ter trago algum benefício, mas foi bem pouco e ela não deu por ser boazinha não, deu porque era obrigação.

Hinckley Mendes - Já trabalhou na Vale S/A e quanto tempo?

Valmir Júnior - Trabalhei m empresa terceirizada da Vale, Barbosa Melo, por 1 ano e 2 meses.

Hinckley Mendes - Já sentiu atraído em trabalhar na Vale S/A?

Valmir Júnior - Sim, pois não tinha outro emprego e entrei naquela área porque não tinha outro jeito e eu queria voltar pra roça, mas não tinha mais... hoje a maioria dos assentados da GETAT trabalham com leite e gado e ninguém mais planta nada.

Hinckley Mendes - Por quais motivos houve demissão?

Valmir Júnior - Na realidade foi quando terminou a implantação da Vale e as terceirizadas foram embora (...) e os profissionais da Vale não são daqui.

Hinckley Mendes - Ainda tentou trabalhar outra vez na Vale S/A?

Valmir Júnior - Depois que terminou emprego até tentei trabalhar, mas não tinha mais contrato

Hinckley Mendes - Quais as maiores dificuldades que você sente aqui no acampamento?

Valmir Júnior - A maior dificuldade pra nós é estrutura e falta de apoio dos órgãos públicos, mas alimentação a gente tem muita.

Hinckley Mendes - Quais as consequências da instalação da S11D?

Valmir Júnior - A:.. Às consequências são muitas, Meio ambiente degradado, nascentes de água que foram interrompidas pela construção da ferrovia [Barulho], está secando poços, a chuva que está caindo pouco.

Hinckley Mendes - Qual o papel da juventude na luta pela terra?

Valmir Júnior - Acho importância muito grande, porque devido o que está acontecendo no Brasil hoje que tudo é o capitalismo mesmo, primeiro Deus e depois o povo só serve o capitalismo... O jovem hoje na terra é uma importância muito grande em questão de alimentos é onde você vai plantar e colher, aqui você tem benefícios, você vai plantar e colher... o jovem é o futuro da agricultura.

Hinckley Mendes - Você acha que a juventude pode mudar a realidade?

Valmir Júnior - Sim, e ela pode mudar assim, porque com união e tendo ação ajudando o movimento, toda ação traz uma reação e esses jovens podem contribuir na luta.

Hinckley Mendes - O que é ser jovem camponês?

Valmir Júnior - Na realidade, para mim é liberdade, é onde vou tirar minha vida e tirar para sobreviver.

Hinckley Mendes - Qual o valor que o campo representa para você?

Valmir Júnior – É um valor inestimável, 100%, para mim o valor que o campo tem eu não sei nem citar, pois no campo sei que sou valorizado.

Hinckley Mendes - Existe dificuldade de ser líder sendo jovem?

Valmir Júnior - Sim tenho que ter cautela para lidar com senhores de mais de 60 anos de idade, é bem complicado.

Hinckley Mendes - Qual teu maior objetivo nessa luta?

Valmir Júnior - Conquistar a terra

Hinckley Mendes - O que é o acampamento rio sossego para você?

Valmir Júnior - Uma família conjunta.

ANEXO

ANEXO - A



CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ - SR(27)
GABINETE DO SUPERINTENDENTE

ATA DE REUNIÃO

REUNIÃO ENTRE INCRA, CPT, CEPASP E FAMÍLIAS VINCULADAS AO SITR DE CANAÃ DOS CARAJÁS QUE PLIFITIAM OS SEGUINTES IMÓVEIS, LOCALIZADOS NAQUELE MUNICÍPIO: ACAMPAMENTO GROTÃO DO MUTUM, NA FAZENDA SÃO LUIZ; ACAMPAMENTO TRANALTO SERRA DOURADA; ACAMPAMENTO ALTO DA SERRA; ACAMPAMENTO RIO SOSSEGO E GLEBA TRÊS BRACOS. REUNIÃO OCORRIDA NA SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA DO SUL DO PARÁ SR(27), EM 07 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 09h:00min., QUANDO FICOU DELIBERADO O SEGUINTE:

1. SOBRE O ITEM 01 DA PAUTA: "Que o INCRA faça o levantamento de indus as áreas concentradas pela Vale no município de Canaã dos Carajás". ENCAMINHAMENTO: INICIALMENTE O INCRA IRÁ REALIZAR ESTUDIOS SOMENTE NAS ÁREAS PRESENTES NA PAUTA DISCUTIDA NESTA REUNIÃO, CONFORME CABEÇALHO. O MOVIMENTO SOCIAL SE COMPROMETE A APOIAR DE MAIS ÁREAS DE FORMA GRADATIVA. SERÁ FEITA REUNIÃO EM NO MÁXIMO 10 DIAS ÚTEIS, COM PARTICIPAÇÃO DA PETACRI, CPT E REPRESENTANTES DOS ACAMPAMENTOS COM A VALE PARA INFORMAR ESTES ENCAMINHAMENTOS, BEM COMO REQUERER PROVIDÊNCIAS. O INCRA INFORMOU TAMBÉM QUE OS TRABALHOS DE SUPERVISÃO OCUPACIONAL NO PA CARAJÁS II e III INICIARÃO NO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2017;
2. SOBRE O ITEM 02 DA PAUTA: "Que o INCRA faça o inventário de todos as áreas públicas que foram concentradas pela vale e as destine para as famílias acampadas". ENCAMINHAMENTO: INICIALMENTE O INCRA IRÁ MANIFESTAR INTERESSE APENAS PELAS ÁREAS PÚBLICAS QUE PORVENTURA FOREM IDENTIFICADAS NA RELAÇÃO DA PAUTA DESTA REUNIÃO E DESDE QUE TENHAM VIABILIDADE PARA CRIAÇÃO DE PROJETO DE ASSENTAMENTO E QUE NÃO ESTEJAM INSERIDAS NO ALVARÁ DO DNPM. NO CASO DE ÁREAS ACOBERTADAS PELO ALVARÁ DO DNPM, SERÃO REQUERIDAS ÁREAS HORTIVAS PARA COMPENSAÇÃO. NOS CASOS DE ÁREAS NÃO CONTEMPLADAS PELO ALVARÁ, SERÃO TOMADAS PROVIDÊNCIAS PARA A LEGAL RETOMADA. RESSALTANDO QUE EM TODOS OS CASOS DEVERÁ HAVER VIABILIDADE PARA CRIAÇÃO DE PROJETO DE ASSENTAMENTO;
3. SOBRE O ITEM 03: "Que o INCRA retome o desu da gleba Três Braços e faça a regularização fundiária considerando a ocupação histórica das famílias que lá estão". ENCAMINHAMENTO: O INCRA SE COMPROMETE A REALIZAR LEVANTAMENTO DE CADEIA DOMINIAL EM ÁREAS LOCALIZADAS NA GLEBA E APOIADAS PELO MOVIMENTO SOCIAL. CASO SEJAM CONSTATADAS ÁREAS PÚBLICAS OCUPADAS DA UNIÃO OU DO ESTADO, A REGULAJZAÇÃO FUNDIÁRIA, POR LEI, SÓ PODERÁ SER FEITA PELO TERRA LEGAL OU PELO TERRA. O TERRA E O TERRA LEGAL SERÃO CONVIDADOS A PARTICIPAREM DAS PRÓXIMAS REUNIÕES O SUPERINTENDENTE SE COMPROMETEU A ACOMPANHAR OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM EVENTUAIS REUNIÕES COM TERRA E TERRA LEGAL, CONFORME AÇÃO DO GABINETE.

4. SOBRE O ITEM 04: "Que o INCRA faça de imediato o cadastro de todas as famílias acampadas no município de Canaã dos Carajás". ENCAMINHAMENTO: O INCRA SÓ PODERÁ FAZER NOVOS CADASTROS DE FAMÍLIAS APÓS D'EU REVER O ACÓRDÃO 772/2016;
5. SOBRE O ITEM 05: "Que o INCRA interceda junto à Vale para suspender todas as limitações nas áreas ocupadas pelas famílias em Canaã dos Carajás". ENCAMINHAMENTO: O INCRA NÃO POSSUI LEGALIDADE PARA INFLUENCIAR AS DECISÕES DO PODER JUDICIÁRIO. SOMENTE AS PARTES PODEM FAZER TAL PROPOSTA. SERÁ FEITA REUNIÃO EM NO MÁXIMO 10 DIAS ÚTEIS, COM PARTICIPAÇÃO DA FETAGRI, SETOR DE CANAÃ DOS CARAJÁS, CPT E REPRESENTANTES DOS ACAMPAMENTOS COM A VALE PARA INFORMAR ESTE ENCAMINHAMENTO, NEM COMO DISCRETAR POSSÍVEL ACORDO ENTRE AS PARTES;
6. ENCAMINHAMENTO COMPLEMENTAR OS ADVOGADOS DA CPT SE COMPROMETERAM A ENCAMINHAR PARA A PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA - PFE, EM UM PRAZO DE 30 DIAS CORRIDOS, A RELAÇÃO COMPLETA DAS AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE INGRESSADAS PELA VALE CONTRA AS FAMÍLIAS QUE OCUPAM LOTES NO PA CARAJÁS II E III, SEM COMO APRESENTAR RESUMO DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DE CADA IMÓVEL, DE POSSR DESSAS INFORMAÇÕES E DO LEVANTAMENTO JÁ FEITO PELO SETOR DE CARTOGRAFIA DO INCRA. A PFE SE COMPROMETEU A PROMOVER AS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS QUE CADA SITUAÇÃO EXIGIR.

A REUNIÃO FOI ENCERRADA ÀS 11h:46min.

Maracá, 06 de fevereiro de 2017

Ademir Brito

Ademir

José Romão



ANEXO - B



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ - SR(27)
GABINETE DO SUPERINTENDENTE

Ex.: Av. Ananásia S/N - Aeroporto INCRA - Belém/PA - Marabá/PA - Cep. 68.912-000 Fone: (64)3324-1219 / Fax: 3324-1120
E-MAIL: central@rba.incra.gov.br


OFÍCIO/Nº 951/2016-INCRA/SR-27/G. Marabá-PA, 17 de novembro de 2016.

A Sua Senhoria o Senhor
JOSÉ DE RIBAMAR
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canaã dos Carajás
CANAÃ DOS CARAJÁS/PA

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, e em atendimento a solicitação dessa presidência, encaminho a Vossa Senhoria a INFORMAÇÃO/CARTOGRAFIA/Nº 102/2016, oriunda do Setor de Cartografia desta Superintendência Regional, cópia em anexo.

Atenciosamente,


GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA
Superintendente Regional Substituto
INCRA/SR-27

..M.